

EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO  
DIREITO - SAÚDE



# PESQUISAS CIENTÍFICAS INTEGRADAS



ORGANIZADORES:

ESTÉLIO SILVA BARBOSA  
GRASIELE REISDÖRFER

EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO  
DIREITO - SAÚDE



PESQUISAS  
CIENTÍFICAS  
INTEGRADAS



ORGANIZADORES:

ESTÉLIO SILVA BARBOSA  
GRASIELE REISDÖRFER



# **EDITORA ENTERPRISING**

**Direção** Nadiane Coutinho

**Gestão de Editoração** Antonio Rangel Neto

**Gestão de Sistemas** João Rangel Costa

## **Conselho Editorial**

- Alandey Severo Leite Da Silva, Dr. – Ufca – Br
- Antonio Augusto Teixeira Da Costa, Phd – Ulht – Pt
- Eraldo Pereira Madeiro, Dr – Unitins – Br
- Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. UFSM;
- Luama Socio, Dra. - Unitins - Br
- Ismael Fenner, Dr. - Fics – Py
- Francisco Horácio da Silva Frota, Dr. UECE;
- Tânia Regina Martins Machado, Dra. - Unitins – Br;
- Agnaldo de Sousa Barbosa, Dr. UNESP.

Copyright © 2022 da edição brasileira.

by Editora Enterprising.

Copyright © 2022 do texto.

by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es). Obra sob o selo Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

**Diagramação** João Rangel Costa

**Design da capa** Equipe de design Unilogos

**Revisão de texto e tradução** Estélio Silva Barbosa e Grasielle Reisdörfer



**EDITORA ENTERPRISING**

[www.editoraenterprising.net](http://www.editoraenterprising.net)

E-mail: [contacto@editoraenterprising.net](mailto:contacto@editoraenterprising.net)

Tel. : +55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-55

**Estélio Silva Barbosa  
Grasiele Reisdörfer  
(Organizadores)**

# **PESQUISAS CIENTÍFICAS INTEGRADAS**

**Volume 1**



**Brasília - DF**

---

P474

PESQUISAS CIENTÍFICAS INTEGRADAS Volume 1 / Estélio Silva Barbosa (Organizador), Grasielle Reisdörfer (Organizador) . - Brasília: Editora Enterprising, 2022.

(PESQUISAS CIENTÍFICAS INTEGRADAS Volume 1)

Livro em PDF

123p., il.

ISBN: 978-65-84546-21-9

DOI:10.29327/568033

1. Educação 2. Administração 3. Direito 4. Saúde

I. Título.

CDD: 370

---

*Acreditamos que o conhecimento é a grande estratégia de inclusão e integração, e a escrita é a grande ferramenta do conhecimento, pois ela não apenas permanece, ela floresce e frutifica.*

Equipe Editora Enterprising.

# Organizadores



## **ESTÉLIO SILVA BARBOSA**

ESTÉLIO SILVA BARBOSA. Professor Universitário há 19 anos. Educador Social há 10 anos. Professor visitante da Logos University International, UniLogos, EUA. Membro da Academia de Letras e Artes ACLAS. Possui o Título de COMENDADOR MÁXIMO PLANUDES pela University Internacional, UNILOGOS. Miami Flórida.USA. Título de PROFESSOR HONORIS CAUSA pela University Internacional, UNILOGOS. Miami Flórida. USA. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco. Graduado em Teologia. Licenciado em Pedagogia, em Filosofia, em Letras LIBRAS e Educação Física. Especialista em Educação Especial. Especialização em LIBRAS, Docência do Ensino Superior. Metodologia do Ensino. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialização em Docência e Internacionalização do Ensino Superior. Especialização em Metodologia em Educação a Distância. AUTOR DE SEIS LIVROS. AUTOR DE VARIOS ARTIGOS ( Nacionais e Internacionais ) PARECERISTA de Diversos LIVROS das Universidades : Universidade Federal do Piauí UFPI . Universidade Estadual do Piauí UESPI. Parecerista ad hoc do Comitê Editorial Nacional da Revista Científica FIEPS BULLETING. Membro do COMITÊ CIENTÍFICO do Periódico MULTIDISCIPLINAR COGNITIOS. ATUOU COMO PRESIDENTE DO NÚCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL das Faculdades FATEPI & FAESPI, durante o Biênio de 2009- 2011. Foi Membro do Comitê de Ética em pesquisa na Universidade Estadual do Piauí UESPI e das Faculdades FATEPI & FAESPI. Foi Presidente da Comissão Própria de Avaliação CPA da FATEPI & FAESPI. E-mail: esteliobarbosasilva@gmail.com. Currículo Lates <http://lattes.cnpq.br/9917115701695838>



## **GRASIELE REISDÖRFER**

Professora Revisora Unilogos. Servidora Pública do Instituto Federal Catarinense. Atuou como Avaliadora do SAE - Sistema de Avaliação Educacional MEC - Ministério da Educação; foi Consultora UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura. Realizou pesquisas para o CEBRASPE - Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. Participou dos Grupos de Trabalho de Reconhecimento de Títulos, Sistema de Mobilidade Mercosul, NEIES/NEPES - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior do MERCOSUL; representante da CAES - Comissão de Área de Educação Superior do Mercosul Educacional; integrante do IsF - Programa Idiomas sem Fronteiras, além de atuar como colaboradora na Coordenação Geral de Assuntos Internacionais - CGAI da Secretaria de Educação Superior - SESu-MEC - Ministério da Educação do Brasil.

# Sumário

<b>PREFÁCIO</b>	→	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO 1:</b>	<b>A INTELECÇÃO DOS CONSUMIDORES SOBRE A LOGÍSTICA REVERSA NO COMÉRCIO ELETRÔNICO: UM ESTUDO DE CASO</b>	<b>11</b>
	<i>Isis Terezinha Santos de Santana</i> <i>Jhonata Jankowitsch</i>	
<b>CAPÍTULO 2:</b>	<b>O USO DA ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO COMO FERRAMENTA DE MAXIMIZAÇÃO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL</b>	<b>33</b>
	<i>Elcivan Bezerra Miranda</i> <i>Jhonata Jankowitsch</i>	
<b>CAPÍTULO 3:</b>	<b>DESJUDICIALIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO EXTRAJUDICIAL PARA O CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA CELERIDADE E ACESSO À JUSTIÇA SOB O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE</b>	<b>45</b>
	<i>Weider Silva Pinheiro</i> <i>Jhonata Jankowitsch</i>	
<b>CAPÍTULO 4:</b>	<b>O ESTRESSE DOCENTE FRENTE AO USO EXCESSIVO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PERÍODO PANDÊMICO</b>	<b>63</b>
	<i>Fabiana Fagundes Barasuol</i> <i>Jhonata Jankowitsch</i>	
<b>CAPÍTULO 5:</b>	<b>EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA INTERACIONISTA</b>	<b>75</b>
	<i>Audrey Vieira Costa</i> <i>Jhonata Jankowitsch</i>	



**CAPÍTULO 6:**

**TRANSTORNO DE DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH)  
NO AMBIENTE ESCOLAR**

---

**90**

*Elaine Cristina Rocha Favretto de Oliveira*

*Mônica Rosa de Oliveira Araújo*

*Simão Pedro Zefeld*

*Jhonata Jankowitsch*

**CAPÍTULO 7:**

**HEPATITE: ENFOQUE NAS VACINAS, PREVENÇÕES E SUAS  
IMPLICAÇÕES**

---

**102**

*Thiago Christian da Silva*

*Jhonata Jankowitsch*

# Prefácio

A Nova Era da Educação Requer União

A coletânea “Pesquisas Científicas Integradas” é considerada o novo salto para o futuro da educação. Não é justo que venhamos a pensar em uma educação parada no tempo e no espaço, sem inovação e sem o elemento mais importante para a formação de uma sociedade, a união.

Quando uso a palavra “união” como elemento mais importante e norteador desta obra, o faço por acreditar na interdisciplinaridade e saber, por vivência, que o ser humano especialista não se limita à experiência extraordinária do novo.

É preciso abrir a mente para um novo integrado, um novo que se comunique, que rompa as barreiras das vaidades e consiga experimentar o saber plural.

O leitor, ao se debruçar sobre as pesquisas que aqui são publicadas, perceberá que a personalidade de cada autor é expressa de maneira ímpar, tal fenômeno ocorre porque a escrita de um Artigo Científico, nos moldes a que orientamos, é realizada imprimindo nas palavras a emoção similar a uma força anímica. Existe ali um elemento diferente, além do simples objetivo de criar mais um conteúdo.

A obra não se limita ao enfadonho e rebatido assunto de uma temática, sem palpáveis propostas que possam impactar a qualidade de sua exploração, ela se debruça na educação para formação do indivíduo pensante, preservando sua liberdade de escolher como deve compreender cada uma das linhas propostas, sem dogmas, sem doutrinação.

A Interdisciplinaridade é o caminho mais curto para o sucesso de uma sociedade que em breve abandonará a adoração pelos “papéis” e passará a valorizar, de forma justa, as habilidades e competências inerentes em cada um. Reunir em uma obra diferentes pensadores e suas reflexões requer coragem e destreza de seus organizadores, que apaixonados que são, se aventuram em iluminar mentes sedentas por novos saberes.

Ter a oportunidade de prefaciar esta obra, me faz refletir sobre os mistérios do inconsciente e mais uma vez de ter a certeza da impermanência de todos nós neste plano de existência que nos proporciona o milagre de aprender mais e cada dia, sem nunca saber um centímetro do tão vasto conhecimento total.

Aos autores, posso dizer, vocês são o sal da terra, são o elemento primordial da alquimia do saber. Aquela alquimia que não se propõe a transformar o ferro em ouro, melhor que isso ela se propõe a eternizar suas reflexões.

Ao leitor, posso afirmar que você não desperdiçará seu tempo, aproveite e desfrute da coletânea “Pesquisas Científicas Integradas”.

# Prefacio

La nueva era de la educación exige la unión

La colección "Investigación Científica Integrada" se considera el nuevo salto al futuro de la educación. No es justo que pensemos en una educación detenida en el tiempo y en el espacio, sin innovación y sin el elemento más importante para la formación de una sociedad, la unión.

Cuando utilizo la palabra "unión" como el elemento más importante y orientador de este trabajo, lo hago porque creo en la interdisciplinariedad y sé, por experiencia, que el especialista humano no se limita a la experiencia extraordinaria de lo nuevo.

Es necesario abrir la mente a un nuevo integrado, que comunique, rompa las barreras de la vanidad y sea capaz de experimentar un conocimiento plural.

El lector, al observar las investigaciones aquí publicadas, se dará cuenta de que la personalidad de cada autor se expresa de forma única, este fenómeno se produce porque la redacción de un artículo científico, de la forma que orientamos, se realiza imprimiendo en las palabras la emoción similar a una fuerza anímica. Hay un elemento diferente, más allá del simple objetivo de crear un contenido más.

La obra no se limita al aburrido y debatido tema, sin propuestas palpables que puedan incidir en la calidad de su exploración, se centra en la educación para la formación del individuo pensante, preservando su libertad para elegir cómo debe entender cada una de las líneas propuestas, sin dogmas, sin adoctrinamiento.

La interdisciplinariedad es el camino más corto hacia el éxito de una sociedad que pronto abandonará la adoración por los "papeles" y empezará a valorar, en su justa medida, las habilidades y competencias inherentes a cada uno. Reunir en una obra los diferentes pensadores y sus reflexiones, exige valor y habilidad a sus organizadores, que, apasionados como son, se aventuran a iluminar mentes sedientas de nuevos conocimientos.

Tener la oportunidad de prefaciarse esta obra me hace reflexionar sobre los misterios del inconsciente y, una vez más, tener la certeza de la impermanencia de todos nosotros en este plano de la existencia que nos proporciona el milagro de aprender cada día más, sin llegar a conocer ni un centímetro del vasto conocimiento total.

A los autores, puedo decirles que son la sal de la tierra, que son el elemento primordial de la alquimia del conocimiento. Esa alquimia que no se propone transformar el hierro en oro; mejor que eso, se propone eternizar tus reflexiones.

Al lector, le puedo afirmar que no perderá su tiempo, aproveche y disfrute de la colección "Investigación Científica Integrada".

# *Capítulo 1*

---

## **A INTELECÇÃO DOS CONSUMIDORES SOBRE A LOGÍSTICA REVERSA NO COMÉRCIO ELETRÔNICO: UM ESTUDO DE CASO**

**DOI: 10.29327/568033.1-1**

Isis Terezinha Santos de Santana  
Jhonata Jankowitsch

# A INTELECÇÃO DOS CONSUMIDORES SOBRE A LOGÍSTICA REVERSA NO COMÉRCIO ELETRÔNICO: UM ESTUDO DE CASO

*Isis Terezinha Santos de Santana*

*Jhonata Jankowitsch*

## RESUMO

Esta pesquisa discorre a cerca do tema intelecção dos consumidores sobre a logística reversa no comércio eletrônico. O estudo apresentado no referencial teórico mostra os conceitos sobre o comércio eletrônico e seus arquétipos, gestão da cadeia de distribuição aplicada ao comércio eletrônico, *e-commerce* e a logística reversa de pós-venda, além das despesas das devoluções originadas pelas trocas e devoluções de produtos. A metodologia aplicada foi a revisão bibliográfica com pesquisa exploratória e um estudo de caso na localidade de São Paulo - SP, onde foram entrevistadas (150) cento e cinquenta pessoas, que responderam nove perguntas via plataforma do *Google Forms*, sobre a sua Intelecção a respeito das compras e devoluções de produtos. A análise dos dados foi dividida em duas partes: determinação do perfil dos entrevistados e a percepção dos respondentes. Pelos resultados obtidos pode-se deduzir haver uma dificuldade na troca de produtos, assim como um melhora no serviço de trocas e devoluções quando são utilizados os canais de distribuição unificados.

**Palavras-chaves:** Logística Reversa; Comércio Eletrônico; Pós-Venda; *E-commerce*; *E-compradores*; consumidores.

## ABSTRACT

This research discusses the theme of consumer understanding of reverse logistics in e-commerce. The study presented in the theoretical framework shows the concepts of e-commerce and its archetypes, management of the distribution chain applied to e-commerce, e-commerce and reverse logistics of post-sales and also the expenses of returns originated by the exchanges and returns of products. The methodology applied was a bibliographic review with exploratory research and a case study in the locality of São Paulo - SP, where (150) one hundred and fifty people were interviewed, who answered nine questions via the Google Forms platform, about their Intellection regarding the purchases and returns of products. The data analysis was divided into two parts: determination of the respondents' profile and the perception of the respondents. The results obtained show that there is a difficulty in exchanging products, as well as an improvement in the exchange and return service when the unified distribution channels are used.

**Keywords:** Reverse Logistics; Electronic Commerce; Post-Sale; E-commerce; E-purchasers/consumers.

## 1. INTRODUÇÃO

A globalização econômica fez com que algumas empresas vissem no *e-commerce* a possibilidade de fornecer aos clientes um ambiente virtual, ofertando segurança, facilidade de pesquisa comparativa e conveniência. Em face de um ambiente de competitividade crescente, a logística com seus eficientes canais de distribuição, evoluiu na sua base conceitual passando a considerar de forma sistêmica todas as atividades que se relacionam direta e indiretamente aos fluxos físicos e de informações da cadeia de suprimento. Nesse sentido, a adoção de abordagens sofisticadas de gerenciamento do processo logístico no âmbito das empresas tem representado um ponto chave para a efetivação e sustentação de estratégias mercadológicas (RODRIGUES, 2022).

Para atender a uma demanda crescente, cada vez mais exigente em termos de prazo e qualidade, o desenvolvimento desses canais reversos tem apresentado várias soluções tecnológicas para que os consumidores possam fazer uso da troca e devolução de produtos. O setor de pós-venda de um produto abrange muitos aspectos do processo de venda, reparo e devolução. Esse setor do ciclo de vida do produto ajuda os varejistas a reduzir o excesso de estoque e agrega valor para os clientes, mas a popularidade do mercado vem acompanhada de reclamações dos consumidores, principalmente problemas de pós-venda, à medida que a política de trocas e devoluções não fica clara (Teixeira, 2019).

Frente a esse contexto, o propósito deste artigo é discutir sobre a importância dos canais reversos para o *e-commerce* assim como a percepção dos consumidores da capital paulista sobre como a devolução de produtos no *e-commerce* ocorre e seus obstáculos.

## 2. BASES TEÓRICAS

Com os progressos tecnológicos nas últimas décadas ocorreram inúmeros impactos nas mais diversas atividades humanas, dentre esses efeitos, a mudança de como são feitas as compras e vendas de produtos. Com o advento dos computadores e da Internet, as atividades empresariais deixaram de ser atividades locais, passando a ser global. A maneira pela qual as operações comerciais são conduzidas na Internet é chamada de *e-commerce*, comércio virtual ou comércio eletrônico (ALVES, HERBERT *et al.*, 2021).

Existem várias teorias sobre o surgimento do comércio eletrônico. Alguns dizem que foi criado em 1888 por uma empresa de relógios americana chamada Sears. O princípio básico que a empresa propôs foi ofertar produtos remotamente criando uma inovação estratégica de vender ao consumidor a longa distância. Outra literatura afirma que o comércio eletrônico principiou-se em 1979, quando o inventor britânico Michael Aldrich (1941-2014) criou o primeiro sistema de compras online usando linhas telefônicas e televisores modificados (SILVA, 2017).

Na internet brasileira, o pioneirismo do *e-commerce* é creditado à Jack London, empresário de 47 anos que criou a *Booknet*, a primeira livraria totalmente virtual do país em 1995. A inspiração originou-se de sua visita a Londres, onde se encontrava para uma consultoria. Em 1999 a empresa foi adquirida e renomeada para *Submarino.com* e posteriormente fundida com a empresa *Americanas.com* para criar o grupo B2W (DA COSTA, 2021).

Para Tomé (2021) o *e-commerce* é o nome do método de comercialização de produtos e serviços por intermédio da Internet, utilizando lojas virtuais, *Marketplaces* ou até mesmo redes sociais. Essas transações incluem não apenas a compra e venda de bens ou serviços em si, mas também todos os estágios desse processo online, como a administração do armazenamento e a logística de entrega da mercadoria ou logística direta, assim como a sua devolução. Existem classificações de comércio virtual, que podem ser decompostos em duas classes: comércio eletrônico formal (sites, lojas online, aplicativos, *Marketplaces*) e comércio eletrônico informal (lojas no *Facebook*, *Instagram*, grupos no *WhatsApp* e *Telegram*).

Em linha com Premebida (2021), devido à atual situação econômica, o sistema financeiro do Brasil enfrenta problemas originados pela pandemia de Covid-19 que afeta o mundo desde março de 2020. O distanciamento social se intensificou quando a Organização Mundial da Saúde - OMS declarou uma pandemia global, com o *Lockdown*, obrigando as pessoas a ficarem em casa e fechando todos os serviços não essenciais.

Diante desse cenário, a população vivendo em *Lockdown* em casa, as compras *online* se tornaram um hábito. Nesse contexto, houve um aumento nas vendas do setor de compras pela Internet, as empresas aceleraram seu processo de digitalização durante a pandemia, principalmente para minimizar os impactos negativos do declínio da liquidez, levando as empresas físicas ou *offline*, que não tinham presença virtual a oferecer seus serviços em plataformas de compras digitais (PREMEBIDA, 2021).

Influenciado por este panorama, o comércio eletrônico conseguiu aumentar a quantidade de consumidores, assim como a sua receita. Com base nos dados do relatório da Neotrust 7ª edição, 87,7 milhões de pessoas realizaram compras em lojas virtuais em 2021. Os números foram expressivos em termos de faturamento com um incremento de 27% se comparado a 2020, alcançando 161 bilhões de reais, e estima-se que em 2022 a receita do *e-commerce* deva crescer cerca de 9% atingindo 174 bilhões de reais (Neotrust, 2021).

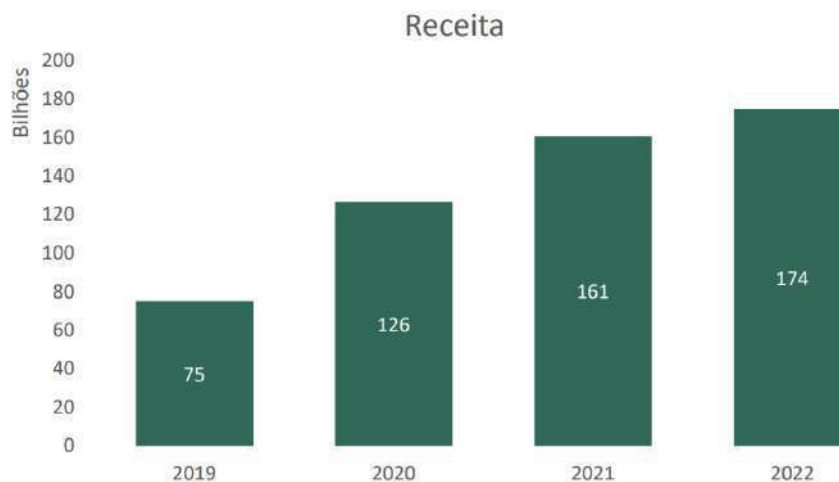


Gráfico 1 - Faturamento (receita) do *Ecommerce*  
Fonte: Neotrust (2021)

Ainda segundo o levantamento da Neotrust (2021), três fatores explicam os resultados positivos para o período no setor: a pandemia, os avanços na logística e alterações no comportamento do usuário, a comodidade de poder adquirir qualquer produto à distância, uma entrega rápida, dando a sensação de quase comprar algo em uma loja física, é muito atrativa para os clientes. Dessa forma, o mercado brasileiro teve 79,8 milhões de consumidores no *e-commerce*. As estimativas para 2022 colocam esse número em 83,7 milhões de *e-compradores*.

Este resultado deixa claro que o *e-commerce* absteve-se de ser uma tendência, mesmo com a abertura do mercado físico para as compras, o consumidor segue efetuando compras pelos meios eletrônicos. Pode-se observar que é um mercado em franca expansão e se faz necessário o entendimento de como este tipo de negócio funciona e para facilitar o essa compreensão, o mercado desenvolveu alguns rótulos para diferenciar os arquétipos de serviços *online*.

## 2.1 Arquétipos de Negócios no Comércio Eletrônico



Na década de 90, o mundo foi severamente afetado pela disseminação dos computadores. O advento da Internet tornou possível o acesso à informação de maneiras sem precedentes. O custo da transmissão de dados pela Internet tornou-se quase trivial e mudou a forma como o mundo se comunica e conduz os negócios, permitindo que as informações percorram grandes redes de forma rápida, acessível e confiável (Teixeira, 2019).

Conforme Gilioli; Ghiggi (2020) o uso da internet como plataforma de negócios para atender os consumidores que estão *online* e conectados frequentemente, possibilita que as empresas mudem todo o seu modelo de negócios praticamente da noite para o dia. É necessário então compreender os conceitos básicos desses arquétipos de negócios, além de considerar o relacionamento entre as empresas, os clientes e os perfis dos envolvidos. Saber categorizar gênero do *e-commerce* é necessário para decidir em qual formato o negócio se enquadrará. Atualmente existem vários arquétipos de atividades comerciais *online* e subsetores envolvidos:

- Relacionamento Empresa-Empresa (*Business to Business* ou B2B): Transações realizadas de empresas para empresas. Essa classificação se aplica às negociações entre fabricantes que negociam com atacadistas, que vendem para lojistas (VIANA, 2022).
- Relacionadamente entre PJ e Particulares (*Business to Consumer* ou B2C): São transações que ocorrem entre pessoas jurídicas e pessoas físicas, ou seja, facilitam a venda direta dos artigos de uma empresa aos consumidores finais. Este tipo de modelo de comércio se aplica ao *e-commerce*, onde sistemas possibilitam a obtenção e envio de pedidos para entrega de produtos sem assistência humana (VIANA, 2022).
- *Consumer to Business* (C2B): Esse método de transação prevê a troca ou venda de bens de pessoa física para entidade jurídica. Essa forma de negócio está ganhando espaço no Brasil, em que os consumidores são as pessoas que abastecem a empresa com os produtos. O que se destaca nesse modelo são sites que oferecem serviços *freelancer* (GILIOLI; GHIGGI, 2020).
- Comércio entre Particulares (*Consumer to Consumer* ou C2C): É o tipo de transação que ocorre entre pessoas físicas, e nenhuma empresa está envolvida nesse negócio. Os negociantes podem utilizar as redes sociais e nesse ambiente realizam negócios entre pessoas. Exemplos deste tipo de negócio são os sites do

*Mercado Livre, Elo7 e OLX*, os quais os usuários podem negociar produtos diretamente sem interferências (VIANA, 2022).

- *M-commerce*: Representa o comércio via dispositivos móveis através de aplicativos que são criados com a finalidade de executar as transações comerciais (GILIOLI; GHIGGI, 2020).
- *T-commerce*: É o termo usado para descrever o uso da televisão digital como canal de marketing. Habilita a comunicação bidirecional, o engajamento e publicidade endereçável. Isso só acontece em *Smarts TVs*, onde dentro da programação, os anúncios são exibidos e a opção de comprar é diretamente habilitada, usando tecnologia embarcada, exemplo disso são os *QR Code* (GILIOLI; GHIGGI, 2020).
- Comércio para Universidades e Instituições (*Business to Institutions*): Esse segmento é especializado no comércio eletrônico entre empresas e instituições ligadas ao ensino, associações e cooperativas (GILIOLI; GHIGGI, 2020).

Em conformidade com Viana (2022), esses arquétipos facilitaram as transações comerciais. O uso intensivo de tecnologia nas operações logísticas têm permitido às empresas de *e-commerce* obter ganhos de desempenho iguais ou superiores às empresas que operam nos modelos tradicionais, pois os modelos de negócios *online* utilizam uma infraestrutura física que se diferencia em relação a esses modelos. O foco principal da logística do *e-commerce* é a distribuição, que cuida do método de armazenamento, embalagem, transporte e entrega eficiente dos produtos.

O procedimento de entrega é muito significativo para o varejo eletrônico, pois suas características podem torná-lo um processo caro. No entanto, se gerenciado adequadamente com uma gestão de distribuição aferida para o comércio virtual, utilizando as tecnologias existentes, torna-se uma vantagem competitiva para os varejistas virtuais, que assim são capazes de efetuar entregas consistentes de seus produtos (Donadel; Lorandi, 2021).

## 2.2 Gestão da Cadeia de Distribuição aplicada ao Comércio Eletrônico

Nos 60 anos que se seguiram à segunda guerra mundial, a logística apresentou uma tendência evolutiva e é hoje considerada como um dos elementos-chave da estratégia competitiva de uma empresa. Inicialmente confundido com o traslado e armazenamento de produtos, hoje é o centro nevrálgico de uma cadeia produtiva integrada que busca atuar

em conformidade com o conceito moderno de administração da cadeia de suprimento (TEIXEIRA, 2019).

A função da gestão da cadeia de suprimento é bastante dinâmica e deve ser pensada e gerenciada conforme as características de cada empresa em seu mercado. De forma muito simples, essa gestão busca determinar a melhor maneira de um produto chegar ao consumidor, determinando quais canais são os mais consentâneos para a estratégia de *marketing* da empresa (De Lima, 2021).

Em consonância com Teixeira (2019), existem dois modelos de cadeia de distribuição para fluxo de produtos: distribuição direta - a empresa não utiliza intermediários para entregar o produto ao cliente - ou distribuição indireta - a empresa determina o melhor intermediário para efetuar a entrega do produto ao cliente (Figura 1).

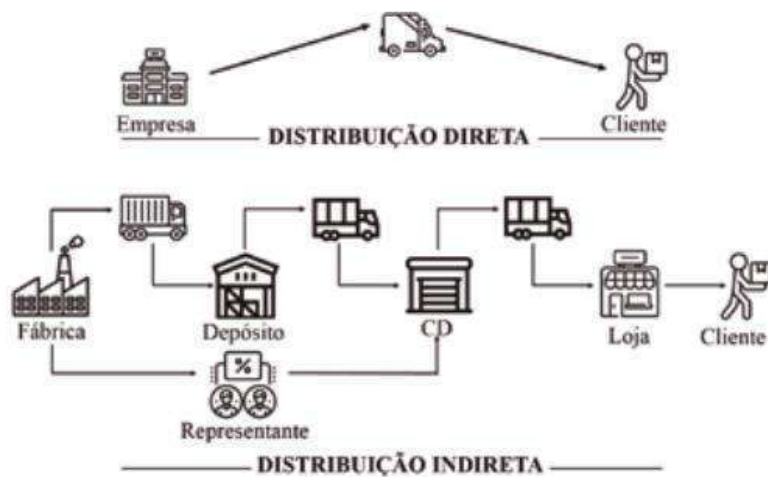


Figura 1 - Formas para uma empresa escoar seus produtos.

Fonte: Teixeira (2019).

Conforme Leite (2021) o canal de distribuição direta é um caminho reto e linear. Os materiais são processados e transformados em um produto, que é então armazenado e enviado segundo a necessidade do cliente. O canal vai desde a matéria-prima, passando pela produção, e pela distribuição, até o cliente que recebe o produto. No que concerne ao canal de distribuição indireta, os fabricantes vendem produtos a distribuidores e os mesmos vendem produtos a consumidores finais.

Para Teixeira (2019) os canais de distribuição, diretos ou indiretos, são encarregados de corporificar a presença de um produto para comercialização, esses canais não oferecem a opção de retornos de produtos vendidos às empresas que os fabricam, pois o processo representa o inverso da funcionalidade desses canais. Nesse caso, surge o chamado canal de distribuição reverso ou logística reversa, que constitui todas as etapas

ou meios necessários para devolver parte do produto comercializado, seja por defeito de fabricação, prazo de validade vencido, fim de vida útil ou reutilização de embalagem, para o ciclo de produção da empresa (Leite, 2021).

A logística reversa envolve a devolução de mercadorias que foram vendidas ou consumidas, sejam seus resíduos, embalagens ou outros subprodutos. Os produtos são movidos do consumidor de volta para o fabricante. Existem duas estratégias principais para essas operações que são: a de pós-venda e pós-consumo (De Campos, 2021). Para o comércio eletrônico a mais utilizada é a logística reversa pós-venda.

### 2.3 E-Commerce e a Logística Reversa Pós-Venda

Em congruência com De Campos (2021), à medida que as vendas através internet cresceram, também aumentaram as parcelas de devoluções que exigem serviços específicos para atender a essa demanda. Dentro do comércio virtual, a logística de devoluções pode acontecer de inúmeras formas, os principais meios para que ela ocorra são:

- Logística reversa na agência: Neste caso, o cliente deverá levar o produto a ser devolvido a uma agência dos Correios, transportadora ou outro ponto de recebimento do objeto, para que seja devolvido à empresa que vendeu o produto (MOUTIN, 2019).
- Logística reversa na agência simultânea: É o método da logística de devolução, no qual o cliente entrega o produto a um agente credenciado dos Correios para que a recolha e regresse ao comércio virtual, ao passo que um novo item é enviado pela loja para que seja entregue ao consumidor (DE CAMPOS, 2021).
- Logística reversa domiciliar: A coleta dos produtos devolvidos é realizada pelos Correios ou outros agentes na casa do comprador (MOUTIN, 2019).
- Logística reversa domiciliar simultânea: A coleta é realizada no endereço do cliente, o produto é retirado para que volte à empresa vendedora, mediante entrega simultânea de um novo produto para substituir o defeituoso (De Campos, 2021).
- *Omnichannel* (Compre pelo *Website* e troque na loja física) – Segundo Borba *et al*, (2019) é o gerenciamento colaborativo da miríade de canais disponíveis e pontos de contato com o cliente para otimizar a experiência do cliente do canal e o desempenho do mesmo. Como o *omnicanal* surgiu do multicanal, que por sua

vez ganhou muito poder após a grande ascensão do *e-commerce*, faz sentido que esse aspecto mais relevante do varejo tenha impacto no *omnicanal*. As devoluções de produtos específicos do comércio eletrônico são um desses aspectos.

A gestão da cadeia de distribuição denota no ambiente de negócios atual como uma ferramenta que pode vincular mercados, redes e processos de produção, atividades de compras, assim como a gestão de devoluções de produtos (GOULART, 2021). Diante das diversas formas de comercialização de produtos por meio do *e-commerce* e suas facilidades, é comum que os consumidores adquiram produtos *online* e precisem trocá-los ou devolvê-los, e para nortear essa política de devolução, foram criadas legislações para o comércio eletrônico.

## 2.4 Despesas das Devoluções

Atualmente as transações comerciais entre fornecedores e consumidores em ambiente eletrônico estão aumentando. No entanto, até o ano de 2013, o ordenamento jurídico brasileiro não possuía leis que regulamentassem especificamente essas relações virtuais. A solução, portanto, era a aplicação da Lei de Defesa do Consumidor, que, embora se mostrasse eficaz em regularidade a essas relações fisicamente conduzidas, não abrangia regras específicas para tratar das questões surgidas no meio eletrônico (NEVES, 2014).

Em 15 de março de 2013, foi regulamentada a lei do comércio eletrônico, sob o Decreto nº 7.962, que instituía o código de defesa do consumidor sobre a compra serviços e bens no comércio eletrônico (BRASIL, 2017). Conforme o Decreto, os *Websites* de comércio virtual devem enfatizar claramente, suas informações como endereço, nome empresarial e o seu respectivo cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ), especificações e descrição dos produtos, preços e todas as demais informações pertinentes para que a negociação de compra seja feita (SÃO THIAGO, 2021).

Ainda segundo São Thiago (2021) a lei também desempenha um papel significativo na proteção de quem compra produtos e serviços através do comércio eletrônico. Caso a informação oferecida pela empresa de alguma maneira conduza o consumidor ao erro e o mesmo receba um produto diferente do que foi ofertado no site, ou mesmo que o produto esteja correto, mas a compra foi realizada por impulso, o cliente tem o direito de arrependimento garantido por lei.

A Lei de Defesa do Consumidor Brasileiro no Art. 49 dá aos clientes do comércio eletrônico até sete dias para se arrependem e solicitarem a troca ou devolução. Portanto, as lojas precisam organizar e fornecer uma maneira de retirar as mercadorias nas casas dos clientes ou nos pontos de coleta e devolvê-los ao fabricante para descarte, reciclagem ou substituição do estoque (BRASIL, 2017).

Segundo o relatório do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SENACON, o comércio eletrônico é o terceiro segmento que mais recebe reclamações, ficando atrás somente da categoria de finanças e telecomunicações. A plataforma foi lançada formalmente em 27 de junho de 2014, e já inventariou mais de 5 milhões de reivindicações. Em 2021 foi realizado um total de 1.434.101 reivindicações, dessas 7,4% correspondem às demandas dirigidas ao comércio eletrônico (SENACON, 2021).



Gráfico 2 – Porcentagem de Reclamações por segmento  
Fonte: SENACON (2021)

Ainda segundo o SENACON (2021), os assuntos mais citados para que o *e-commerce* atingisse o terceiro lugar em reclamações foram celulares, artigos de moda, móveis, colchões, utilidades domésticas, decoração e eletroportáteis. Todavia, incorporado nesses assuntos o problema mais mencionado foi à entrega de produtos correspondendo a 28,2% da totalidade de protestações, abarcando à gestão de logística direta e possivelmente a reversa (trocas e devoluções) dentro do *e-commerce*.

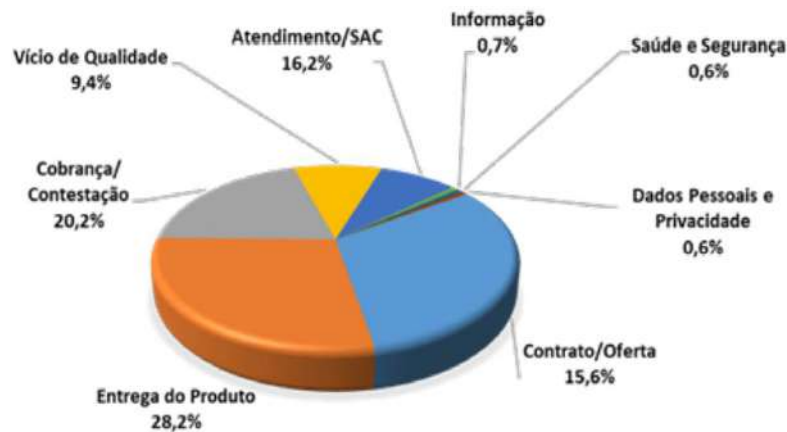


Gráfico 3 – Porcentagem de reclamações dentro do segmento e-commerce  
Fonte: SENACON (2021)

Conforme os dados da Agência *E-plus* (2021), as devoluções incorrem em custos de atendimento e cobrança, as quais estima-se que representem por volta de 5% do faturamento das empresas virtuais. Os encargos de retorno de mercadorias no Brasil são estimados entre 5% e 50%, ou seja, dependendo do setor, a cada cem compras, são devolvidas entre cinco a cinquenta produtos.

Podem haver muitas razões para um produto ou item ser devolvido, sejam esses danos na embalagem, mudança de modelo ou tamanho, ou uma reclamação de garantia. Em qualquer caso, por qualquer motivo, quando for necessário devolver o item adquirido, deve ser a logística de devolução especialmente configurada para esse propósito (MORAES, 2020).

Para contribuir na identificação do avanço da logística de devolução no *e-commerce*, principalmente no que concerne à troca e retorno de produtos apresentam-se o procedimento metodológico aplicado na realização deste estudo de caso com *e-consumidores* na cidade de São Paulo, no tocante à “porque as devoluções de compras efetuadas no comércio eletrônico ocorrem e como podem ser minimizadas?”.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo baseia-se na pesquisa exploratória e qualitativa visando à obtenção de informações sobre a logística reversa aplicada ao comércio eletrônico, à percepção do processo de devolução dos produtos e suas tendências neste segmento de mercado específico (GIL, 2017).

Também se caracteriza como um estudo descritivo, para Gil (2017) este grupo inclui pesquisas destinadas a investigar as opiniões, atitudes e crenças da população.

Nesse sentido, a prática deste estudo visa relatar as percepções dos clientes do comércio virtual sobre a logística reversa na utilização dos canais reversos.

A pesquisa utilizada para a elaboração deste trabalho é um estudo de caso. Yin (2001) afirma que o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que investiga fenômenos contemporâneos em cenários do mundo real, quando os limites entre esses fenômenos e contextos não são claramente definidos, quando há mais variáveis de interesse do que pontos de dados e quando há proposições teóricas para coleta e análise de informações.

Para elaboração do questionário estruturado foi utilizado o aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*, com nove perguntas fechadas, 3 perguntas contextualizando a pesquisa e 6 observando a percepção dos consumidores sobre o objeto do estudo, que são apresentados no apêndice A. O questionário foi aplicado à 150 consumidores da localidade de São Paulo que foram antepostos por amostragem não probabilística e por disponibilidade, o questionário permaneceu disponível para resposta no período de 01/06/2022 à 30/06/2022. O tratamento dos dados foi realizado mediante a análise estatística, formulada como uma porcentagem dos valores obtidos na análise qualitativa dos dados do questionário.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações que serão analisadas e apresentadas a seguir são obtidas por meio dos resultados do questionário, o qual está dividido em duas partes, a primeira determina o perfil dos consumidores e à segunda à percepção dos *e-consumidores*.

##### 4.1.1. Perfil dos Respondentes

A partir dos resultados da análise, pode-se ver que a amostra dominante representada por 51,3% (n=77) era do sexo feminino e 48,7% (n=73) do sexo masculino, conforme mostrado no gráfico 3. Os dados desse estudo vêm de encontro com os dados do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), censo de 2010 que demonstra que há uma predominância do sexo feminino na cidade São Paulo (IBGE, 2010).



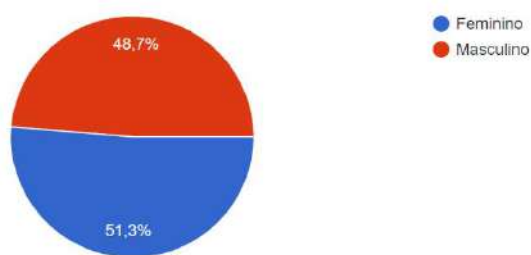


Gráfico 3 – Porcentagem representativa do gênero da pesquisa  
 Fonte: Dados do estudo (2022)

Como pode ser observado no gráfico 4, a faixa etária com maior participação é a de 25-34 anos, com 41,3% (n=62), seguida de 35-45 anos, com 38,7% (n=58), e 18-24 anos com 12,7% (n=10), 46-60 anos com 7,3% (n=11). Não houve respondentes com idade acima dos 60 anos nesta pesquisa. A coleta de informações se deu por questionário dispensado pela internet, por este motivo, pode haver tendências nos estudos nessas faixas etárias por serem mais presentes na utilização de meios eletrônicos para compras online.

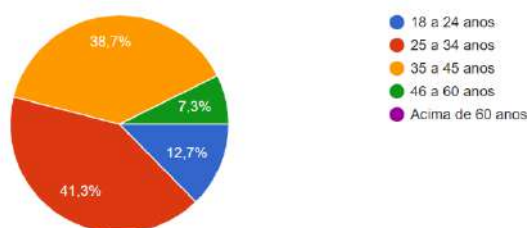


Gráfico 4 – Porcentagem representativa da faixa etária da pesquisa  
 Fonte: Dados do estudo (2022)

O Gráfico 5 apresenta a escolaridade dos participantes. Constata-se que a maior parte está concentrada em quatro categorias: superior completo 32,7%, superior incompleto 22,7%, seguidos por pós-graduação completa com 22% e pós-graduação incompleta também com 22%. Apenas 0,7% apresentou a faixa de escolaridade do fundamental incompleto. A pesquisa não apresentou outros graus de escolaridade.

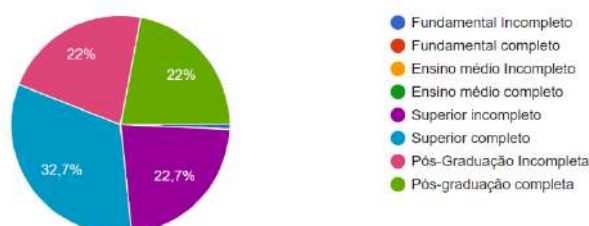


Gráfico 5 – Porcentagem representativa faixa de escolaridade da pesquisa  
Fonte: Dados do estudo (2022)

#### 4.1.2. Percepção dos Respondentes em Relação à Logística Reversa no *E-Commerce*.

Foi questionado aos respondentes, quais categorias de produtos eram mais compradas pela internet, moda e acessórios com 28%, assim como celulares e acessórios com o mesmo percentual, foram as categorias mais adquiridas, seguidas por eletrônicos com 17%, informática 10,3%, eletrodomésticos 9,6%, e por último com 7% saúde e perfumaria. A pesquisa corrobora em partes com o relatório da Neotrust (2021) e com os achados pelos estudos de Premebida (2021), pois traz a categoria de moda como a classe de produtos mais obtidos, mas a pesquisa difere no posicionamento da categoria de saúde. É notório que com a pandemia em curso desde 2020, com os *Lockdowns* que ocorreram, os quais trouxeram a categoria de saúde e perfumaria para uma importante posição dentro do *e-commerce*, assim com a classe de informática, pela adequação dos ambientes de trabalhos que passaram a ser *home office* e precisaram de materiais dessa categoria, o que pode indicar que os respondentes da pesquisa podem ser de categorias essenciais que não entraram em *Lockdown*.

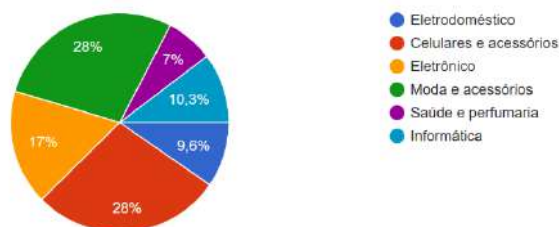


Gráfico 6 – Representações de quais categorias foram mais adquiridas no comércio eletrônico  
Fonte: Dados do estudo (2022)

Foi questionado aos respondentes, qual o motivo que os levaram a recorrer à logística reversa para os produtos adquiridos no *e-commerce*. As principais categorias de proteções dos respondentes foram o tamanho dos produtos errados 25,6%, produtos com defeitos ou danificados 22,9%, e erro no processamento do pedido 22,2%. Seguidos por arrependimento de compras 6,8%, produtos com peças faltando 5,6%, pacotes violados ou amassados 5,3%, entrega de produtos fora do prazo 4,1%, incompatibilidade

do produto adquirido 3,8% e a qualidade do produto é inferior ao que o consumidor esperava 3,8%.

O setor de moda no Brasil não tem padronização, a numeração difere de uma loja para outra, além de o produto não condizer com a qualidade que o consumidor espera. Os dados obtidos pela pesquisa por Scussel (2018) citam a falta de padronização como um ponto muito negativo. Uma séria consequência dessa falta de integração é a deterioração da experiência do consumidor, que aciona as solicitações de troca e devolução no *e-commerce*. Produtos com defeitos ou danificados na entrega geram também essa experiência negativa e muitos pedidos de devoluções, correspondendo com os achados nos estudos De Lima (2021).

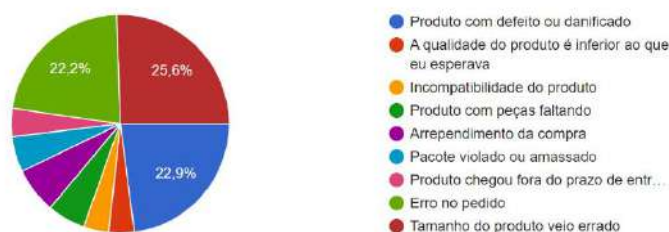


Gráfico 7 – Representações dos motivos pelos quais a logística reversa ocorre no comércio eletrônico.

Fonte: Dados do estudo (2022).

Ao serem questionados se deixaram de comprar produtos no *e-commerce* por terem dúvidas sobre a política de devolução da loja, 44,7% dos respondentes concordaram totalmente, assim como 30% discordaram totalmente, 10,7% concordaram, 9,3% nem concordam, nem discordam seguidos por 5,3% que discordaram.

A política de devolução de produtos de cada empresa estabelece procedimentos para devoluções, e é específica, podendo servir como fonte de análise para a tomada de decisão do consumidor, esta deve ser clara e de fácil acesso aos usuários. Quando esta é mal implementada, trás prejuízos financeiros e gera uma reputação negativa para a empresa.

Consoante com Koch *et al.* (2022) à medida que as devoluções se tornam comuns, as políticas de devolução assumem maior importância estratégica como motivação ou fonte de informação para decisões de compra. O serviço pós-venda é considerado um fator chave na satisfação do cliente e pode ampliar a confiança nas compras *online*.

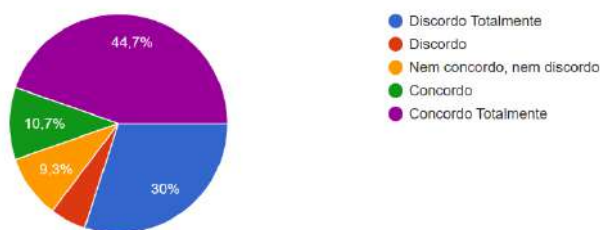


Gráfico 8 – Representação sobre as dúvidas sobre a política de devolução  
Fonte: Dados do estudo (2022)

Ao serem inqueridos sobre produtos comprados no comércio eletrônico recebido dentro do prazo, 42% concordaram totalmente, 26% discordaram totalmente, 17,3% concordaram, 8,7% nem concordaram, nem discordaram, seguidos por 6% que discordaram. O consumidor *online* está mais exigente a cada dia e preza pela experiência de receber o produto o mais rápido possível, algumas empresas já oferecem entregas de produtos no mesmo dia, ou a oferta da compra *online* de retirada na loja (*omnichannel*).

Estudos como os dos autores De Lima (2021) e Borba (2019) colocam esse canal de distribuição em relevância tanto para a logística direta como para a logística reversa, em que além de retirar o produto comprado *online*, o consumidor pode utilizar esses mesmos canais para a troca e devolução de produtos, elevando assim a taxa de entrega e de resoluções sobre a logística reversa dos produtos.

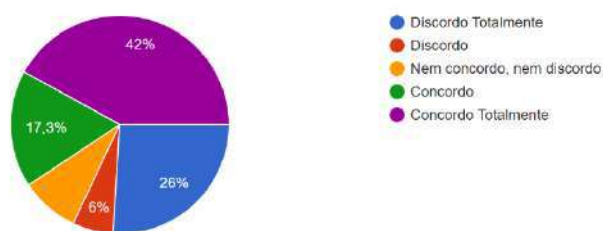


Gráfico 9 – Representação da logística direta no comércio eletrônico.  
Fonte: Dados do estudo (2022).

Abordados sobre o recebimento de produtos danificados e a dificuldade em trocá-los, 40,7% responderem que concordam totalmente sobre essa afirmação, 24% discordaram totalmente, 15,3% concordaram, 10,7% nem concordam nem discordam, seguidos por 9,3% que discordam. A dificuldade em trocar um produto pode elevar a desconfiança nas compras online e fazem com que o consumidor não compre mais em determinada loja, gerando a perda de *Market Share*.

Segundo os estudos de Koch *et al.* (2022), quando a política de devoluções é clara e simples, os consumidores tendem a ser mais confiantes em comprar com este logista. A logística reversa pode ser um meio de conhecer e municiar o setor de qualidade da empresa com dados sobre o cliente, entendendo o porquê certo canal tem mais devolução, diante dos demais canais, ou mesmo o inverso, se o canal está obtendo sucesso, entender o porquê e direcionar mais produtos para este canal de distribuição.

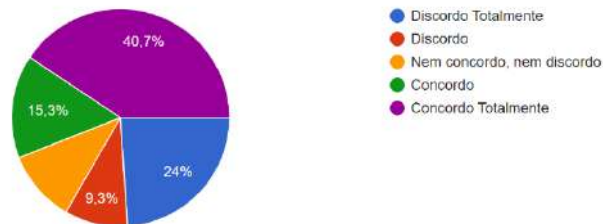


Gráfico 10 – Representação dificuldades de devolução dos produtos danificados  
Fonte: Dados do estudo (2022)

Interpelados sobre qual canal de logística reversa ocorreu à devolução dos produtos adquiridos no *e-commerce*, 37% utilizaram os Correios, 23,3% dos produtos foram retirados na residência do usuário, 13,7% *Omnichannel*, ou seja, adquiriram pelo site e trocaram o produto na loja física, e 5% por ponto de distribuição.

O canal de distribuição reverso mais utilizado pelas empresas ainda é os Correios, segundo os dados dessa pesquisa. De Lima (2021) aponta em seus estudos que o uso dos Correios como canal reverso de distribuição, tem baixa satisfação pelos clientes, pois gera reclamações sobre atrasos de entregas e produtos danificados. Frente a isso várias empresas optam por ter mais canais reversos disponíveis para simplificar o processo de retorno de produtos. Os estudos de Borba (2019) apontam como o *Omnichannel* vê o consumidor e que este pode ter uma percepção positiva de sua experiência com a empresa, em grande parte pela facilidade de acesso, seguindo como uma tendência do varejo e se baseia na convergência de todos os canais utilizados por uma empresa. Trata-se da possibilidade de ofuscar a diferença entre os mundos *online* e *offline*, tornando mais fácil para os clientes efetuarem as trocas de produtos.



Gráfico 11 – Representação sobre a devolução de produtos por canal de distribuição  
Fonte: Dados do estudo (2022)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo discutir o processo de logística reversa no comércio eletrônico. Buscou-se entender como os consumidores da capital paulista se sentem em relação às devoluções de produtos. Na maioria dos casos, o retorno é o resultado de uma operação de processo com falha.

A pesquisa realizada neste trabalho mostra alguns dos obstáculos que surgem nas compras no comércio eletrônico, respondendo assim as questões levantadas neste estudo. Por meio da pesquisa através de questionário realizada com consumidores da capital paulista, podem ser refletidos alguns problemas que surgem no processo de utilização do *e-commerce*, bem como a percepção do público sobre o mesmo. As respostas da amostra salientam que boa parte dos respondentes, que recorreram à logística reversa, ficaram satisfeitos com os resultados, apesar dos problemas enfrentados.

Concluiu-se que na logística reversa, o bom atendimento mostra-se como um dos pilares do seu sucesso. Fornecer um serviço de qualidade quando os clientes mais precisam cria confiança, melhora a imagem da marca e constrói a fidelidade do cliente.

Quanto às limitações do estudo, fica claro que os resultados se aplicam apenas ao estudo de caso apresentado, e não podem ser utilizados como critério em outros contextos. Assim, consideramos este trabalho como base para futuros projetos, os quais concentrem-se em analisar os meios de reduzir as trocas e devoluções de produtos, assim como as novas tecnologias de automação e inteligência artificial podem minimizar os retornos de produtos.

## REFERÊNCIAS

Agência *E-Plus* - **Devolução no e-commerce**: como diminuir - 2021. Disponível em: <

<https://www.agenciaeplus.com.br/devolucao-no-e-commerce-como-diminuir/#:~:text=Al%C3%A9m%20das%20vendas%20perdidas%2C%20as,5%25%20a%20at%C3%A9%2050%25.> > Acesso: 04 jun. 2022

ALVES, HERBERT *et al.* LOGÍSTICA REVERSA DE PÓS VENDA APLICADA AO E-COMMERCE. Repositório FATECLOG, 2021. Disponível em: [https://fateclog.com.br/anais/2020/LOG%C3%8DSTICA%20REVERSA%20DE%20P%C3%93S%20VENDA%20APLICADA%20AO%20E-COMMERCE\(1\).pdf](https://fateclog.com.br/anais/2020/LOG%C3%8DSTICA%20REVERSA%20DE%20P%C3%93S%20VENDA%20APLICADA%20AO%20E-COMMERCE(1).pdf) > Acesso: 04 jun. 2022

BORBA, J. G. *et al.* Uma revisão de literatura sobre as barreiras da logística reversa de pós-venda no varejo omnichannel. Repositório UFSC, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/203153> > Acesso: 04 jun. 2022

BRASIL – Código de Defesa do Consumidor e Normas correlatas 2ª Edição 2017– Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533814/cdc\\_e\\_normas\\_correlatas\\_2ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533814/cdc_e_normas_correlatas_2ed.pdf)> Acesso: 04 jun. 2022.

DA COSTA, P. T. *et al.* E-commerce no Brasil: revisão sistemática de literatura de 2011 a 2021. *Brazilian Journal of Business*, v. 3, n. 4, p. 2969-2982, 2021.

DE CAMPOS, A.; GOULART, V. D. **Rede Logística de Retorno (RLR)**. Saraiva Educação SA, 2021.

DE LIMA, D. S.; V., JOSE C. M. **E-COMMERCE BRASILEIRO: AS RECLAMAÇÕES DO ATRASO NAS ENTREGAS VERSUS ATENDIMENTO NO PRAZO**, Repositório FATECLOG. 2021. Disponível em: [https://fateclog.com.br/anais/2020/E-COMMERCE%20BRASILEIRO%20AS%20RECLAMA%C3%87%C3%95ES%20DO%20ATRASO%20NAS%20ENTREGAS%20VERSUS%20ATENDIMENTO%20NO%20PRAZO\(1\).pdf](https://fateclog.com.br/anais/2020/E-COMMERCE%20BRASILEIRO%20AS%20RECLAMA%C3%87%C3%95ES%20DO%20ATRASO%20NAS%20ENTREGAS%20VERSUS%20ATENDIMENTO%20NO%20PRAZO(1).pdf) > Acesso: 04 jun. 2022

DONADEL, C. M.; LORANDI, J. A. **A logística do comércio eletrônico do B2C (business to consumer)**, Editora Científica, 2021. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/201202446.pdf> > Acesso: 04 jun. 2022

Fecomercio SP - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo . **Pesquisa Conjuntural do Comércio Eletrônico**, 2021. Disponível em: <<https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/pcce>>. Acesso em: 22 jun. 2022

GIL, Carlos, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

GILIOLI, R. M.; GHIGGI, T.. **ESTRATÉGIAS DE E-COMMERCE**. Revista Eletrônica Gestão e Serviços, v. 11, n. 2, p. 3261-3279. > Acesso: 04 jun. 2022

GOULART, V. D. ; DE CAMPOS, A. **Rede Logística de Retorno (RLR)**. Saraiva Educação SA, 2021.> Acesso: 04 jun. 2022

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo de 2010**.

Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=25188> > Acesso em: 08 jul. 2022.

KOCH, A. M. *et al.* **Devolução de produtos e custos de retorno no e-commerce sob a perspectiva das trocas sociais.** 2022.

LEITE, P.R. **Logística Reversa: Sustentabilidade e competitividade.** (n.d.). (n.p.): Saraiva Educação S.A, 2021

M., L. F.; CAMPOS, G.. **Problemas Corriqueiros no E-commerce sob a Percepção dos Consumidores.** *Marketing & Tourism Review*, v. 5, n. 2, 2020.

MOUTIN, A. A.; PANDOLFI, M. C. **A IMPORTÂNCIA DA LOGÍSTICA REVERSA EM UMA AGÊNCIA DOS CORREIOS.** Repositório FATECTQ – SIMTEC, 2019. Disponível em: <https://simtec.fatectq.edu.br/index.php/simtec/article/view/451>> Acesso: 04 jun. 2022

Neotrust - Neotrust 7ª Edição 2021. Disponível em <[https://20108050.fs1.hubspotusercontent-na1.net/hubfs/20108050/Relat%C3%B3rios%20Neotrust/Relat%C3%B3rio%20Edi%C3%A7%C3%A3o%207%20-%20Neotrust.pdf?utm\\_medium=email&\\_hsmt=209584225&\\_hsenc=p2ANqtz--HikTgbl5jrqrAoNI1qAyoXs1\\_ViilAZBsaFcdhjGagc\\_aSxYKVB\\_gO-BwB8vL7ferozFs8\\_FVZ5xqDKVULPH6x3sg&utm\\_content=209584225&utm\\_source=hs\\_automation](https://20108050.fs1.hubspotusercontent-na1.net/hubfs/20108050/Relat%C3%B3rios%20Neotrust/Relat%C3%B3rio%20Edi%C3%A7%C3%A3o%207%20-%20Neotrust.pdf?utm_medium=email&_hsmt=209584225&_hsenc=p2ANqtz--HikTgbl5jrqrAoNI1qAyoXs1_ViilAZBsaFcdhjGagc_aSxYKVB_gO-BwB8vL7ferozFs8_FVZ5xqDKVULPH6x3sg&utm_content=209584225&utm_source=hs_automation)> Acesso em 03 jun. 2022

NEVES, T. F. C. **O comércio eletrônico e o direito do consumidor.** R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 154-163, 2014.

PREMEBIDA, E. A.. **E-commerce em 2020**, um cenário de oportunidades em meio a pandemia. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 2, p. e59210212984-e59210212984, 2021.

RODRIGUES, R. O. **A Logística Reversa como um diferencial competitivo.** *Research, Society and Development*, v. 11, n. 6, p. e36311629354-e36311629354, 2022.

SÃO THIAGO, L. S. **Os contratos eletrônicos e a proteção dos consumidores: uma análise crítica com base no Decreto Federal 7.962/2013.** Revista do CEPEJ, n. 23, 2021.

SCUSSEL, F. B. C. *et al.* **Muito além das curvas: a experiência de consumo das mulheres brasileiras plus size no varejo de moda.** Revista Alcance, v. 25, n. 1, p. 79-92, 2018.

SENACON - **Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.** Boletim Consumidor.gov.br 2021. Disponível em < [https://www.defesadoconsumidor.gov.br/images/Biblioteca/boletim\\_consumidor\\_GOV\\_BR\\_1.pdf](https://www.defesadoconsumidor.gov.br/images/Biblioteca/boletim_consumidor_GOV_BR_1.pdf) > Acesso em 07 jun. 2022.

SILVA, T. D. **A Logística reversa no e-commerce.** Repositório ANIMA, 2017.



Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/12233> >  
Acesso: 04 jun. 2022

T. E. H.. **Logística de E-commerce**. Editora Fael, 2019. Disponível em: <https://ms.book.as/book/17889099/0bd9ae>> Acesso: 04 jun. 2022

TOMÉ, L. M.. **Comércio eletrônico**. Repositório BNB, 2021. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/908/1/2021\\_CDS\\_178.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/908/1/2021_CDS_178.pdf)>  
Acesso: 04 jun. 2022

VIANA, A. K. **Fluxo de mercadorias no E-commerce**. Repositório UFT, 2022.  
Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3949>> Acesso: 04 jun. 2022

YIN, R. K. **Estudo De Caso: Planejamento E Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.> Acesso: 04 jun. 2022



# *Capítulo 2*

---

## **O USO DA ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO COMO FERRAMENTA DE MAXIMIZAÇÃO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL**

**DOI: 10.29327/568033.1-2**

Elcivan Bezerra Miranda  
Jhonata Jankowitsch

## O USO DA ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO COMO FERRAMENTA DE MAXIMIZAÇÃO DO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

*Elcivan Bezerra Miranda*

*Jhonata Jankowitsch*

### RESUMO

O tempo é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento especializado das atividades. Faz-se necessário estudar a gestão do tempo, bem com as dificuldades de sua gestão nas organizações, ferramentas e métodos de execução das atividades, gerando assim, a maximização do tempo, estabelecendo um trabalho de forma ordenada, compreendendo os fatores preponderantes para viabilidade em relação ao tempo disponível na realização das atividades de rotina. Neste sentido, a administração tem a função de planejamento, direção, controle e organização. Ser produtivo atualmente, exige principalmente o exercício da capacidade de processamento e colaboração em torno da informação, organização e conhecimento. Com isso, o processo de aprender a importância de organizar o tempo para o bom desempenho das atividades é contingente à habilidade de permanecer aberto às mudanças que estão ocorrendo no ambiente, seja interno ou externo. A estrutura deste trabalho orientou-se através de pesquisa e revisão bibliográfica, de artigos e periódicos, os quais têm como finalidade esclarecer a necessidade da gestão do tempo

**Palavras-chaves:** Administração do tempo; Gestão, Resultados. Sugestões: gestão nas organizações; planejamento.

### ABSTRACT

Time is an indispensable tool for the specialized development of activities. It is necessary to study time management, as well as the difficulties of its management in organizations, tools and methods of carrying out activities, thus generating the maximization of time, establishing an orderly work and understanding the preponderant factors for feasibility in relation to time available to carry out routine activities. In this sense, administration has the function of planning, directing, controlling and organizing, being productive today, requires mainly the exercise of processing and collaboration capacity around information, organization and knowledge. Thus, the process of learning the importance of organizing time for the good performance of activities is contingent on the ability to remain open to changes that are taking place in the environment, whether internal or external. The structure of this work is based on a research and literature review, articles and periodicals that aim to clarify the need for time management.

**Keywords:** Time management; Management; Results. Suggestions; Management in organizations; planning.

## 1. INTRODUÇÃO

As dificuldades enfrentadas pelas organizações em administrar o tempo ou cumprir o tempo preestabelecido, de forma a usá-lo de maneira eficiente, não resulta da aplicação de técnicas e princípios inflexíveis. Promover o autoconhecimento é essencial para administração eficiente do seu tempo, para estar apto a planejar o futuro. Cada indivíduo precisa estar apto a antecipar seu comportamento em situações futuras e isso requer autoconhecimento.

Sabendo que as particularidades são individuais e que o tempo é igual para todos, o que distinguirá as pessoas são as formas de gerir seu tempo e o comportamento em relação à administração do tempo. Os perfeccionistas possuem a propensão à aprender a fazer as coisas somente até o ponto que os padrões sejam atingidos. Suprir as pessoas com dispositivos para economizar tempo normalmente não é suficiente para fazê-las desaprender hábitos arraigados e desenvolver novos comportamentos.

O tempo faz parte e está contido em todas as fases, das mais diferentes organizações, independentemente qual seja o nicho de trabalho, sempre haverá necessidade do cumprimento de tempo, metas e prazos. Em diversas culturas orientais, o tempo é visto como uma policromia: infundável, sem começo, nem fim. Seus limites não fazem parte do vocabulário. Isto faz um contraste marcante com aqueles que adotam o conceito ocidental do tempo, que o vê como monocromático ou linear, uma mercadoria valiosa por sua escassez. Por este aspecto, o tempo é compartimentalizado, organizado e controlado.

Outro fator importante que se engaja nessa mudança, é a tecnologia, especialmente os computadores, que estão tendo grande impacto atualmente. Não apenas permitindo que um número de pessoas desempenhe suas funções em casa, mas distanciadas, fisicamente de suas empresas empregadoras. Isto requer disciplinas diferenciadas.

Organizar o tempo é possível, desde que haja uma política de gerenciamento do tempo inclusa nas organizações, para que se possa dimensionar o tempo de cada etapa do planejamento, analisando a capacidade produtiva. A exemplo, as teorias mecanicistas de Taylor, é possível atualizá-las, usando-as como modelo de gestão do tempo, aplicando suas especializações. A administração passa cada vez mais a entender o ser racional,

sendo necessário identificá-lo como parte integrante da organização e não como uma máquina. Mas o que isso leva ao alcance dos melhores resultados? Entender o ser humano como parte da empresa, tornar a organização estruturada, facilitando o desenvolvimento das rotinas de trabalho.

## 2. DEFINIÇÕES DE TEMPO

A ciência tem dividido o tempo em físico (objetivo) e experimentos (subjetivo e provimento de sensibilidade). Na medida em que percebemos dentro do domínio da experiência pessoal, há uma qualidade arbitrária, irreal, sobre a mensuração objetiva do tempo estabelecido pelo relógio e calendário. Nas questões práticas, é feito constantemente de acordo com o comportamento dos objetivos na natureza; ao mesmo tempo consciência também de que esses eventos têm uma qualidade inteiramente porquanto são parte da ordem subjetiva de tempo da experiência pessoal (BERNHOEFT 2016, P.16).

Como destaca Maximiano (2014), a especialização da administração atual só foi possível devida à apuração do tempo através do processo produtivo. O domínio do tempo é ferramenta indispensável para uma gestão especializada de tudo que se propõe a ser realizado, principalmente quando é um processo contínuo.

Barbosa (2012) define a administração do tempo como uma tríade, relacionando à componentes importantes, urgentes e circunstanciais, destacando o tempo como o conjunto de algumas técnicas para gerenciar seus compromissos. Atualmente, a tecnologia é vital para ganhar tempo. Grande parte da população possui acesso à Internet e aos meios eletrônicos. A metodologia precisa ter suporte de ferramenta para dar resultado. Em primeiro lugar, vem a metodologia, que ensina um modelo mental baseado em um novo padrão de uso do tempo; depois vem a ferramenta, que dá suporte à aplicação do método e faz o novo modelo ser sustentado; e, finalmente, a persistência, pois nada acontece da noite para o dia em produtividade, é preciso treinar muito seu modelo mental.

No entanto, dois conceitos básicos podem dar ao tempo uma dimensão mais ampla do que simplesmente aliá-lo ao valor econômico. Em primeiro lugar, o tempo é irreversível no sentido objetivo da sua dimensão, com o tempo o indivíduo pode acumular experiências. Em segundo lugar, o tempo é inelástico, ou seja, não pode ser esticado ou guardado.

[...] para que suscetível de ser medido, deve fluir uniformemente, mas quem disse que isso acontece? No que concerne a nossa consciência ela não flui, apenas admitimos tal coisa porque é conveniente; e nossas unidades de mensuração são conversão puramente arbitrárias e consumadas (Segundo Mann, *apud* BERNHOEFT, 2016, p. 32).

A organização do tempo supõe a prática de alguns princípios: princípio da direção (objetivos); princípio da visão estratégica (antecipação às tendências), princípio dos quadrantes (eficiência/eficácia), princípio da convergência (concentração), princípio da delegação (descentralização), princípio do controle (*feedback*) e o princípio do uso do tempo livre (BATATAIS, 2012, p. 196)

Segundo Elias (1998) *apud* MELLO; TONELLI, (2016, p. 3), os autores observam o tempo como uma construção da humanidade que faz parte do processo civilizador e, como tal, nos é ensinado desde a infância. Para tanto, o tempo é um símbolo da instituição social que acompanha a evolução da humanidade e depende das relações sociais, não sendo possível que o indivíduo sozinho consiga forjar o seu conceito.

O tempo pode exercer simultaneamente diversas funções: produzir um sentido dentro de uma convenção social, desempenhar o papel de instrumento de orientação (ao se observar, por exemplo, o mostrador de um relógio), e servir de instrumento de regulação da conduta e da sensibilidade humana, influenciando suas atitudes e reações. Como parte das relações sociais, a percepção do tempo, bem como suas funções e seu uso, muda de acordo com o nível de desenvolvimento da sociedade.

A experiência do tempo como um fluxo uniforme e contínuo só se tornou possível com o desenvolvimento social da medição do tempo, através de relógios de movimento contínuo, da sucessão contínua de calendários anuais. Antes da invenção dos relógios, os fenômenos naturais, como o ritmo das marés ou do próprio pulso, o nascer do sol ou da lua, serviam como meios de orientação e regulação da coexistência social. Tempo é uma construção coletiva influenciada pelo desenvolvimento da sociedade e de suas instituições, os processos não devem deixar de ser analisados para o entendimento das transformações na sociedade contemporânea. Efetivamente, do capitalismo, do industrialismo e/ou das novas formas de estruturas e relações sociais, decorrem profundas modificações na dimensão temporal (MELLO e TONELLI, 2016, p. 4).

Para identificar com precisão como ocupa-se o tempo em uma organização, uma rotina de atividades deve dimensionar exatamente o percentual de tempo utilizado em cada tipo de atividade. O tempo não pode ser controlado sem dimensionamento exato de sua utilização. O princípio básico para utilizar bem o tempo é priorizar as tarefas realmente importantes que trazem maiores resultados, aquelas que sempre são deixadas para serem executadas depois das mais fáceis.

## 2.1 Tempo nas organizações

Segundo Maximiano (1992), *apud* Batatais, (2012, p. 195). “Organização é uma combinação de esforços individuais, que torna possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis por uma só pessoa. Todo o desempenho organizacional é regido por três elementos básicos: pessoas, tarefas e administração. Para organizar e administrar o tempo para um melhor desempenho, a organização do tempo supõe a prática de alguns princípios: princípio da direção (objetivos); princípio da visão estratégica (antecipação às tendências), princípio dos quadrantes (eficiência/eficácia), princípio da convergência (concentração), princípio da delegação (descentralização), princípio do controle (*feedback*) e o princípio do uso do tempo livre (visão sistêmica)”.

Analisar profundamente as mudanças nas relações de trabalho associadas a uma “nova” disciplina temporal trazida pelo capitalismo industrial. Para ele, a disciplina no trabalho através do controle do tempo, relacionada à sincronização da divisão do trabalho e à maximização da exploração do tempo de trabalho humano, é a base do lucro deste sistema. Quando o trabalho começa a ser controlado e remunerado pelo tempo (número de horas trabalhadas), reforça-se a associação de tempo a dinheiro. Como isso “o tempo começa a ser relacionado a dinheiro: ao dinheiro do empregador”. Neste contexto, muda-se o foco do sentido do trabalho: não é mais a tarefa que tem importância, mas sim o “valor” do tempo e o retorno do investimento, alterando assim profundamente as relações de trabalho (Segundo Thompson, *apud* MELLO; TONELLI, 2016, p. 3).

Voltando à abordagem da administração do tempo no contexto profissional, quanto ao fator “organização”, observa-se no desempenho das ações nas empresas alguns fatores importantes a serem levados em consideração. Uma mesa de trabalhos bem organizada, de forma a facilitar a localização de qualquer objeto ou documento, é um

elemento de grande importância para o bom aproveitamento do tempo. Um ambiente de trabalho desorganizado ocasiona situações em que se faz necessário procurar algo, dessa forma, perde-se tempo e produtividade, prejudicando o desempenho como um todo.

Diante disso, é importante que todas as estratégias organizacionais estejam alinhadas com o planejamento e com a administração do tempo, para que seja possível atingir os resultados dentro dos prazos, obter receitas, melhorar os níveis de satisfação junto ao público, fidelizar clientes e consolidar positivamente a empresa dentro de um contexto de mercado crescente e diversificado.

## 2.2 Produtividade e o tempo

A produtividade é um dos fatores que reflete o desempenho de uma organização. Na produtividade, na execução das ações, no planejamento e nos resultados obtidos. Para uma boa produtividade, é necessário implementar mecanismos que ocasionem um bom desempenho e que estes garantam sua melhoria contínua. No início do século XX, tanto a qualidade quanto a produtividade, passaram a ser estudadas como ciência por Frederic W. Taylor (1903), um dos principais precursores em produtividade, cujo método foi a base da moderna técnica da administração empresarial. Outros estudiosos como Henry Fayol (1916), Max Weber (1940), Etzioni (1947), Elton Mayo (1932), surgiram com novos estudos diversificando outros modelos de organização, mas na questão da eficiência e produtividade, Taylor se destacou até os tempos modernos (BATATAIS, 2012,p.192).

Maximiano (2008, p.64) afirma que para que haja um aumento na produção, o produto é dividido em partes, e o processo de fabricá-lo é dividido em etapas. Cada etapa do processo produtivo corresponde à montagem de uma parte do produto. Cada pessoa e cada grupo de pessoas, num sistema de produção em massa, têm uma tarefa fixa dentro de uma etapa de um processo predefinido. A divisão do trabalho implica a especialização do trabalhador. Na produção artesanal, o trabalhador faz um produto do começo ao fim – desde o projeto até o controle de qualidade final – ou uma parte significativa de um produto final.

Segundo Campos (2013, p. 262) “O PDCA - *Plan, Do, Check, Act* é um método de gerenciamento de processos ou sistemas. É o caminho para atingir as metas atribuídas aos processos dos sistemas empresariais”. Nesta fase são planejadas e executadas as ações organizacionais, para que o processo possa ser reavaliado e uma melhoria ser promovida.



O ciclo PDCA apresenta um vasto campo de utilização, podendo ser utilizado desde a instituição das metas até a melhoria em padrões operacionais na empresa. Contribuindo para a qualidade e produtividade da organização, não deverá apenas ser eficiente, fazer certo o trabalho, mas também, ser eficaz, administrar o tempo, gerenciar a comunicação e divulgação de informações, atender aos clientes internos e externos, estar com seus arquivos atualizados, conhecer de modo geral a cultura da empresa e ter um domínio da informática. É importante lembrar que para contribuir com a qualidade e produtividade da organização, técnicas como a PDCA (planejar, executar, verificar e atuar) ajudam no desenvolvimento do trabalho.

### 2.3 Organização do tempo

Segundo Maximiano (2014), organização é uma combinação de esforços individuais, que torna possível perseguir e alcançar objetivos que seriam inatingíveis por uma só pessoa. Todo o desempenho organizacional é regido por três elementos básicos: pessoas, tarefas e administração.

Mas, como organizar e administrar o tempo para um melhor desempenho? Para o Prof. Alcides Schotten, da Empresa Methodus, “a organização do tempo supõe a prática de alguns princípios: o princípio da direção (objetivos); o princípio da visão estratégica (antecipação às tendências), o princípio dos quadrantes (eficiência/eficácia), o princípio da convergência (concentração), o princípio da delegação (descentralização), o princípio do controle (*feedback*) e o princípio do uso do tempo livre (visão sistêmica)”.

Dessa forma, administrar o tempo é adquirir controle sobre a vida, sendo necessário haver alguma flexibilidade na programação e organização do tempo, sabendo diferenciar o que é importante, prioritário e urgente. A boa administração do tempo é provavelmente o fator mais importante na administração e na organização. A partir disso, será possível aprimorar a eficiência no tempo e com o tempo.

É importante seguir algumas regras segundo Morgan (1996), para se obter o controle da organização do tempo, como:

- Selecionar quais as tarefas que serão tratadas e quais as suas prioridades.
- Fazer certo as coisas certas (Qual a maneira mais eficiente de se fazer?).
- Procurar maneiras de postergar, reprogramar ou delegar o que não for realmente importante no momento e que não faça parte da meta principal.

- Detectar onde o tempo está sendo desperdiçado.
- Todos temos 24 horas por dia, como cada indivíduo as utiliza é o que representa a enorme diferença.
- Deixar claro o que é possível e o que não é possível fazer é uma forma de adquirir credibilidade e respeito.
- Planejamento. Evitar tarefas incompletas. Quando possível, delegar tarefas de rotina.
- Perceber em qual momento do dia a energia pessoal é mais alta e tentar harmonizar as tarefas prioritárias com as horas de maior energia.
- Manter os compromissos no horário, as pessoas se sentirão mais respeitadas e se tornarão mais leais.
- A organização do local de trabalho traz eficiência e economia de tempo.
- Decisão sobre as metas que deseja atingir, verificação dos passos que o levarão até lá, concentração das atividades nessas metas.
- Marcar as reuniões para o final do dia. Elas terminam mais rápido quando a hora da saída se aproxima.

O processo de aprender a importância de organizar o tempo para o bom desempenho das atividades é contingente à habilidade de permanecer aberto às mudanças que estão ocorrendo no ambiente e de desafiar hipóteses operacionais (MORGAN, 1996).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do artigo, utilizou-se pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica do trabalho. Segundo Gil (2002, p.44), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Segundo Moreira (2014) para se chegar ao resultado de um problema a respeito de um determinado assunto, se utiliza o método. E o mesmo, segundo o autor, permite ao pesquisador estudar ou até mesmo explicar o resultado alcançado, constituindo-se assim, um excelente instrumento de trabalho para o pesquisador. O autor Ruiz (2011, p. 137) colabora afirmando que “a palavra método é de origem grega e significa o conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade”. Neste sentido, descreve-se neste capítulo os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, os quais abordaram a revisão bibliográfica,

buscando compreender e interpretar a importância da administração do tempo para as organizações.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do tempo vem quebrando paradigmas, tentando entender suas dimensões e sua importância ao longo da história. Percebendo que o fator “tempo” pode ser tratado em inúmeras dimensões entre as quais pode-se citar: pessoal, cultural e organizacional, além de fazer uso da administração como ferramenta de gestão para maximização dos resultados de forma eficiente. O que se percebe ainda, é que o gerenciamento do tempo estratégico nas organizações é um ponto primordial para um melhor desempenho organizacional, sendo utilizado como ferramenta gerencial, em contrapartida, permitindo o alcance das metas com menor desperdício de energia e recursos disponíveis.

Com os avanços tecnológicos e as estratégias de sobrevivência no mercado acirrado, surgiu a necessidade de inovação, políticas de especializações e qualificação dos colaboradores nas empresas competitivas. As ferramentas tecnológicas surgiram como elemento motivador para os treinamentos, pois a exigência do mercado força as adequações impostas pela globalização. Portanto, para o bom desenvolvimento do trabalho, é necessária uma boa integração global.

As mudanças globais geram nas organizações a necessidade de atender a demanda de trabalho em tempo hábil, o que significa buscar resultados com eficiência e práticas competitivas para inibir concorrentes. Mas será que é somente atender a demanda? Não. Deve-se atender de maneira satisfatória as necessidades dos clientes em tempo hábil e agregar qualidade nos serviços prestados.

A satisfação do cliente só será possível, se além da especialização da mão de obra, existam ações diferenciadas para enquadramento do desenvolvimento das atividades, sendo a capacidade operacional de cada colaborador percebida e valorizada. Nesse contexto, a divisão do trabalho é parte integrante para mudanças e da busca incessante pela eficácia. Somente assim, o excesso de trabalho não causará prejuízos nas empresas, pois as procrastinações podem atrapalhar o andamento das atividades, gerando assim um vácuo produtivo, o que poderá levar o planejamento ao fracasso operacional.

Analisando a competência das organizações nos seus segmentos distintos; indústria, comércio ou serviço, deve-se analisar cuidadosamente os aspectos: como, quanto e quando deve-se produzir algo. O mau dimensionamento desses elementos pode

impactar diretamente na capacidade comercial da empresa, sendo um desperdício de tempo e ao mesmo tempo evitar o retrabalho. No planejamento deve conter as dimensões exatas para produção, evitando possíveis, perdas de mão de obra, dinheiro e material.

Conclui-se que administrar o tempo é adquirir controle sobre a vida, sendo necessário flexibilidade na programação e organização do tempo a partir da rotina pessoal até as necessidades da organização, diferenciando o que é importante, prioritário e urgente. A conciliação das atividades pessoais e necessidades da empresa levam ao aprimoramento e aplicação do tempo disponível de forma eficiente. O processo de aprender a importância de organizar o tempo para o bom desempenho das atividades e contingente às habilidades de permanecer aberto às mudanças que estão ocorrendo no ambiente, seja interno ou externo. Cabe à organização saber lidar com essas variáveis.

## REFERÊNCIAS

BATATAIS, Vidal. **Gestão de produtividade e organização do tempo: técnicas e ferramentas para o profissional de secretariado**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

BARBOSA, Christian. **A tríade do tempo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

BERNHOERFT, Renato. **Administração do tempo: um recurso para melhorar a qualidade de vida pessoal e profissional**. São Paulo: Nobel, 2016.

BRUNIERA, Celina Fernandes Gonçalves. **Marx e a divisão do trabalho: A alienação do trabalho**. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/marx-e-a-divisao-do-trabalho-a-alienacao-do-trabalho> >. Acessado em: 26 de abril de 2020.

CAMPOS, Maria Ermandina. **Trabalho em equipe uma estratégia de gestão**. Florianópolis: Moderna, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 3ª edição.

CONCEITO. **Tempo na física**. Disponível em:< <http://conceito.de/tempo>>. Acessado em: 03 de março de 2020.

DRUCKER, Peter. **Introdução a administração**. São Paulo: Thomson Pioneir, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

JONES, Lyndon; LOFTUS, Paul. **Organize melhor o seu tempo**. São Paulo: Clio Editora, 2010.

LUIZ, Gustavo de Carvalho. **A gestão como foco na administração do tempo.** Disponível em: < <http://www.cfa.org.br/acoes-cfa/artigos/usuarios/a-gestao-com-foco-na-administracao-do-tempo> >. Acessado em: 03 de março de 2016

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital.** São Paulo: Atlas, 2014.

MELLO, Hivy Damásio Araújo; TONELLI, Maria José. **O Tempo e as Organizações: Concepções do Tempo em Periódicos de Estudos Organizacionais.** Recife: Anpad, 2002.

MORGAN, G. **Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações.** RAE ,v.45, n.1, 2005.

PRATES, Carlos. **Gestão do tempo: ações e metas.** Disponível em; <[www.ibahia.com/a/.../APOSTILAS-GESTÃO-DO-TEMPO-AÇÕES-E-METAS](http://www.ibahia.com/a/.../APOSTILAS-GESTÃO-DO-TEMPO-AÇÕES-E-METAS)>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2016.

SIGNIFICADO. **Significado de procrastinação.** Disponível em: <<http://www.significados.com.br/procrastinar/>>. Acessado em: 28 de maio de 2020.

VITORINO, Robson. **Como as pessoas procrastinam.** Disponível em: <<http://www.maxta.com.br/por-pessoas-procrastinam/>>. Acessado em: 15 de maio de 2016.

## ***Capítulo 3***

---

# **DESJUDICIALIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO EXTRAJUDICIAL PARA O CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA CELERIDADE E ACESSO À JUSTIÇA SOB O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE**

**DOI: 10.29327/568033.1-3**

Weider Silva Pinheiro  
Jhonata Jankowitsch

## **DESJUDICIALIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO EXTRAJUDICIAL PARA O CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA CELERIDADE E ACESSO À JUSTIÇA SOB O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE**

*Weider Silva Pinheiro*

*Jhonata Jankowitsch*

### **RESUMO**

A morosidade causadora de onerosidade, perda de chance, e, por fim, ineficácia são consideradas características comuns da justiça brasileira por parte da população do país, com quase 74,4 milhões de processos com julgamento pendente ao final do ano de 2020 segundo dados do Conselho Nacional de Justiça. Sabendo-se que o acesso à justiça e a celeridade processual são direitos fundamentais garantidos pelo Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, e pelos princípios da dignidade da pessoa humana, torna-se cada dia mais premente a desjudicialização das demandas que por sua natureza e temática não exijam a participação do Estado-juiz, transferindo-as para as resoluções de caráter conciliatório, judiciais ou extrajudiciais. Dessa forma, com o fito de desafogar o sistema judiciário, e assim poder oferecer ao cidadão e à sociedade a resolução mais célere e justa do provimento jurisdicional. Passos importantes têm sido dados nessa direção, como a arbitragem, a mediação e a conciliação, sendo essas últimas obrigatórias em qualquer ação judicial ajuizada perante as cortes. A possibilidade de resolução extrajudicial passa obrigatoriamente pelo acompanhamento e fiscalização dos agentes terceiros, que figuram não como agentes do Estado, mas como agentes dotados de fé pública e que seguem os mesmos princípios constitucionais que legitimam o poder de juiz do Estado. Constata-se, por fim, que a desjudicialização gera pacificação social, economia aos cofres públicos, descongessa os magistrados, e democratiza o acesso à justiça, fortalecendo o Estado Democrático de Direito e suas diretrizes fundamentais.

**Palavras-chave:** Desjudicialização. Extrajudicial. Direitos fundamentais.

### **ABSTRACT**

The slowness, second-degree weight loss and, finally, ineffectiveness are part of the final occurrence of Brazilian justice appeals, with almost 74.4 million common processes with second degree judgment in the year 2020 data from the National Council of Justice. Knowing the access to justice and procedural speed by the Article do not require the participation of the State-judicial, transferring them to as a resolution of conciliatory resolution, thematic pertaining to extrajudicial. In this way, with the aim of unburdening the judicial system, and thus being able to offer the citizen and society the fastest and fairest resolution of the judicial process. Important steps have been taken in this direction, such as arbitration, mediation and conciliation, the latter being mandatory in any lawsuit brought before the courts. The possibility of resolution necessarily passes as extra agents through the monitoring of agents and supervision of public agents of third parties, who

do not follow the same legitimate constitutional principles of the State or of the State's judge authority. Finally, it appears that the dejudicialization generates social pacification, economy to the public coffers, decongests the magistrates, and democratizes the access to justice, strengthening the Democratic State of Law and its fundamental guidelines.

**Keywords:** De-judicialization. Extrajudicial. Fundamental rights.

## 1. INTRODUÇÃO

É possível ponderar, como sendo fato, que uma considerável parcela da população brasileira, quando questionada, afirmar acerca do sistema judiciário do país que se trata de um sistema oneroso, tanto para as partes quanto para o Estado. Moroso, em especial no provimento de decisões jurisdicionais e até ineficaz, posto que falha ao oferecer ao cidadão os préstimos de uma justiça acessível e que seja razoavelmente rápida.

Segundo dados do CNJ, publicados no relatório Justiça em Números (2020), o Poder Judiciário teria finalizado o ano de 2019 com cerca de 77,1 milhões de processos em tramitação, dentre eles 62,9 milhões que ainda aguardavam julgamento. Lado outro, verifica-se que o relatório de (2021) já apontava que este número já contava com 75,4 milhões de processos em tramitação. Mesmo que o relatório aponte que tem havido redução no volume de processos judiciais pendentes desde 2017, estes ainda são números extremamente expressivos. É justamente a quantidade de pendências que sobrecarrega o judiciário e causa o inchaço das cortes: quanto maior o número de ações direcionadas ao Poder Judiciário, maior será sua morosidade, podendo um processo, a depender da natureza do pedido, chegar à resolução quase uma década após seu início. Porém, não se pode repreender o cidadão que recorreu à justiça para solucionar alguma contestação, controvérsia ou disputa de interesses, afinal o acesso à justiça é um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5<sup>o</sup><sup>1</sup>, assim como o direito à duração razoável do processo.

Assim sendo, é de se considerar que o acesso à justiça, não se trata de um interesse difuso da população representada pelo aparato Estatal, e sim um direito fundamental, expresso tanto pela busca dessa resolução jurisdicional, mas também, e tão importante quanto, pela efetiva e justa decisão.<sup>2</sup>

Destarte, prevê a Constituição que cabe ao Estado prover ao sistema jurisdicional de instrumentos que sejam capazes de solucionar as questões trazidas perante o Estado-

1 BRASIL, 1988.

2 CAPPELETTI; GARTH, 1998.



juiz para que este, em uma perspectiva de razoabilidade temporal e necessário afastamento do caso em vértice, ou seja, sem que possua interesses outros que não o provimento justo, no âmbito individual e coletivo, possa prestar a tutela e solucionar a lide ou a disputa de maneira célere e imparcial. É deste raciocínio que se desdobra os princípios constitucionais da celeridade do processo, da dignidade da pessoa humana e da inafastabilidade da atuação jurisdicional do Estado, e que, por sua vez, desembocam no processo de desjudicialização da atividade resolutiva do Estado-juiz através, dentro dos instrumentos estatais, para prover os deslindes necessários para a pacificação social, manutenção da ordem pública e a segurança jurídica, que formam, em conjunto, a estabilidade social de um Estado de Direito Democrático.<sup>3</sup>

A presente pesquisa se caracteriza, quanto a seus objetivos, como sendo descritiva ao visar expor os aspectos e a frequência de determinado fenômeno,<sup>4</sup> o que se deu por meio de análises documentais e bibliográficas, livros e periódicos, além de leis e resoluções diversas.<sup>5</sup> Acerca de sua abordagem, esta possui caráter qualitativo. Richardson (2012) recomenda o uso da pesquisa qualitativa ao se buscar entender os significados de um determinado fenômeno ou tema ao não se considerar apenas números, mas outros aspectos que podem se apresentar no decorrer da pesquisa.

## 2. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Dentre os princípios que norteiam a Constituição Federal brasileira de 1988, podemos destacar, com certa prevalência para o poder/dever jurisdicional do Estado, o princípio do Acesso à Justiça, entendendo este como aquele princípio que orienta a jurisdição estatal de maneira objetiva, posto ser um direito insculpido nos direitos chamados de segunda geração ou dimensão, e que por essa característica, impõe ao Estado uma obrigação positiva de prestar e assegurar a efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais. Desta feita, podemos asseverar que o acesso à justiça, não se trata unicamente de se oferecer o acesso físico do cidadão aos meios jurisdicionais, mas sim que este acesso seja efetivo quanto aos custos e quanto à celeridade da decisão jurisdicional.<sup>6</sup>

---

3 PEREIRA, 2002.

4 RAMPAZZO, 2002.

5 FONSECA, 2002.

6 CUNHA JÚNIOR, 2011.

Tradicionalmente no Brasil, em especial durante as fases de formação dos profissionais do direito, há a confusão entre o que se entende por justiça e o que se tem enquanto judiciário. E a compreensão e diferenciação desses dois termos se faz premente para que possamos compreender com maior clareza que o processo de desjudicialização, ao contrário do que possamos ouvir aqui e ali nas doutrinas ou nos argumentos em contrário, não retira a jurisdição, ou seja, o dizer do Direito do Estado-juiz, mas sim, amplia a noção de cumprimento efetivo do dizer jurisdicional através dos aparatos ou dos instrumentos do poder judiciário, que, neste entender, não se restringe unicamente à jurisdição direta, aplicada através de um juiz de direito ou de órgão colegiado. É sabido que a função precípua deste poder é dirimir disputas e estabilizar as relações sociais, e para isso detém o poder coercitivo, entretanto, dizer do Direito não implica considerar que apenas o poder judiciário, diretamente, tenha competência para dizer do direito em casos que, mesmo não sendo menos ou mais importantes que outros, não precisem, por sua natureza, da figura de um tribunal.<sup>7</sup>

Ainda nesta linha de raciocínio, quanto á manifesta orientação principiológica para o oferecimento, ou a criação, ou ainda evolução de uma prestação jurisdicional que seja, mais eficiente e mais justa, do ponto de vista da celeridade, podemos aventar o texto que o Novo CPC<sup>8</sup> trouxe, em seu art. 3º, ao dizer que o Estado “não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito”, em cujo texto podemos verificar a similaridade com o texto trazido pelo art. 5º da Constituição Federal<sup>9</sup> em seu Inciso XXXV, de que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Podemos notar que as expressões são próximas quanto a seu texto, muito embora a norma infraconstitucional traga de forma explícita que é dever do Estado a prestação jurisdicional, no entanto, este dever não se trata de um monopólio do poder judiciário.<sup>10</sup>

O Estado é estruturado sob os pilares que possam assegurar aos cidadãos, em bases isonômicas, não apenas o acesso à justiça, como também a fruição de sua vida a consequente realização de suas possibilidades enquanto ser humano, o que o Estado já busca desde de a emenda constitucional 45/2004, que determinou significativas mudanças para dignificar e trazer maior celeridade na prestação jurisdicional. E para que esta prestação, ou esta garantia basilar na que se fundamenta a própria existência do Estado se

---

7 CAPPELETTI; GARTH, 1998.

8 BRASIL, 2015.

9 BRASIL, 1988.

10 WATANABE, 1988.

concretize, torna-se imperioso que as atividades do Poder Judiciário se concentrem em ações cuja complexidade do relacionamento entre as partes o exija, e nos casos menos complexos, que esta jurisdição possa ser levada a efeito através dos instrumentos indiretos do mesmo poder, como os cartórios e demais instituições de arbitragem e conciliação.<sup>11</sup>

Neste diapasão, verificamos o entendimento de Frank Ernest Arnold Sander, que no ano de 1976 desenvolveu a teoria das “Multiportas” baseada em uma visão abrangente e coesa da atividade estatal, onde se encontra vinculado as atividades do poder judiciário; desta forma, Frank através de sua teoria busca formas alternativas para a resolução de conflitos, esta, baseada na composição saindo da forma tradicional reduzindo a dependência do judiciário.

Na busca por instrumento e portas para a prestação célere da justiça, podemos verificar que serviços notariais se destacam como instrumentos capazes de fornecer essa justiça, pois são dotados e orientados pelos princípios da autenticidade, da segurança jurídica. Sua natureza pacificadora, e ao mesmo tempo imparcial, bem como, sua característica basilar como profissional do direito, fazem como que cada vez mais o serviço extrajudicial seja uma porta fundamental para os processos de desjudicialização.

Ressaltasse ainda que, estando vinculado ao judiciário<sup>12</sup>, os serviços notariais e registrais tem capilaridade e técnica formal para a resolução de determinadas lides e disputas de forma mais célere, o que significa o cumprimento efetivo das funções do Estado para com os princípios constitucionais, dentre eles o já citado princípio do Acesso à Justiça, corolário do princípio da Dignidade da Pessoa Humana.<sup>13</sup>

Ainda tratando dos princípios constitucionais que norteiam o processo de desjudicialização da justiça, encontramos o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, posto que seja este o princípio em que se erigiu todo o Estado Democrático de Direito, estendendo a todo ser humano os direitos e garantias fundamentais para que possam viver com dignidade e encontrar nas instituições do Estado o mínimo de proteção contra qualquer ameaça ou contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano,

---

11 MANCUSO, 2009.

12 Constitucionalmente, cabe ao Poder Judiciário a fiscalização dos serviços efetuados pelos notários e registradores, nos termos do artigo 236, §1º da Constituição Federal.

13 GRECO, 2015.

justamente o que se busca alcançar através do princípio da Inafastabilidade Jurisdicional do Estado.<sup>14</sup>

Vale dizer que o texto constitucional vincula a figura do Estado-juiz na aplicação da jurisdição como elemento garantidor da imparcialidade, e que este elemento não se deteriora com a adoção de mecanismos que possibilitem outras formas de resolução de conflitos, como fica semanticamente demonstrado na leitura do art. 3º do CPC, ao oferecer, ainda sob a égide do sistema Judiciário a possibilidade resolutive no âmbito privado, pois, mesmo nessas searas o texto legal prevê a adoção incondicional da independência e da imparcialidade do terceiro que conduzirá o tratamento do conflito.

Por óbvio, ainda que se busque, por meio da desjudicialização, desinchar o Poder Judiciário, isso não significa fechar as portas da via judicial, e sim o oferecimento de vias anteriores e subsidiárias de negociação, tais como a arbitragem e mediação, para que desafogado, o poder jurisdicional do Estado se preocupe com demandas de cunho mais complexas. Desta forma, toda a coletividade se beneficia da celeridade na prestação jurisdicional; assim, o indivíduos terão suas demandas solucionadas mais rapidamente, cumprindo os dispositivos constitucionais.<sup>15</sup>

Com o exposto, podemos afirmar que o processo de desjudicialização de conflitos passa necessariamente pela mudança de paradigma, desde a formação dos operadores do direito, até o entendimento por parte da população de que estes meios subsidiários também compõem o aparato jurisdicional, no fito de desenvolver o estímulo e o saber que

---

14 SARLET, 2001. Assim Luís Alberto Barroso declara sobre o princípio da dignidade da pessoa humana: A dignidade humana, então, é um valor fundamental que se viu convertido em princípio jurídico de estatura constitucional, seja por sua positivação em norma expressa seja por sua aceitação como um mandamento jurídico extraído do sistema. Serve, assim, tanto como justificação moral quanto como fundamento normativo para os direitos fundamentais. Não é o caso de se aprofundar o debate acerca da distinção qualitativa entre princípios e regras. Adota-se aqui a elaboração teórica que se tornou dominante em diferentes países, inclusive no Brasil. Princípios são normas jurídicas que não se aplicam na modalidade tudo ou nada, como as regras, possuindo uma dimensão de peso ou importância, a ser determinada diante dos elementos do caso concreto. São eles mandados de otimização, devendo sua realização se dar na maior medida possível, levando-se em conta outros princípios, bem como a realidade fática subjacente. (BARROSO, 2010, p. 15).

15 Neste sentido diz Watanabe: O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, inscrito no inc. XXXV do art. 5º da CF, não assegura apenas o acesso formal aos órgãos judiciários, mas sim o acesso à Justiça que propicie a efetiva e tempestiva proteção contra qualquer forma de denegação da justiça e também o acesso à ordem jurídica justa. Cuida-se de um ideal que, certamente, está ainda muito distante de ser concretizado, e, pela falibilidade do ser humano, seguramente jamais o atingiremos na sua inteireza. Mas a permanente manutenção desse ideal na mente e no coração dos operadores do direito é uma necessidade para que o ordenamento jurídico esteja em contínua evolução (WATANABE, 2016, p. 20).

o Poder Judiciário efetivamente devem servir como última *ratio*, e não como a primeira instância para a solução de um eventual conflito.<sup>16</sup>

Como corolário final do processo de desjudicialização e no sentido de sanar de vez os questionamentos sobre este processo, o qual visa retirar do Poder Judiciário ou terceirizar sua competência, nos resta salientar que para a sociedade, mais importante do que qual será o ator a resolver a questão levada a jurisdição, é que essas demandas sejam de fato solucionadas, cumprindo assim, de forma palpável, as funções do Estado para com a sociedade. E para além deste raciocínio, é preciso fazer com que o Direito conflua com as necessidades de seu tempo, e neste sentido, as novas formas de relação social, trazidas em especial pelos novos meios de comunicação, fazem surgir uma nova gama de obrigações e relações humanas, ou seja, caso não adaptarmos o exercício da jurisdição a seu tempo presente, cada vez mais veremos o Poder Judiciário se adentrando em novas lides e novas demandas, tornando ainda mais moroso o que já possui a característica de morosidade. A desjudicialização, neste sentido, caracteriza-se como um passo fundamental para a garantia e efetivação do acesso à justiça, e ainda mais, figura como elemento democratizador do acesso à prestação jurisdicional, ao privilegiar as relações individuais, com o acompanhamento estatal, e não apenas através da jurisdição direta do Poder Judiciário.

### 3. OS CAMINHOS PARA A DESJUDICIALIZAÇÃO

Alguns mecanismos têm sido adotados na busca da celeridade processual, bem como o cumprimento do princípio constitucional do acesso à justiça. Tais mecanismos, de caráter civil conciliatórios, trazem a possibilidade de resolução de conflitos e demandas de forma administrativa, com o apoio de serventias extrajudiciais, como é o caso específico da desjudicialização dos processos de separação, divórcio, inventário e partilha desde que obedecidas as regras de não envolver incapazes, menores e que as

---

<sup>16</sup> Assim nos diz Almeida: Devem ser reservados aos magistrados, sob esta nova ótica, aqueles atos em que há real necessidade de sua participação, ou seja, a apreciação dos litígios em que deverão ocorrer decisões que passem em julgado formal e materialmente. O Judiciário pode ser desafogado naquelas hipóteses que abrangem os procedimentos de jurisdição voluntária, bem como naquelas que envolvam a prática de atos materiais que não possuam conteúdo eminentemente decisório e mesmo pela via arbitral, em que a decisão ocorre e passa em julgado, com excelentes resultados (ALMEIDA, 2011).

partes estejam em acordo.<sup>17</sup> É possível citar leis, resoluções e projetos de lei que seguem o caminho da desjudicialização, conforme segue:

- Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que permite o reconhecimento de paternidade perante os serviços de registro civil, posteriormente facilitado pelo provimento 16-CNJ. A Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 determina que este reconhecimento seja realizado a qualquer tempo, sendo isento de multas, custas e emolumentos quaisquer, gozando assim de total gratuidade e prioridade;
- Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a arbitragem;
- Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, trazendo a possibilidade de notificação do devedor e leilão extrajudicial nos contratos de alienação fiduciária. Este processo administrativo trouxe especificamente a possibilidade de execução e retomada do bem ao credor totalmente administrativamente;
- Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, possibilitando a retificação administrativa dos registros imobiliários;
- Lei 11.441, de 04 de janeiro de 2007, que desjudicializou a separação, divórcio e inventário, trazendo grandes benefícios a sociedade e economia aos cofres públicos. Tal medida foi mantida na Lei 13.105/2015 Código de Processo Civil.
- Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, com as medidas voltadas para a regularização fundiária para zonas especiais de interesse social;
- Lei nº 12.100, de 27 de novembro de 2009, que trouxe a possibilidade da retificação administrativa de assento de registro civil de atos que não exigissem maiores indagações, ou adequações, desde que tivesse parecer favorável do Ministério Público; Lei esta, que foi alterada através da Lei 13.484, de 26 de setembro de 2017, já na disposição da nova lei fora retirado a intervenção do Ministério Público; ressalta-se que a mesma lei instituiu o “Ofício da Cidadania”, que possibilita através de convênios a prestação de serviços pelos cartórios de registro civis do país;
- Resolução nº 125 do CNJ, de 29 de novembro de 2010, dispondo sobre a Política Judiciária Nacional para o tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e da conciliação, da mediação e de outros métodos consensuais;

---

17 Possibilidade introduzida no ano de 2007 através da Lei 11.441/2007 que alterou o Código de Processo Civil, e regulamentada através da Resolução 35 do Conselho Nacional de Justiça. Tal previsão continuou contida na Lei 13.106/2015 novo Código de Processo Civil.

- Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, novo Código de Processo Civil (CPC) que entrou em vigor em 2016<sup>18</sup>, que em seu bojo, trouxe a possibilidade do reconhecimento da prescrição aquisitiva da propriedade por meio extrajudicial, bem como a possibilidade de a averbação do divórcio simples diretamente no Registro Civil de Pessoas Naturais, sem a necessidade de prévia homologação pelo STJ;
- Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, conhecida como lei da mediação, estabelece a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; e sobre a mesma matéria, temos a regulamentação através do provimento 37 do CNJ, de 26 de março de 2018;
- Resolução nº 225 do CNJ, de 31 de maio de 2016, que trata da Política Nacional da Justiça Restaurativa na Justiça Estadual e, no que couber, na Justiça Federal;
- Provimento nº 63 do CNJ, de 14 de novembro de 2017, que estabelece o reconhecimento da paternidade socioafetiva perante o oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais.
- Provimento nº 73 do CNJ, de 28 de junho de 2018, que autoriza por meio de procedimento administrativo, alteração de prenome e gênero em qualquer serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais do país;
- Lei nº.14.382, de 27 de junho de 2022, que realiza diversas alterações no sistema notarial e registral, bem como desjudicializações, dentre elas podemos citar a adjudicação compulsória diretamente no registro de imóveis;
- Projeto de Lei nº 6.204, do ano de 2019<sup>19</sup>, de autoria da senadora Soraya Thronicke, dispendo sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial.

O novo CPC<sup>20</sup>, acima listado, torna a audiência de mediação ou de conciliação não apenas possíveis, mas obrigatórias para todo e qualquer processo judicial, onde o réu passa a ser intimado a comparecer a esta audiência, buscando-se através dela chegar a

---

18 Seu §3º estabelece que “a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”

19 Atual fase da tramitação do projeto de Lei: Aguardando inclusão ordem do dia de requerimento, verificado em 30/06/2022. Acesso em 30/06/2022. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139971>.

20 BRASIL, 2015.

uma solução definitiva para o caso de forma mais rápida, e havendo consenso entre as partes ao fim da audiência, dispensa-se a necessidade de apreciação do caso por um juiz. Tanto a mediação quanto a conciliação dependem da atuação de um terceiro, sendo realizada por um mediador ou conciliador.<sup>21</sup>

A arbitragem, regulada pela Lei nº 9.307/96, é também um meio de resolução extrajudicial de lides, sejam estas relações pessoais ou comerciais. Quando as partes optam pela arbitragem, estas se reúnem para resolver aquele determinado conflito, e o papel do árbitro é de apenas homologar, de forma totalmente imparcial, a sentença proveniente da resolução dos fatos.<sup>22</sup>

Precisa-se aqui colocar a importância das serventias notariais e registrais para o caminho da desjudicialização. Quando a desjudicialização é realizada através dos serviços extrajudiciais, temos a capacitação técnica dos tabeliães e oficiais, aliados à veiculação da atividade ao poder judiciário através das disposições constitucionais, bem como, é mister frisar a capilaridade dos Cartórios, que estão presentes em todos os municípios do Brasil. Sendo o tabelião/notário/oficial/registrator um jurista de direito privado, que exerce uma função pública delegada pelo Estado<sup>23</sup>, e como tal, dotado de fé pública — assim como as escrituras por ele lavradas e todos os atos realizados<sup>24</sup> —, tem este profissional tem poder para formalizar juridicamente a vontade das partes, onde a fé pública notarial corresponde a uma “[...] especial confiança atribuída por lei ao que o delegado declare ou faça, no exercício da função, com presunção de verdade; afirma a eficácia de negócio jurídico ajustado com base no declarado ou praticado pelo registrator e pelo notário”<sup>25</sup>. Desta feita, as escrituras e notas lavradas pelo tabelião são suficientes para comprovar o negócio jurídico realizado, seja nas esferas administrativas, jurisdicionais, comerciais, civis e criminais.<sup>26</sup>

Dra. Mônica Jardim, ao se referir ao notário diz que o mesmo é profissional que interpreta, analisa e executa a vontade que lhe é dirigida pelas partes, e isso tudo dentro

---

21 Álvares (2014) explica qual a diferença entre suas atuações: O que as diferencia é a maneira de atuação desse terceiro: o conciliador busca o acordo de maneira mais incisiva e age de forma mais vinculada ao direito material, enquanto que o mediador formulará propostas para a solução do litígio e agirá de maneira mais equidistante das partes (ÁLVARES, 2014, p. 16).

22 LIMA, LIGEIRO, LIMA, 2016.

23 LOUREIRO, 2015.

24 BRASIL, 2015.

25 CENEVIVA, 2007, p. 33.

26 CENEVIVA, 2007.



de uma sistemática jurídica de formato legal, o que faz por força de uma delegação recebida pelo Estado.<sup>27</sup>

Comasseto<sup>28</sup> coloca que a função notarial se trata de uma atividade jurídico-cautelar deferida ao tabelião, cujo objetivo é o de orientar as partes, de forma imparcial e cautelosa, de acordo com as normas jurídicas vigentes, além de conceder forma à vontade das partes e garantir a segurança, a eficácia, a autenticidade e a publicidade dos atos jurídicos praticadas, cabendo a ele a interpretação da vontade das partes de acordo com o ordenamento jurídico.<sup>29</sup> Santos<sup>30</sup> complementa que o tabelião pode ser considerado um consultor jurídico das partes, um redator especializado e responsável pela prevenção de litígios ao se fazer cumprir as normas jurídicas.

Enquanto profissional concursado, o que comprova seus conhecimentos jurídicos e lhe dá direito a assumir o serviço cartorial, o tabelião/registrador pode nomear prepostos, para exercer funções notariais/registrais específicas conforme o caso, como por exemplo os registros de nascimento, óbito, matrimônio, registro de compra, venda e contratos em geral, reconhecimento de firma dentre outras.<sup>31</sup> Já as atribuições e competências<sup>32</sup> do notário, segundo aponta Loureiro<sup>33</sup> em sua interpretação da Lei Orgânica dos Notários e Registradores<sup>34</sup>, são:

- **Intervenção notarial:** O notário é responsável por dar forma jurídica à vontade das partes através do documento público por si redigido, tornando-se assim o responsável pelo que tal documento expressa;
- **Imparcialidade:** O notário, independentemente da situação, é imparcial e independente. Deve defender igualmente os interesses de ambas as partes, sem concessão de privilégios nem aceitando pressões ou influências de qualquer natureza;
- **Assessoramento ou conselho:** Sendo este um profissional especializado em direito, deve aconselhar aos interessados, mesmo que não seja o caso de lavratura de uma

---

27 JARDIM, 2011.

28 COMASSETO, 2002.

29 PARIZATTO, 1995.

30 SANTOS, 2004. Complementarmente, Brandelli diz: A função notarial, enfim, é uma atividade jurídica complexa. Ela principia com o recebimento pelo notário do designo das partes, podendo seguir adiante para a lavratura do ato notarial competente mediante a presidência do notário, em caso de qualificação positiva. (BRANDELLI, 2014, p. 52).

31 Tal previsão encontra-se prevista no artigo 20 da Lei 8.935/94.

32 Atribuições e competências previstas no artigo 6º da Lei 8.935/94.

33 LOUREIRO, 2015.

34 BRASIL, 1994.

escritura pública, ou seja, mesmo que para aquele o notário não tenha que produzir um documento pelo qual será responsável, a correta orientação jurídica é sua obrigação;

- **Imediação:** Sua presença efetiva e pessoal é obrigatória na outorga de atos e contratos.
- **Conservação dos documentos:** Além da lavratura, também é responsável pela conservação perpétua dos documentos, sejam estes notariais, particulares ou públicos relacionados às escrituras públicas;
- **Autenticidade:** O documento notarial é a garantia da autoria e da integridade de seu conteúdo. Esta garantia se dá em razão da fé pública de que vem revestido;
- **Controle da legalidade:** O tabelião age cumprindo as solenidades, atuando para que o documento se torne um instrumento público. Também deve determinar os meios jurídicos mais adequados para a execução da vontade das partes.

É justamente por ter o profissional notário funções com princípios tão bem delimitados pela lei, com atuação dotada de fé pública e agindo de forma a prevenir litígios, e estando o registrador, enquanto seu preposto, exercendo suas funções registrais com o mesmo objetivo, que se pode afirmar a relevância das serventias no processo de desjudicialização, podendo estas absorver diversas demandas judiciais, em especial àquelas que, no direito civil, tratam da personalidade.<sup>35</sup>

No que concerne, por exemplo, a alteração do nome civil, podemos nos reportar ao provimento 73-CNJ<sup>36</sup>, que de forma administrativa permite alteração de prenome e gênero por via administrativa, ou seja, diretamente nos cartórios e dispensando processo judicial. Na mesma esteira, podemos ainda elencar outras circunstâncias em que têm sido adotadas nos últimos anos relativamente ao nome, a saber: reconhecimento de paternidade<sup>37</sup> ou socioafetiva<sup>38</sup> de forma voluntária, alterações no nome advindas do estado civil dos genitores, bem como a própria volta ao nome de solteiro do viúvo(a).<sup>39</sup>

---

35 MINELLI; GOMES, 2019. Dra. Mônica Jardim ensina que “a função do notário não consiste em dar fé a tudo o que veja ou ouça, seja válido ou nulo, mas em dar fé conforme a lei”. JARDIM, 2015, p.9.

36 Provimento segue julgado pelo STF na ADI 4.275/2018, unificando assim as jurisprudências relativas ao tema julgadas em instâncias superiores, como os recursos extraordinário, nº 670.422/14 do STF, e o especial, nº 1.626.739/17 do STJ.

37 Provimento 16 CNJ/2012.

38 Provimento 63-CNJ/2017.

39 Provimento 82 CNJ/2019.

Além do já mencionado, podemos indicar as correções de erro evidente na grafia do prenome<sup>40</sup>; direito de alteração totalmente administrativa de prenome a qualquer cidadão ao se atingir a maioridade civil<sup>41</sup>, independentemente das razões que o levaram à alteração. Apenas casos mais críticos de alteração de nome, como em razão de homonímia e de proteção à testemunha e vítima, ou pessoais, como inclusão de paternidade solidária (adesão do nome de madrasta ou padrasto) ou por motivo de exposição da pessoa ao ridículo com requerimento fora do período de aquisição da maioridade civil, exigem uma decisão judicial prévia para ocorrer.

No que tange à desjudicialização nos tabelionatos, temos um belo exemplo de sucesso ao se verificar os processos de separação, divórcio e inventário realizados pelos cartórios desde o ano de 2007; tal procedimento rendeu economia aos cofres públicos no monte até o ano de 2020 cerca de 6,3 bilhões de reais<sup>42</sup>, além de reduzir os prazos para a finalização do processo de meses, anos para dias.

Neste curso, ainda verificamos a possibilidade introduzida através do Código de Processo Civil de 2015, do reconhecimento da prescrição aquisitiva de modo extrajudicial, ou seja, reconhecimento da usucapião em processo administrativo perante o registro imobiliário, devendo o procedimento ser antecedido de ata notarial lavrada em tabelionato de notas, medida que tirou das varas públicas milhares de processos.

Ainda quando falamos da desjudicialização presente no registro de imóveis, podemos indicar a possibilidade recentíssima da adjudicação compulsória, que entra para o rol de procedimentos desjudicializados, tal possibilidade foi inserida pela Lei 14.382/2022, não só a matéria de adjudicação compulsória, mas muitas outras, que na realidade são uma verdadeira guinada nos procedimentos extrajudiciais entram em vigor.

Dessa forma, constata-se a necessidade da desjudicialização de vários procedimentos, que anteriormente eram de exclusividade do judiciário, e agora são também de competência do extrajudicial. Existem muitos outros procedimentos que não só podem como devem ser desjudicializados, tais como a possibilidade de execução civil, alteração de regime de casamento, dentre outros que merecem um estudo aprofundado e análise apartada.

---

40 Estabelecido no artigo 110 da Lei 6015/73.

41 Entendimento pacificado pela Lei 14.382/2022.

42 Acesso em: 29/06/2022: <https://protestoma.com.br/noticias/ao-realizar-divorcios-e-inventarios-cartorios-geram-economia-de-tempo-e-dinheiro>

#### 4. CONCLUSÃO

Percebe-se, diante de todo o exposto, que o movimento de se desjudicializar as demandas judiciais por meio das leis e resoluções aqui citadas ocorre mais fortemente a partir do ano de 2007 através da Lei 11.441/2007, tida como lei do divórcio e inventário administrativo. Em especial, no que tange os métodos de conciliação e mediação, regulados a partir de 2015, e considerando-se também a redução do número de processos judiciais pendentes a partir de 2017, conforme relatório do CNJ (2020 e 2021), pode-se concluir que são estes meios de desburocratização que possibilitaram tal redução, mostrando assim que a desjudicialização das demandas é uma necessidade urgente.<sup>43</sup>

O processo de desjudicialização pelo qual passa a justiça brasileira não tem somente gerado importantes resultados para a magistratura, que vem sendo desafogada, mas também à população, que é para quem a justiça se destina, que passa a ter suas pretensões com uma maior celeridade e exercendo assim, o acesso à justiça de forma democrática.

Cabe ressaltar por fim que o processo de desjudicialização, embora ainda caminhe de forma lenta, tem mostrado um ritmo inexorável, e isto se deve principalmente aos resultados sociais obtidos, que é notadamente a pacificação social gerada pelo provimento jurisdicional extrajudicial, ou seja, que se dá através da composição entre as partes com o acompanhamento e fiscalização do Estado por meio dos serviços extrajudiciais.

Resta dizer que o acesso a uma justiça célere faz parte dos direitos fundamentais da pessoa humana, e mais que mero exercício do direito é um bem inalienável, e sua consumação deve se pautar pelo melhoramento da atividade estatal. Desta maneira, os meios de resolução de conflitos extrajudiciais surgem como mecanismos capazes de auxiliar o Poder Judiciário, no que concerne à aplicação de sua legítima jurisdição, e de forma alguma deve ser entendido como óbice ou como escamoteamento de sua função constitucional, ou de seu poder social, mas sim uma evolução lógica nascida do próprio desenvolvimento da sociedade regida por ele, na busca da efetivação dos direitos mais básicos da pessoa humana, e movido pelo intuito da construção de uma sociedade que seja mais pacífica e mais justa.

#### REFERÊNCIAS

---

43 MINELLI; GOMES, 2019.

ALMEIDA, João Alberto de. **Desjudicialização: a relação entre a arbitragem e os serviços notariais e registrares**. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte. N. 59. Jul.- dez. 2011.

ÁLVARES, Rodrigo Feracine. **Solução Extrajudicial E Direito Fundamental De Acesso À Justiça**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação**. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010.

BRASIL. **Constituição (1998)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992**. Brasília, 29 dez. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18560.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18560.htm). Acesso em 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996**. Dispõe sobre a arbitragem. Brasília, 23 set. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19307.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19307.htm). Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.514, de 20 de novembro de 1997**. Brasília, 20 nov. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19514.htm). Acesso em 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 10.931, de 2 de agosto de 2004**. Brasília, 2 ago. 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.931.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.931.htm). Acesso em 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 11.481, de 31 de maio de 2007**. Brasília, 31 maio 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111481.htm). Acesso em 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Brasília, 16 mar. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm). Acesso em 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Brasília, 26 jun. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm). Acesso em 15 de junho de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13257, de 08 de março de 2016**. Brasília, 08 mar. 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm). Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 6204, de 2019**. 2019. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139971>. Acesso em 15 de junho de 2021.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1988.

CNJ. **Justiça em Números 2020**: ano-base 2019. ano-base 2019. 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2021.

CNJ. **Provimento 73/2018 do CNJ**. Brasília, 28 jun. 2018. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/06/29/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil-2/>. Acesso em 15 de junho de 2021.

CNJ. **Resolução Nº 125, de 29 de novembro de 2010**. Brasília, 29 nov. 2010. Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_125\\_29112010\\_03042019145135.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_125_29112010_03042019145135.pdf). Acesso em 15 de junho de 2021.

CNJ. **Resolução Nº 225, de 31 de maio de 2016**. Brasília, 31 maio 2016. Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_225\\_31052016\\_02062016161414.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_225_31052016_02062016161414.pdf). Acesso em 15 de junho de 2021.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 5ª. ed. rev. ampl. E atual. Salvador: Jus Podivm, 2011.

DADALTO, Rafael Gaburro. **Desjudicialização Por Meio Das Serventias Extrajudiciais E Acesso À Justiça**: análise acerca da (im)possibilidade de tornar obrigatória a via administrativa. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito Processual, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

FONSECA, João. José. Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GRECO, Leonardo. **Instituições de processo civil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. vol. I. p. 69.

JARDIM, Mônica. A “**privatização**” do notariado em Portugal. Doutrinas Essenciais de Direito Registral (online), v. 1, p. 397-422. dez. 2011.

JARDIM, Mônica. **Escritos de Direito Notarial e Direito Registral**. Coimbra: Almedina, 2015.

LIMA, Gabriel Odilene Barbosa; LIGEIRO, Gilberto Notário; LIMA, João Angelo Barbosa. **A Busca Da Celeridade Processual Por Meio Da Arbitragem E Do Acesso À Justiça No Novo Cpc**. 2016. 12 f. TCC (Doutorado) - Curso de Etic - Encontro de Iniciação Científica, Toledo Prudente, Presidente Prudente, 2016.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito**. São Paulo: Ed. RT, 2009.

MINELLI, Daiane Schwabe; GOMES, Sergio Alves. **A desjudicialização e os meios alternativos de resolução de conflitos sob a égide do pós-positivismo**. Revista do Direito Público, Londrina, v. 14, n. 2, p. 151-167, ago. 2019. DOI: 10.5433/24157-108104-1.2019v14n2p. 151. ISSN: 1980-511X. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/36711/25970>. Acesso em 15 de junho de 2021.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 1 v.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; LAMY, Eduardo de Avelar. **Teoria Geral do Processo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

STF. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 4.275 do Distrito Federal**. 2018. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=749297200>. Acesso em 15 de junho de 2021.

STF. **Recurso extraordinário nº 670.422, de 2014**. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/311628936/repercussao-geral-no-recurso-extraordinario-rg-re-670422-rs-rio-grande-do-sul/inteiro-teor-311628946>. Acesso em 15 de junho de 2021.

STJ. **Recurso especial nº 1.626.739**. 2017. Recurso Especial. Ação De Retificação De Registro De Nascimento Para A Troca De Prenome E Do Sexo (Gênero) Masculino Para O Feminino. Pessoa Transexual. Desnecessidade De Cirurgia De Transgenitalização. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/STJRecursoEspecialn1626739.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2021.

WATANABE, Kazuo. **Acesso à Justiça e sociedade moderna**. In: \_\_\_\_\_; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel (coord.). **Participação e Processo**. São Paulo: Ed. RT, 1988.

WATANABE, Kazuo. **Tutela antecipada e tutela específica das obrigações de fazer e não fazer**. In: Teixeira, Sálvio de Figueiredo. **Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 1996.

# *Capítulo 4*

---

## **O ESTRESSE DOCENTE FRENTE AO USO EXCESSIVO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PERÍODO PANDÊMICO**

**DOI: 10.29327/568033.1-4**

Fabiana Fagundes Barasuol  
Jhonata Jankowitsch



# O ESTRESSE DOCENTE FRENTE AO USO EXCESSIVO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PERÍODO PANDÊMICO

*Fabiana Fagundes Barasuol*

*Jhonata Jankowitsch*

## RESUMO

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação foram ferramentas alternativas para que os professores transmitissem os conteúdos no período da pandemia da COVID-19. Porém, muitos docentes não estavam preparados para lidar com esse contexto tecnológico e suas implicações. A necessidade de adequação emergencial de todo o planejamento, a insegurança no uso das tecnologias digitais de aprendizagem, o aumento do tempo laboral e as demandas domésticas e familiares dentro de seu ambiente *home-office* fizeram com que os professores repensassem a sua identidade profissional e a importância dos relacionamentos professor- alunos, bem como, na sua condição de ser humano psicossocial passível de enfermidades psicossomáticas, como o estresse. O presente estudo tem como objetivo discutir através de pesquisa bibliográfica, sobre o estresse desenvolvido pelos professores frente ao uso das tecnologias digitais de informação no período pandêmico.

**Palavras-chaves:** Professor; Estresse; Tecnologias; ensino *home-office*.

## ABSTRACT

The Digital Information and Communication Technologies were alternative tools so that the teachers transmit the content in the period of the pandemic of COVID-19. However, many teachers were not prepared to deal with this technological context and its implications. The need for emergency adaptation of all planning, the insecurity in the use of digital learning technologies, the increase in working time, and domestic and family demands within your home-office environment, made teachers rethink their professional identity and the importance of teacher-student relationships, as well as, in their condition as a psychosocial human being susceptible to psychosomatic illnesses, such as stress. The present study aims to discuss through bibliographic research, about the stress developed by teachers front of the use of digital information technologies in the pandemic period.

**Keywords:** Teacher; Stress; Technologies. Education home office.

## 1. INTRODUÇÃO

O impacto causado pela pandemia do coronavírus impôs mudanças drásticas na vida das pessoas, bem como na área educacional. Com o fechamento das escolas houve a necessidade de adaptação da prática docente por meio das tecnologias digitais de

informação e comunicação. Porém, nem todo o corpo docente estava preparado para a usabilidade dessas tecnologias na prática pedagógica. Somando a esse fato, o transtorno do trabalho *home-office*, com extrapolação de carga horária, as altas demandas de trabalho e a sensação de não dar conta das tarefas domésticas, familiares e profissionais, geraram altos níveis de estresse.

Este artigo está dividido em uma ampla base teórica fundamentada por autores cujas pesquisas refletiram a educação e os professores diante do contexto pandêmico, bem como, as dificuldades no uso das tecnologias digitais e todo o estresse de adequação na práxis pedagógica.

Sequencialmente abordamos o conflito da identidade docente e o impacto na saúde dos professores, finalizando com uma discussão acerca de algumas sugestões para minimizar situações conflituosas das quais os docentes vivenciaram no período de pandemia.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a realização dessa pesquisa foi a pesquisa bibliográfica que reuniu informações sobre o tema proposto. Todo o material utilizado como referência foi devidamente citado no contexto do texto.

As referidas obras foram encontradas em base de dados de publicações acadêmicas, cujos autores são referências sobre os assuntos tratados nesse artigo.

## 3. BASES TEÓRICAS

A digitalização é uma mudança de paradigma, na qual existe uma descontinuidade de um processo já estabelecido nas relações, dentre elas, as educacionais. Sabemos que ao longo das gerações a metodologia pedagógica tanto na formação de alunos como de professores foram baseadas na replicação do conhecimento, não levando em conta quase nenhuma adequação com algum recurso digital. (SAITO, 2013)

Diante de todo o esforço de integração das tecnologias digitais no ensino tradicional, muito pouco se investiu na formação dos professores para que houvesse a imersão das tecnologias na prática pedagógica.

Com a Pandemia COVID-19 muitas instituições de ensino públicas e privadas ficaram fechadas devido às medidas anunciadas pelo poder público para conter o avanço pandêmico. A forma mais eficaz que foi usada pelas escolas foi a utilização das

tecnologias digitais para diminuir o impacto negativo no processo de ensino e aprendizagem. (SILVA *et. al.*, 2020).

Nesse cenário, a ampliação das discussões sobre os usos das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação acentuou-se, visto que, as ferramentas tecnológicas estão sendo, na grande maioria dos casos, o meio, o caminho, a alternativa para que os professores consigam chegar aos seus alunos. As tecnologias têm afetado significativamente alunos e professores e modificando a organização social, o processo de comunicação, a forma como as informações são disseminadas e até mesmo, a maneira de pensar das pessoas. Todavia, esse acesso é barrado por diversas questões: disponibilização dos materiais, acesso dos estudantes, falta de conectividade e o não preparo dos professores para lidar com esse contexto tecnológico (LIMA & DOS SANTOS, 2020).

Silva *et al.* (2020); Santos & Lima (2020); Cachón-Zagalaz *et al.*; (2020) e Besser *et al.* (2020) em suas obras relatam que os docentes durante a pandemia, por não conseguirem atingir os objetivos propostos pelas instituições, e devido às diversas pressões relacionadas ao manuseio das tecnologias, gravações de aulas, acabaram ficando doentes. Os docentes acumularam um alto nível de estresse, tendo que adaptar suas aulas em tempo recorde, se tornando verdadeiros “*youtubers*” especialistas em metodologias ativas e conhecedores de tecnologia educacional.

O estresse envolvido na necessidade de aprender rápido para adequar o planejamento, risco de contaminação, insegurança em relação ao futuro, falta de reconhecimento das famílias e gestores, aumento no tempo de preparo das aulas e de dedicação aos alunos e a sensação de não conseguir dar conta de todas as demandas domésticas, familiares e profissionais aparecem entre os fatores destacados pelos pesquisadores (COELHO *et. al.* 2021; BRANCO & NEVES, 2020 e SANTOS & LIMA, 2020).

A análise da organização do trabalho docente emerge como uma questão central para o tema, assim como os elementos agressores que ela cria aos professores. Nesse contexto, a análise das novas exigências profissionais que recaem sobre os professores e dos novos desafios sociais com os quais eles se defrontam surge como questão relevante. É também nesse contexto que a análise das defesas criadas pelos profissionais da educação adquire centralidade, bem como seus limites e possibilidades para protegê-los

das principais situações mórbidas que os rodeiam, como disfunções vocais, estresse, depressões, entre outras (SOUZA & LEITE, 2011).

Segundo autores como Pachiega & Milani (2020); Penteadó & Neto (2019); Romanowska-Tolloczko (2013), todo esse mal estar docente de ajustes, de novas formas de adaptação e seus sintomas fizeram repensar sobre a quebra de paradigmas e às inovações educacionais do século 21, pautadas pelo repensar da identidade profissional, da importância dos relacionamentos professor-aluno e a sua condição de ser humano psicossocial passível de enfermidades psicossomáticas

A expressão mal-estar docente, segundo Souza & Leite (2011), descreve os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor, resultado das condições em que exerce a docência. A partir de tais condições, os docentes passam a manifestar sentimentos negativos intensos como angústia, alienação, ansiedade e desmotivação, além de exaustão emocional, frieza perante as dificuldades dos outros, insensibilidade e postura desumanizada.

### **3.1 O conflito da identidade docente no uso das tecnologias digitais de aprendizagem durante a Pandemia**

A identidade docente é algo que se constrói diariamente, sendo constituída pelo significado que o professor dá à sua profissão, ao ensino, ao saber e toda a sua história laboral, incluindo angústias e anseios. É a construção de “si mesmo” profissionalmente, sendo influenciados pela ocorrência de eventos que venham a transgredir as suas crenças e valores com relação à prática pedagógica. Soares & Bejarano (2009, p. 14), definem crença como sendo:

[...] formulações simbólicas que nos dão “certezas” subjetivas, pragmáticas, que aparecem, às vezes, de forma velada, feitas inconscientemente, mediante nossas experiências, da rotina de trabalho, da linguagem, dentre outras. As crenças determinam o pensamento e a ação do sujeito e servem como suporte em relação à realidade, ou seja, nos dão segurança, tornando-se, muitas vezes, sólidas e cristalizadas, servindo, assim, de “chão firme”. Isso não quer dizer, no entanto, que não poderão ser modificadas[...]

Segundo Teixeira (2002), por valor, entende-se o julgamento que se faz, conscientemente, de alguma coisa ou algo de forma a orientar escolhas e atitudes. A

importância dessa análise justifica-se na diferenciação quando demarca que alguns valores se tornam crenças e, assim, deixam de ser conscientes:

Se um valor orienta, repetidamente e com sucesso, a solução de situações importantes da organização, o grupo passa por um processo de aprendizagem compartilhada que lhe confere convicções a respeito. Ao se tornar crença, o valor passa a ser tomado com segurança e progressivamente assume um grau de inconsciência, tornando-se um hábito ou automatismo. Nem todo valor sofre essa transformação. Somente os valores susceptíveis de validação social ou física, e que continuam funcionando na solução dos problemas do grupo, transformam-se em concepções. (TEIXEIRA, 2002, p. 24)

A motivação do professor apresenta resultados positivos quando existe a interação professor e aluno. Todo o envolvimento do estudante com as atividades propostas pelo professor durante o processo educacional, levam ao docente a sensação de alívio e reflexão do que está funcionando. Todas as mudanças que afetam esse relacionamento e no modo que o docente dá sentido ao seu trabalho, influenciam na maneira como ele se vê no cumprimento do seu papel.

Conforme Tozetto (2016), o trabalhador da educação fundamenta-se nas teorias educacionais e na práxis na escola, fazendo com que a compreensão da natureza da educação esteja associada à compreensão da natureza humana

A característica determinante do trabalho docente está na relação humana que ele exige. Identificar o trabalho do professor com um trabalho essencialmente humano e com humanos já atribui a ele uma particularidade importantíssima. (TOZETTO, 2016, p. 12)

As experiências vividas pelos professores durante o período da pandemia, adaptaram a um novo modelo de ensino, permeado pelo uso emergencial das tecnologias digitais de aprendizagem e com isso evidenciando a mudança do espaço sobre o fazer docente. Professores e alunos ficaram separados geograficamente implicando muitas adaptações quanto à produção de conteúdo e no ato de dar aulas, bem como na interação professor – aluno quanto ao manejo das ferramentas tecnológicas.

O sentimento de incerteza sobre o rumo da prática pedagógica, frente ao evento de confinamento e a angústia referente ao distanciamento no acompanhamento real da aprendizagem dos alunos, abalaram significativamente a identidade docente.

Os níveis elevados de ansiedade, estresse, incertezas e humor deprimido levaram muitos profissionais ao esgotamento mental e profissional, chegando muitas vezes a experimentar situações negativas como raiva e frustração em detrimento da autoestima e até mesmo desistência da profissão. (SPILT & THIJS, 2011; COELHO *et. al.*, 2021 e KIM & ASBURY 2020).

Retirar os professores de seu ambiente de trabalho habitual e solicitar que trabalhem de novas maneiras inevitavelmente, levantando-se a questão do que significa ser professor. Reflexões sobre incidentes críticos, como uma pandemia global, são úteis para extrair componentes importantes da profissão, tornando uma oportunidade única de obter novos *insights* sobre a identidade do professor e assim entender diante de uma situação incerta, sobre a capacidade de usar estratégias de enfrentamento focadas no problema para gerenciar o estressor imediato mesmo que emocionalmente carregados pelas mudanças. (FLANAGAN, 1954; KIM & ASBURY, 2020, CARVER *et.al.*, 1989).

### 3.2 O Estresse Docente no Período Pandêmico

As discussões que buscam relacionar trabalho e saúde/doença possuem já uma longa história, seja na área das ciências sociais, seja no campo da saúde em suas distintas especialidades. Desde as impactantes análises realizadas por Marx, sobre as condições de trabalho do operariado inglês, a partir da primeira revolução industrial, em sua obra máxima (*O capital*), o tema das condições de trabalho e suas implicações para a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores, permanece como objeto de estudo de pesquisadores preocupados em entender as condições de vida da classe trabalhadora (SOUZA & LEITE, 2011).

A necessidade de adaptação às exigências profissionais, cada vez maiores, traz muitos riscos para a saúde humana, tanto nos aspectos somáticos como psicológicos. Todo o remodelamento do ensino e aprendizagem no período pandêmico geraram uma série de consequências negativas à saúde do trabalhador docente.

O agravo decorrente da inabilidade de se lidar com as novas tecnologias, produziram, por exemplo, alto nível de ativação psicofisiológica que, por sua vez, mobilizou sentimentos negativos e de desconforto. Isso correspondeu a um conjunto de sintomas associados ao excesso de informação e demandas psíquicas (ALEVATO, 2009)

Segundo Botsaris (2003), a vida moderna e o estresse se relacionam intimamente, o que faz com que tenhamos o sentimento de “estar carregando o mundo nas costas”. O

trabalho e todos os estímulos tecnológicos, cada vez mais, ocupam a maior parte do tempo de vida das pessoas, tornando-se o centro da vida em oposição a momentos de lazer, família e amigos.

No mundo atual, o estresse convencional vem sendo potencializado por um estresse neurológico, que afeta específica e diretamente o cérebro, em virtude do excesso de estímulos e demandas enviados a este, em intervalos cada vez mais curtos.(BOTSARIS, 2003, p. 138)

Observamos no contexto pandêmico, que os desafios enfrentados pelo trabalhador docente não se resumiram à capacitação e ao manejo de ferramentas tecnológicas, mas também ao gerenciamento das relações - docente – estudante – família. Esses fatores em conjunto contribuíram para o aumento do estresse, ansiedade, depressão, fadiga e alterações.

O contexto de pandemia impôs aos/as professores/as dos diferentes níveis educacionais uma profunda reorganização de suas rotinas de trabalho. A barreira física entre trabalho e vida familiar, no domicílio, deixou de existir e, na maioria das vezes, forçou improvisações diversas ao cotidiano familiar e doméstico para permitir a estrutura mínima necessária às atividades de ensino-aprendizagem. (PINHO, 2021, p. 07)

Aqui lembramos que a precarização do trabalho docente não é nova, mas parece se intensificar diante de novos contextos. Mesmo antes da pandemia, dados de estatísticas oficiais e vários estudos apontavam o agravamento de problemas de saúde entre docentes, com destaque para os transtornos mentais, distúrbios musculoesqueléticos e vocais (ARAÚJO, PINHO E MASSON, 2019). Diversos estudos evidenciaram elevado adoecimento mental nos diferentes níveis educacionais de atuação (CAMPOS, VÉRAS E ARAÚJO, 2020; PINHO, 2018; SOUZA *et al.*, 2011). Assim, a vivência da situação de pandemia, na qual emergem novas demandas e exigências, soma-se a esse contexto prévio de vulnerabilidades na condição de saúde docente.

Acrescentamos que a profissão docente sempre trouxe consigo um estresse acrescido às cargas de trabalho excessivas, problemas de comunicação entre colegas, indisciplina discente, formação insuficiente e insegurança no trabalho.

Segundo Penteadó (2019), muitas são as análises e discussões empreendidas que deixam claras a invisibilidade da temática que envolve o corpo, o cuidado, a saúde e o

bem-estar dos professores nas pesquisas, nas políticas, nas práticas de saúde na escola, nas práticas de cuidado e nos contextos de formação e trabalho docente.

Durante as epidemias, os impactos psicológicos e psicossociais costumam ser mais prevalentes que a própria infecção, e suas consequências são muito mais duradouras (ORNELL *et.al.* 2020).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao lidar com o desafio prático do ensino *online* emergencial muitas abordagens vieram para desafiarmos a percepção futura das interações educacionais. Desde a necessidade da capacitação constante para o domínio das inovações tecnológicas, não somente em momentos de crise como no caso pandêmico, mas a implantação contínua junto ao ensino presencial desse modelo.

Uma vez que professor e aluno estejam adaptados à integração da cultura digital em sala de aula, casos como o que se demonstrou durante o período da Covid -19, poderão ser menos impactantes no enfrentamento de eventos estressores, que abalam a satisfação docente no compromisso laboral de sua atividade.

Para isso torna-se imprescindível um repensar nas políticas educacionais com relação ao investimento no professor e na sua valorização como um agente fundamental para a educação. Observou-se durante a pandemia um descaso crítico com a figura docente.

Propiciar o cuidado do bem-estar contínuo, para que se minimize situações conflituosas que fazem referência à sua identidade docente e seu adoecimento é de suma importância, diminuindo muitas situações até da própria desistência profissional.

#### REFERÊNCIAS

ALEVATO, Hilda. **Tecnoestresse: entre o fascínio e o sofrimento.** *Boletim Técnico do Senac*: a revista da educação profissional, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 60-75, dez. 2009. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/238/221> Acesso em: 06 junho 2022.

ARAÚJO, TÂNIA M.; CARVALHO, FERNANDO M. **Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos.** *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/mrKGFMBPCFybPb4rGHZGLZk/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 18 junho 2022.



BESSER, AVI & LOTEM, Sari & ZEIGLER-HILL, Virgil. (2020). *Psychological Stress and Vocal Symptoms Among University Professors in Israel: Implications of the Shift to Online Synchronous Teaching During the COVID-19 Pandemic*. *Journal of Voice*. 36. 10.1016/j.jvoice.2020.05.028.

BOTSARIS, Alex. **O complexo de Atlas e outras síndromes do estresse contemporâneo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. p. 138

BRANCO, J. C. S., & Neves, I. D. S. V. (2020). **Trabalho docente em tempos de COVID-19: EaD e Educação Remota Emergencial**. *Educação, Ciência e Cultura*, 25(3), 19-33. doi: 10.18316/recc.v25i3.7382

CAMPOS, Taís C.; VÉRAS, Renata M.; ARAÚJO, Tânia M. **Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 25, n. 3, p. 745-768, dez. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/SVyyKwCpTcmR4CDskV3hSPN/abstract/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 18 junho 2022.

CARVER, C. S. , SCHEIER, M. F. , & Weintraub, J. K. (1989). *Assessing coping strategies: A theoretically based approach*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 267–283. 10.1037/0022-3514.56.2.267 - DOI - PubMed

COELHO, E. A., DA SILVA, A. C. P., DE PELLEGRINI, T. B., & PATIAS, N. D. (2021). **Saúde mental docente e intervenções da Psicologia durante a pandemia**. *PSI UNISC*, 5(2), 20-32. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v5i2.16458>

CACHÓN-ZAGALAZ, J., SÁNCHEZ-ZAFRA, M., SANABRIAS-MORENO, D., GONZÁLEZ-VALERO, G., LARA-SÁNCHEZ, A. J., AND ZAGALAZ-SÁNCHEZ, M. L. (2020). *Systematic review of the literature about the effects of the COVID-19 pandemic on the lives of school children*. *Front. Psychol.* 11:2457. doi: 10.3389/fpsyg.2020.569348

FLANAGAN, J. C. (1954). *The critical incident technique*. *Psychological Bulletin*, 51, 327–358. 10.1037/h0061470 - DOI - PubMed

Gomes, Vânia Thais Silva et al. **A Pandemia da Covid-19: Repercussões do Ensino Remoto na Formação Médica**. *Revista Brasileira de Educação Médica* [online]. 2020, v. 44, n. 04 [Acessado 27 Julho 2022] , e114. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.4-20200258>>. Epub 21 Ago 2020. ISSN 1981-5271. <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.4-20200258>

LIMA, Layara Karuenny Oliveira Silva; DOS SANTOS, Ernani Martins . **As tecnologias digitais no contexto da pandemia: capacitação de professores da**

**educação básica.** Anais VII CONEDU – Edição Online. Maceió: Realize Editora, 2020. Disponível em:  
[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD4\\_SA19\\_ID5564\\_01092020220246.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA19_ID5564_01092020220246.pdf). Acesso em: 18 jun. 2022

ASBURY, K; KIM, Lisa E. *'Like a rug had been pulled from under you': The impact of COVID-19 on teachers in England during the first six weeks of the UK lockdown.* Br J Educ Psychol. 2020 Dec;90(4):1062-1083. doi: 10.1111/bjep.12381. Epub 2020 Sep 25. PMID: 32975830; PMCID: PMC7537096.

ORNELL, Felipe et al *“Pandemic fear” and COVID-19: mental health burden and strategies.* Brazilian Journal of Psychiatry, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 232-235, jun. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32267343/>. Acesso em: 06 junh. 2022. DOI: 10.1590/1516-4446-2020-0008. » <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0008>» <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32267343>

PACHIEGA, M. D.; MILANI, D. R. Da C. **Pandemia, as reinvenções educacionais e o mal - estar docente: uma contribuição sob a ótica psicanalítica.** Dialogia, n. 36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n36.18323>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PENTEADO, R. Z.; NETO, S. de S. - **Mal - estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão** - Scielo. Artigos • Saude soc. 28 (1) • Jan-Mar 2019 • Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180304>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PINHO, P. de S. et al. **Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da COVID-19.** Trabalho, Educação e Saúde Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00325>>Acesso em: 10 mai. 2022.

ROMANOWSKA-TOLLOCZKO, A. (2013): **PSYCHOSOMATIC CONSEQUENCES OF TEACHERS' OCCUPATIONAL STRESS.** figshare. Journal contribution. <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.715703.v1> - Acesso em: 08 mai. 2022.

SAITO, F. (2013). **“Continuidade” e “descontinuidade”: o processo da construção do conhecimento científico na História da Ciência.** Educação e Contemporaneidade. Revista da FAEEBA. 22. 183-194. [10.21879/faeeba2358-0194.v22.n39.338](https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.v22.n39.338).

SANTOS, J. P. dos; LIMA, R. V. G. de. **Formação de professores em tempos de pandemia** - Revista Projeção e Docência. V.11, n 1, ano 2020, p. 23 - Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/1603> - Acesso em: 12 mai. 2022

SILVA, A. F. da; ESTRELA, F. M.; LIMA, N. S.; ABREU, C. T. de A.. **Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia**. 2020. Scielo Brasil – Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300216>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SOARES, I. F., & BEJARANO, N. R. (2009). **Crenças dos professores e formação docente**. Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade, 13(14). <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v13i14.3024>>Acesso em: 02 jun. 2022.

SOUZA, A. N. de ; LEITE, M. de P. **Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil**. Educação & Sociedade Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400012>>Acesso em: 02 jun. 2022.

SPILT, J. L.; KOOMEN, H. M. Y.; THIJIS, J. T. **Teacher Wellbeing: The Importance of Teacher–Student Relationships**. *Educ Psychol Rev* 23, 457–477 (2011). <https://doi.org/10.1007/s10648-011-9170-y>>Acesso em: 02 jun. 2022.

TEIXEIRA, Lucia Helena Gonçalves. **Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas**. São Paulo: Autores Associados; Campinas, SP: ANPAE, 2002.

TOZETTO, Susana. (2016). **Crenças e valores sobre o trabalho docente a partir da representação discente**. Revista Transmutare. 1. 10.3895/rtr.v1n1.3867.

# ***Capítulo 5***

---

## **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA INTERACIONISTA**

**DOI: 10.29327/568033.1-5**

Audrey Vieira Costa  
Jhonata Jankowitsch

## EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA INTERACIONISTA

*Audrey Vieira Costa*

*Jhonata Jankowitsch*

### RESUMO

O esporte como conteúdo nas aulas de Educação Física escolar articula interesses individuais e coletivos, propicia aos alunos habilidades motoras, gestos técnicos e a internalização de valores sociais. Faz-se necessário refletir sobre a Educação Física escolar contemporânea e o processo educacional do esporte. O estudo busca analisar a relevância da abordagem pedagógica construtivista interacionista no ensino do esporte nas aulas de Educação Física, além de compreender a prática do professor na formação de um aluno mais reflexivo e crítico, que interaja socialmente ao vivenciar as práticas esportivas. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica, através de livros e artigos científicos que tratam da temática. Conclui-se que as contribuições da teoria de Jean William Fritz Piaget são relevantes e podem auxiliar para um melhor desenvolvimento nas aulas de Educação Física escolar, mas deixa alguns vieses na referida abordagem associada à prática esportiva, pelo engessamento aos parâmetros piagetianos na educação e ao comprometer o saber referente à cultura corporal.

**Palavras-chaves:** esportes. Abordagem Construtivista-interacionista. Educação Física Escolar.

### ABSTRACT

Sport as content in school physical education classes articulates individual and collective interests, provides students with motor skills, technical gestures and the internalization of social values. It is necessary to reflect on contemporary school physical education and the educational process of sport. The study seeks to analyze the relevance of the constructivist interactionist pedagogical approach in the teaching of sport in physical education classes, in addition to understanding the teacher's practice in the formation of a more reflective and critical student, who interacts socially when experiencing sports practices. The research was based on a bibliographic review, through books and scientific articles that deal with the theme. It is concluded that the contributions of Jean William Fritz Piaget's theory are relevant and can contribute to a better development in school physical education classes, but it leaves some biases in the referred approach associated with sports practice, by immobilizing Piaget's parameters in education and by compromising knowledge regarding body culture.

**Keywords:** Sports. Interactionism and Constructivism. Approach. School Physical Education.

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de esporte com suas perspectivas e finalidades na educação passou a merecer novas abordagens e estudos para que sua dimensão social seja realmente entendida (TUBINO, 1992). Na antiga Grécia, o exercício físico era um meio de conservar a saúde ou de a reencontrar, pois os gregos eram apaixonados pelos jogos, pelos concursos e eles inventaram os enfrentamentos competitivos do estádio para satisfazer seus gostos de luta e de rivalidade. Na época clássica, o esporte se tornou um meio para adquirir a beleza e a força (VANOYEKE, 1992).

De acordo com Lessa (2008), os historiadores da antiguidade, ao trabalhar com as práticas esportivas gregas, esforçam-se em discutir as especificidades entre dois termos que frequentemente aparecem associados ao campo da disputa atlética, a saber: *athlètes* (da raiz de *aethlos* ou *athlos*, a guerra) e *agonistès* (deriva da palavra *agôn*, luta, disputa). O primeiro termo diz respeito “àqueles que exercem um esporte”, já o segundo, faz alusão “àqueles que participam dos concursos”. Logo, observamos que *athlètes* é um termo que possui um conteúdo mais específico.

Ao definir esporte, Rial (1998) afirma que o termo pode ser definido como uma prática que proporciona a descarga de energia libidinal constrangida por um processo civilizatório; é uma atividade substitutiva para a guerra, diverte, dá prazer, ensina obediência, as regras, fortalece e disciplina o corpo, serve para construir identidades pessoais, locais ou nacionais, etc. Na atualidade, os seus objetivos foram expandidos, de maneira que se tornou um meio para desenvolver valores morais e educacionais, para auxiliar no processo de socialização, estimular a união, cooperação, respeito, disciplina e responsabilidade (SILVA FILHO *et al.*, 2018).

O ensino do esporte em aulas de Educação Física escolar articula interesses individuais e coletivos, propiciando aos alunos a aquisição de habilidades motoras, gestos técnicos e a internalização de determinados valores sociais que orientem suas ações (ANDRADE, 2015).

O esporte determina o conteúdo da Educação Física, no qual a relação entre professor e aluno passa a ser a de um professor “treinador” e de aluno “atleta”, caracterizando as aulas em âmbito escolar como um prolongamento da instituição esportiva com intenção de rendimento atlético. (SOARES, 2012).

Nesse sentido, o esporte é um meio de promover saúde e lazer que, em projetos esportivos existe a possibilidade de ser utilizado como um meio educador, ensinando

valores às crianças e jovens como o pensamento coletivo, respeito, compromisso e disciplina. Atua positivamente nos aspectos físicos, mentais e cognitivos, além de estimular atividades que visam uma melhoria na qualidade de vida, noções de higiene corporal, cuidado com a alimentação e preservação ambiental (SOARES, 2012).

Todavia, é de fundamental importância observar a abordagem pedagógica e a metodologia da qual será aplicada para o ensino do esporte nas aulas de Educação Física.

Esta pesquisa se caracteriza como revisão bibliográfica, onde foram analisados livros e artigos científicos que tratam da temática, especificamente da prática esportiva nas aulas de Educação Física escolar numa perspectiva pedagógica Construtivista Interacionista. A escolha deu-se em razão das contribuições da teoria proposta por William Fritz Piaget (1896-1980), as quais foram relevantes e podem contribuir para um melhor desenvolvimento de ambientes de aprendizagem do esporte nas aulas de Educação Física escolar.

## **2. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

A Educação Física na formação dos brasileiros se consolida em 1882, através de Rui Barbosa, que escreve o parecer sobre a “Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior”, o qual especifica o valor do desenvolvimento físico incorporado ao mental, utilizado nos países mais desenvolvidos e indica a obrigatoriedade da prática em todas as escolas e para ambos os gêneros, incluindo a Educação Física como matéria de estudo (SOARES, 2012).

Com a Proclamação da República vem a profissionalização da Educação Física. As escolas específicas deste segmento tinham como objetivo principal a formação militar. No governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, que se deu destaque nas políticas públicas a esta área, criando o Ministério da Educação e Cultura (MEC), pois a obrigatoriedade desta disciplina em todos os níveis escolares foi uma maneira do governo promover hábitos higiênicos e de saúde entre a população (SOARES, 2012).

Ainda segundo o autor, era notória a relação da ginástica escolar com a medicina, que se caracterizava pelo fato da ginástica ser um elemento da medicina, pois ao se exercitar o indivíduo conservava e restabelecia a saúde, podendo ter melhor êxito nos estudos, constituindo assim, um corpo sadio e disciplinado.

Darido (2003) afirma que foi a partir da década de 30 e do século 20 que a concepção higienista predominou na área da Educação Física, pois essa perspectiva tinha

como preocupação central os hábitos de higiene e saúde, valorizando o desenvolvimento do físico e moral a partir do exercício.

A vinda ao Brasil dos métodos ginásticos provenientes da Europa, tais como o método alemão, francês e sueco, corroboraram para uma perspectiva higienista, ao sistematizar a ginástica na escola de forma a contribuir no aprimoramento do físico dos indivíduos (DARIDO, 2014).

De acordo com Ramos (1983), um passo decisivo na história da Educação Física no Brasil foi a fundação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos em 1939, integrada à Universidade do Brasil com grandes conquistas no campo das atividades físicas.

O esporte no Brasil tem importância cultural no final do século XIX. No período Imperial atividades como a natação, a equitação e a esgrima eram mais praticadas, sendo que o remo ganhou maior destaque no país até as primeiras décadas do século XX, dando lugar ao basquete, tênis, natação, e futebol que continuam populares (MAGALHÃES, 2005).

Atualmente a Educação Física é uma disciplina que se insere na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e tem como objetivo tratar da cultura corporal, através dos jogos, lutas, ginástica, esportes e dança, com a finalidade de introduzir e integrar o aluno nessa esfera, formando um cidadão que vai produzir, reproduzir e também transformar essa cultura (BRASIL, 2008).

A especificidade da Educação Física hoje é um componente que chega até mesmo a ser excluído de projetos políticos pedagógicos e infelizmente, alguns profissionais da área chegam a colaborar para isso, concordando que se deve dar maior importância para as áreas da educação formal, tais como: linguística, matemática e ciências em detrimento das artes e da Educação Física, como se houvesse uma hierarquia dos saberes escolares (PRADO, 2015).

Pode-se também visualizar a Educação Física como uma disciplina na escola, que tradicionalmente dá ênfase na reprodução de ações técnicas de diversas modalidades esportivas. Entre os objetivos da Educação Física escolar, destacamos promover a socialização dos alunos, estimular o comportamento social, o autocontrole e respeito ao próximo, estimular a criatividade, promover o desenvolvimento orgânico e funcional da criança e através de atividades físicas, melhorar os fatores de coordenação e execução de movimentos. (BETTI, 1999).



Observa-se nas aulas de Educação Física, devido a seu processo histórico, práticas pedagógicas que são trabalhadas visando a aptidão física e o rendimento, através de modalidades esportivas, dando mais valor ao aluno que possui melhor habilidade, com o objetivo de melhor rendimento nas competições (BARNI; SCHNEIDER, 2003).

Para Gonçalves (2007), é objetivo da Educação Física e da Educação em geral, propiciar o desenvolvimento de qualidades pessoais em conjunto com a autonomia, a capacidade de decisão, a autoconfiança, a cooperação, a criatividade e a sociabilidade, entre outras.

Castellani Filho (2009), define que, para a determinação de uma proposta pedagógica na disciplina, deve-se pensar no contexto da realidade social de um determinado local, ou seja, sua cultura corporal.

Com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), surgiu a proposta de humanizar a prática pedagógica da Educação Física, ampliando a visão estritamente biológica quando da incorporação de dimensões socioculturais. Entre seus objetivos, destaca-se a linguagem corporal como meio para produzir, expressar e comunicar ideias, interpretar e usufruir as produções culturais, atendendo as diferentes intenções e situações de comunicação (DARIDO, 2012).

De acordo com Voser e Giusti (2007), a Educação Física é a única disciplina na escola que atua diretamente com o físico, movimento, jogos e esporte, oferecendo oportunidades às crianças e adolescentes em adquirir competências de movimentos, identidades e desenvolver conhecimentos e percepções necessárias para um engajamento independente e crítico na cultura física. Pelas suas possibilidades de desenvolver a dimensão psicomotora das pessoas, principalmente nas crianças e adolescentes, conjuntamente com os domínios cognitivos e sociais, é hoje vista como disciplina obrigatória nas escolas de ensino fundamental e médio.

Em oposição aos modelos tecnicistas, esportivistas e biologistas, surgiram diferentes abordagens de ensino da Educação Física escolar, entre as quais, citamos: Psicomotora, Construtivista, Construtivista Interacionista, Crítica, Crítico Emancipatória, Crítico Superadora, Desenvolvimentista, Sistêmica, Abordagem da Educação Física Plural, Abordagem Humanista, Abordagem Psicomotricista, Atividade Física para Promoção da Saúde, Concepção de Aulas Abertas e a Abordagem dos Parâmetros dos Currículos Nacionais (PCNS) (DARIDO, 2014).

Essas abordagens pedagógicas que permeiam o universo pedagógico da Educação Física são definidas como movimentos que surgiram em busca de nova dimensão didático metodológico e científica que resgata o papel, objetivos e função do componente curricular (AZEVEDO; SHIGUNOV, 2010).

Conforme Darido (2003), estas concepções inovaram e facilitaram o caminho dos professores, dando-lhes uma visão holística e diferenciada da Educação Física, que apesar de suas divergências, todas essas abordagens têm como oposição à vertente tecnicista, esportivista e biologicista até então predominantes na Educação Física escolar.

### 3. ESPORTE

Os Gregos viam o esporte como uma parte essencial da boa educação, uma via para estabelecer o *status* social e a proeminência individual, um indicador de masculinidade, um terapêutico meio de canalizar a agressividade, uma preparação para os conflitos e um meio apropriado para honrar os deuses e heróis nos festivais (KYLE, 2007).

De acordo com Rabelo e Amaro (2016), o esporte visa aumentar a competência de inventar e recriar circunstâncias de aprendizagem; expandir a capacidade de comunicação; precaver dificuldades motoras, relacionais e emocionais; impulsionar a autoconfiança e promover a socialização; prevenir dificuldades de aprendizagem e de desenvolvimento; desempenhar um exercício terapêutico no acontecimento de dificuldades relacionais de aprendizagem e de desenvolvimento já abrigados; causar uma estruturação mais proveitosa da originalidade; excitar atitudes positivas diante de si, ao outro e ao mundo.

Analisar as práticas esportivas entre os gregos antigos, pressupõe o estabelecimento de uma interação com o espaço físico dos santuários, visto que os jogos se inseriam na esfera da religião cívica (LESSA, 2008).

Na História de Roma surgiram os Jogos Públicos, configurados em grandes espetáculos realizados nos circos e anfiteatros, onde ocorriam corridas de bigas, lutas entre gladiadores, combates com feras e execuções. Na época do Império Romano, os jogos foram utilizados na “Política do Pão e Circo” para alienar a população diante das ações antipopulares do Imperador (GRIFI, 1989).

O esporte foi utilizado como instrumento de disciplina e fortalecimento do trabalhador visando evitar faltas e aumentar a produção nas fábricas. A Inglaterra foi o

berço da Revolução Industrial, tornando-se uma grande potência econômica. O poderio econômico aliado à sua imbatível esquadra marinha fez da Inglaterra a grande potência Imperial do século XIX (SIGOLI; DE ROSE, 2004).

Outro evento esportivo importante do século XIX que se tornou ferramenta política dos Estados foi o Olimpismo desenvolvido por Pierre de Coubertin em um congresso na Universidade de Sorbonne, em 1894. O movimento olímpico foi inspirado no esporte Britânico e nas descobertas arqueológicas de meados do século XIX a respeito da antiguidade grega e dos Jogos Olímpicos (HENRY, 1955).

Em 1896 o movimento Olímpico restabeleceu a realização periódica dos Jogos Olímpicos. Os Jogos Olímpicos Modernos foram responsáveis por uma grande propagação do esporte pelo mundo, além disso, a participação nos jogos agregou o sentimento de representação nacional e muitos países utilizaram este valor para angariar prestígio político internacional (HENRY, 1955).

A antiga União Soviética e o bloco capitalista, sob a liderança dos Estados Unidos, protagonizaram nas décadas de 60, 70 e 80 a Guerra Fria, que foi caracterizada pela disputa ideológica e estratégica dos blocos conflitantes. Junto às pressões bilaterais, o esporte foi inserido como arma ideológica na disputa pelo prestígio político. Os campos e ginásios esportivos se transformaram em locais de batalha e os Jogos Olímpicos foram palco de uma disputa política que culminou com os boicotes dos Jogos de Moscou em 1980 e Los Angeles, em 1984 (HOBSBAWM, 1995).

No mundo contemporâneo, o esporte passou a compor as estruturas neoliberais da economia de mercado, transformando-se em uma grande instituição financeira que representa os interesses das corporações transnacionais, as quais ditam as regras no mercado mundial (BRACHT, 2009).

É comum observar jovens assumindo condutas similares aos dos jogadores, modo de vestir, falar, cortar o cabelo e até mesmo andar. O que revela a importância do esporte na vida deles. Por outro lado, o esporte se não bem orientado for, se torna um meio de exploração, discriminação e competição que ultrapassa muitas vezes o bom-senso (RABELO; AMARO, 2016).

A iniciação esportiva está inserida no processo de formação humana desenvolvida no interior da escola. E quem tem o dever de levar a vivência do esporte para o aluno desenvolvendo assim sua formação humana é o professor, que deverá tornar as aulas de Educação Física escolares atrativas para os estudantes (BARROSO; DARIDO, 2009).

As referidas aulas, segundo Bracht (1997), tiveram sua origem baseadas no referencial médico, objetivando a educação do corpo para a busca da saúde, possibilitando um corpo forte e higiênico. Em seguida, sofreu a influência do militarismo cujo interesse era preparar os corpos para possíveis enfrentamentos militares, além de incutir nas pessoas o ideal nacionalista e patriótico.

#### 4. CONSTRUTIVISMO INTERACIONISTA

O Construtivismo tem suas bases filosóficas e históricas em teóricos como Bruner e Goodman e se desenvolveu essencialmente a partir da teoria de desenvolvimento cognitivo de Piaget. Essa teoria é caracterizada essencialmente por dois princípios: o conhecimento não é recebido passivamente, mas resulta da ação ativa do sujeito; e a cognição é flexível e se adapta ao sujeito (GLASERSFELD, 1989).

O suíço Jean William Fritz Piaget (1896-1980) muito contribuiu com a educação. Seu pensamento influenciou o ensino no mundo. Piaget foi um biólogo, psicólogo e epistemólogo e dedicava-se à observação de como ocorria o processo de construção do conhecimento, para explicar o desenvolvimento intelectual. Partiu da ideia que os atos biológicos são decorrentes da aquisição com o meio físico e interações do meio ambiente pelo indivíduo. Sua principal teoria e contribuição se deu com a aprendizagem da criança, de como esta aprende, se desenvolve e constrói o conhecimento, a teoria de Piaget teve grande contribuição no Construtivismo (GARDÊNIA; LÚLIA; SIMÕES, 2020).

Em suas investigações sobre o desenvolvimento intelectual, Piaget detectou a presença de peculiaridades a cada faixa etária tanto no modo de pensar como na forma da qual o sujeito interage com o meio ambiente. Sobre essas diferentes maneiras de pensar e agir do sujeito, Piaget as caracterizou como estágios ou períodos. Para Piaget o desenvolvimento consiste, pois, na passagem constante de um estado de aparente desequilíbrio para um estado de equilíbrio superior. (LEITE, 1991).

Piaget afirmou que a criança precisa de um tempo de maturação no qual ele chamou de “estágios cognitivos”. Estes descrevem a aprendizagem, atribuindo significado às palavras e foram divididos em duas categorias: aprendizagem e desenvolvimento. A primeira se dava por aquisição mediante o estímulo, enquanto que o desenvolvimento seria o responsável pela formação dos conhecimentos (MACEDO, 1994).

Piaget (1999) elenca quatro estágios que precedem o desenvolvimento infantil: sensório-motor, pré-operacional, operacional concreto e operações formais.

O primeiro dos quatro estágios de desenvolvimento cognitivo é o estágio sensório-motor. Durante esse estágio (do nascimento até aproximadamente os 2 anos), dizia Piaget, os bebês aprendem sobre si mesmos e sobre seu ambiente (PAPALIA, 2006).

O período pré-operacional, acontece entre dois a sete anos. É chamado assim porque a criança carrega significações do período anterior, tendo conceitos iniciais confusos, mas em constante construção de ideias lógicas (RAPPAPORT, 1981).

De acordo com Papalia (2006), aproximadamente aos sete anos, segundo Piaget, as crianças entram no estágio de operações concretas, quando podem utilizar operações mentais para resolver problemas concretos (reais). As crianças são então capazes de pensar com lógica porque podem levar múltiplos aspectos de uma situação em consideração.

No período das operações concretas, a criança tem uma compreensão espacial melhor, podendo localizar-se de modo mais eficiente em diferentes lugares, tendo capacidade de relacionar ideias de distância de um local para outro, e assim, maior facilidade em memorizar trajetos (PAPALIA, 2006).

Na abordagem Construtivista Interacionista, a intenção é a construção do conhecimento a partir da interação do sujeito com o mundo, respeitar o universo cultural do aluno, explorando as diversas possibilidades educativas de atividades lúdicas espontâneas, propondo tarefas cada vez mais complexas e desafiadoras com vistas à construção do conhecimento. Além de valorizar as experiências, a cultura dos alunos, a proposta Construtivista Interacionista tem o mérito de propor alternativas aos métodos diretivos, alicerçados na prática da Educação Física (AZEVEDO; SHIGUNOV, 2010).

A referida abordagem, enfatiza que o jogo é privilegiado como sendo um instrumento pedagógico, ou seja, o principal meio de ensinar. Logo, enquanto a criança brinca, ela aprende, o autor defende que este momento ocorra em um ambiente lúdico e prazeroso. Dessa forma, apresenta-se como o oposto das intervenções da Educação Física na escola, em especial no contexto do mecanicismo onde se buscava a maximização dos movimentos, de padrões de comportamento, não considerando as diferenças de cada indivíduo (AZEVEDO; SHIGUNOV, 2010).

Nesta proposta, não há a preocupação, apenas, de ensinar um conteúdo já pronto. Com ela, observa-se e utiliza-se o conhecimento das crianças para o processo de

transformação desse conhecimento de maneira que o torne contextual (SANTOS; MATOS, 2004).

De acordo com Freire (1994), às vezes falta visão ao sistema escolar, às vezes faltam escrúpulos. É difícil explicar a imobilidade a que são submetidas as crianças quando entram na escola. Mesmo se fosse possível provar (e não é) que uma pessoa aprende melhor quando está imóvel e em silêncio, isso não poderia ser imposto, desde o primeiro dia de aula, de forma súbita e violenta.

O problema maior do subjetivismo pedagógico piagetiano é que, ao enfatizar a atividade espontânea dos alunos, os interesses que eles apresentam em razão de experiências já vivenciadas, as atividades dos alunos provenientes das camadas populares dificilmente serão tão produtivas, no sentido da assimilação do saber elaborado, quanto às atividades dos alunos da classe dominante, isto porque os membros do proletariado têm, de forma geral, mais dificuldade em aproximar seus filhos da linguagem erudita, que é a linguagem da escola (LIRA NETO, 2008).

Segundo Thong (1981), Piaget postula que, necessariamente, para aprender o indivíduo precisa estar pronto, maduro para que esta aprendizagem ocorra de modo competente.

De acordo com Becker (1997), a criança não aprende apenas por imitação, mas, também, pelo jogo ou brinquedo simbólico. Além disso, a imitação não deve ser considerada como reprodução de um comportamento, mas como construção de estruturas de assimilação, isto é, como acomodação. Ainda segundo o autor, a acomodação é uma função do organismo vivo que produz transformações no próprio organismo visando superar limites vividos em assimilações anteriores.

## **5. ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA INTERACIONISTA NA EDUCAÇÃO FÍSICA**

Conforme estudos de Hirama *et al.*, (2014), propostas interacionistas inseridas na Educação Física vêm sendo formuladas e refletidas desde o final do século passado, com o objetivo de oferecer alternativa de ensino do esporte de forma a superar propostas tradicionais que podem desenvolver em suas práticas algumas características bastante discutidas e consideradas inadequadas, como a exclusão, a especialização precoce, a mecanização de técnicas em detrimento da compreensão da modalidade, entre outros.

Ainda segundo os autores, considera-se dentro da denominação interacionista, diversas propostas elaboradas por diferentes autores da pedagogia do esporte, mas, apesar desta diversidade, várias aproximações são encontradas ao se investigar as proposições, indicando mais semelhanças do que distanciamentos.

Na visão de Darido (2003), a abordagem construtivista interacionista está diretamente relacionada nas concepções construtivistas, baseadas nas ideias de Jean Piaget.

Conforme Darido (2003), esta abordagem possibilita uma maior integração com uma proposta pedagógica ampla e integrada da Educação Física escolar. No entanto, ela desconsidera a questão da especificidade da área, uma vez que é possível utilizar-se de ferramentas que abordem questões das quais não se relacionam com a Educação Física.

Na Educação Física existem diversos autores que são adeptos à abordagem construtivista interacionista, dentre os quais destacamos João Batista Freire, e é fato comum as críticas ao modelo tradicional de ensino dessa disciplina escolar, no qual os alunos são vistos como espectadores e reprodutores das informações repassadas. Além disso, um dos principais problemas no que se refere aos conteúdos dessa disciplina é o ensino dos esportes (GARDÊNIA; LÚLIA; SIMÕES, 2020).

Quando procuramos definir o que é importante a ser aprendido ao desenvolvermos o esporte nas aulas de Educação Física escolar, inicialmente esclarecemos que, pelo fato de este fenômeno estar presente na nossa sociedade, a aprendizagem não se dá exclusivamente no âmbito escolar, mas sim em diversos ambientes, como a família, grupo de amigos, praças públicas, clubes e outros (BARROSO; DARIDO, 2009).

No entendimento de Barroso e Darido (2009), esta prática não se restringe à atividade do futebol, mas abrange qualquer prática relacionada ao esporte, pois observa-se certa preocupação do autor em colocar em evidência aspectos relacionados à dimensão atitudinal, em razão de existir um direcionamento tanto para as condutas de comportamento, como para a incorporação da prática.

A abordagem construtivista da Educação Física, ao subjetivar o ensino, também herdou de Piaget a defesa de que as diferenças individuais têm como consequência, aprendizados escolares diferenciados (LIRA NETO, 2008).

Neste sentido, Freire (1994) afirma: “indo até onde for possível chegar, ou até quando o número de aulas permitir, procuramos garantir que as crianças avancem mais ou menos de acordo com suas capacidades individuais”.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciando as abordagens pedagógicas que são atualmente utilizadas, destaca-se a abordagem construtivista interacionista, da qual é baseada a partir do pensamento de Piaget que influenciou, de forma parcial, a elaboração da abordagem em discussão.

A perspectiva construtivista considera que o movimento de aprendizagem se dá do interno para o externo, enquanto o sociointeracionismo infere que o primeiro movimento no desenvolvimento cognitivo ocorre externamente ao indivíduo e depois é internalizado. Porém, não podemos deixar de destacar a disputa que aconteceu entre o construtivismo, de Piaget, e o interacionismo de Vigotsky, embora não tenhamos a menor intenção em discutir a dicotomia nesse estudo.

No entanto, podemos observar que as contribuições da teoria de Jean William Fritz Piaget são relevantes e podem contribuir para um melhor desenvolvimento nos ambientes de aprendizagem nas aulas de Educação Física escolar. Mas, vale ressaltar que a perspectiva pedagógica construtivista interacionista deixa alguns vieses na referida abordagem associada ao ensino da prática esportiva, pelo engessamento aos parâmetros piagetianos na educação, podendo confrontar com a especificidade da área esportiva.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. E.; TASSA, K. O. M.; **Motivação nas aulas de Educação Física no ensino médio**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 20, Nº 203, 2015.

AZEVEDO, E. S.; SHIGUNOV, V. **Reflexões sobre as abordagens pedagógicas em Educação Física**. KINEIN Artigos Originais. Volume 1 - Número 1 - UFSC, Dez/2010.

BARNI, M. J.; SCHNEIDER, E. J. **A Educação Física no Ensino Médio: relevante ou irrelevante?** Revista Leonardo Pós, Blumenau, v. 1, n.3, p. 15-20, 2003. Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev03-02.pdf>. Acesso em 25 de mai. 2022.

BARROSO, ALR; DARIDO, SC. **O ensino do esporte e a dimensão do conteúdo: conceitual, procedimental e atitudinal** – DOI: 10.4025/reveducfis.v20i2.3884. Revista de Educação Física, v. 20, n. 2, pág. 281-289, 1º de julho de 2009.

BECKER, F. **Da ação à operação: o caminho da aprendizagem em J. Piaget e P Freire**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.



BETTI, M. **Ensino de primeiro e segundo graus:** Educação Física para que? Revista Brasileira de Ciências do esporte. Maringá. v 13, n 2, jan. 1992.

BRACHT, V. **Sobre mal-entendidos e equívocos II.** In: STIGGER, M. P.;

LOVISOLO, H. (orgs.). **Esporte de rendimento e esporte na escola.** Campinas: Autores Associados, 2009.

VAGO, T. M. **Trilhas e Partilhas:** Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais. Belo horizonte, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** Educação Física. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil:** A história que não se conta. 16 ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola:** implicações para a prática pedagógica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola:** conteúdos, duas dimensões e significados. In: DARIDO, S. C. (org.). Caderno de formação: formação de professores didática dos conteúdos. São Paulo: Cultura acadêmica, 2012. v. 6. p. 51-75.

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. **Educação como prática corporal.** São Paulo: Scipione, 2003.

FREIRE, J.B. **Educação de corpo inteiro:** teoria e prática da Educação Física. 4 ed. São Paulo, SP: Scipione, 1994.

GARDÊNIA, C. V; LÚLIA. L. F. S; SIMÕES, H. F. Braz. J. of Develop, Curitiba, v. 6, n.5, p.27127-27144may. 2020. ISSN 2525-8761.

GLASERSFELD, E.; HUSEN, T. **Constructivism in Education.** In: POSTLETHWAITE, T. N. **The International 114 Encyclopedia of Education, Oxford/New York:** Pergamon Press, Supplement v. 1, p. 162-163. 1989. Disponível em: <<http://www.univie.ac.at/constructivism/EvG/papers/114.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2022.

GONÇALVES JUNIOR, L. **A motricidade humana no ensino fundamental.** In: I Seminário Internacional de Motricidade Humana: passado-presente-futuro, 2007, São Paulo. Anais... p.29-35 v.01, São Paulo: ALESP, 2007.

GRIFI, G. **História da Educação Física e do esporte.** Porto Alegre, D. C. Luzzatto Editores, 1989.

HENRY, B. **História de los juegos olímpicos.** Barcelona. Editorial Hispano-Europea, 1955.

HIRAMA, L. K., JOAQUIM, C. D. S., COSTA, R. R., & MONTAGNER, P. C.

- (2014). **Propostas interacionistas em pedagogia do esporte:** Aproximações e características. *Conexões: Educação Física, esporte e Saúde*, 12(4).
- HOBBSAWM, E. **Era dos extremos:** O breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- KYLE, D.G. **Sport and Spectacle in the Ancient World.** Malden / Oxford: Blackwell Publishing, 2007.
- LEITE, A. S; PALMA, L. V. **Teoria e prática de professores considerados construtivistas.** 1.994. p.H0-21.0.1994.2007.
- LESSA, F.S. **Práticas esportivas entre os atenienses.** In: Anais Eletrônicos do XII Simpósio Nacional de História. João Pessoa: ANPUH/UFPB, 2003.
- LIRA NETO, J. F. de. **Relações entre a proposta das concepções abertas no ensino da Educação Física e o método Paulo Freire.** *Conexões*, Campinas, SP, v. 6, n. 2, p. 62–81, 2008. DOI: 10.20396/conex.v6i2.8637804.
- MACEDO, Lino. **Ensaio construtivistas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- MAGALHÃES, C. H. F. **Breve histórico da Educação Física e suas tendências atuais a partir da identificação de algumas tendências de ideais e ideias de tendências.** In: *Revista da Educação Física/UEM*. v.16, n.1, p.91-102, 2005.
- MAGALHÃES, N. **Retrospectiva:** História dos métodos de alfabetização. Ceale, Belo Horizonte, Letra A, 11 mai. 2015. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/retrospectiva-historia-dos-metodos-de-alfabetizacao-1.html>. Acesso em: 27 mai. 2022.
- PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano.** 8ªed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.
- PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia.** Tradução: Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sergio Lima Silva - 24ª Ed. Rio de Janeiro: FORENSE UNIVERSITARIA, 1999.
- PRADO, B. M. B. **Educação Física Escolar:** Um Novo Olhar. *Rev.de Educ. do ideal*, Uruguai, vol. 10, n. 21, p. 1-12, jan/julho, 2015.
- RABELO, W.; AMARO, D. **Benefício do Futsal na Educação Física escolar.** Benefício do Futsal na Educação Física Escolar. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento*, Ano 01, Vol. 10, pp. 135-150, nov. de 2016. ISSN:2448-0959.
- RAMOS A.T. **Atividade Física- Diabéticos, Gestantes, Terceira Idade, Crianças e Obesos.** 2.ed. Rio de Janeiro: SPRINT, 1999.
- RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte.** São Paulo, IBRASA, 1982.

- RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. **Psicologia do Desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981.
- RIAL, C.S.M. **Rúgbi e judô: esporte e masculinidade**. In: PEDRO, J.M. & GROSSI, M.P. (org). *Masulino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.
- SANTOS, Rubens Siqueira dos. MATOS, Tânia Cristina dos Santos. **A relação entre tendência e prática pedagógica dos professores de Educação Física de 3° e 4° ciclos do ensino fundamental**. Revista Mackenzie de Educação Física e esporte – Ano 3, Número 3, 2004, 45-53.
- SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. **A história do uso político do esporte**. R. bras. Ci. e Mov. 2004; 12(2): 111-119.
- SILVA FILHO, J.O; CARNAUBA, C. M. D.; HARTMANN, C. **Sacing For the Future**. FIEP BULLETIN Volume 88 - Special Edition - ARTICLE I – 2018.
- SOARES *et al.* **Metodologia do Ensino da Educação Física**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SOARES, E. R. **Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais**. EF Deportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Nº 169, 2012.
- TRAN THONG. **Estádio e conceito de estádio de desenvolvimento da criança na psicologia contemporânea**. 1 a ed. Lisboa: Afrontamento, 1991.
- TUBINO, M. J. G. **Dimensões Sociais do esporte**. São Paulo: Cortez, 1992.
- VANOYEKE, V. **La Naissance des Jeux Olympiques e le Sport dans l'Antiquité**. Paris: Les Belles Lettres, 1992.
- VOSE, R. C.; GIUSTI, J. G. **Educação Física Escolar: uma perspectiva pedagógica**. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, n. 1, 2007.

# ***Capítulo 6***

---

## **TRANSTORNO DE DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH) NO AMBIENTE ESCOLAR**

**DOI: 10.29327/568033.1-6**

Elaine Cristina Rocha Favretto de Oliveira  
Mônica Rosa de Oliveira Araújo  
Simão Pedro Zefeld  
Jhonata Jankowitsch

## TRANSTORNO DE DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH) NO AMBIENTE ESCOLAR

*Elaine Cristina Rocha Favretto de Oliveira*

*Mônica Rosa de Oliveira Araújo*

*Simão Pedro Zefeld*

*Jhonata Jankowitsch*

### RESUMO

O presente trabalho de pesquisa pretende abordar a temática a qual muitos professores relatam dificuldade para trabalhar com a inclusão de crianças e adultos com TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. Tendo como enfoque a caracterização desse transtorno, assim como as dificuldades enfrentadas pelas escolas e a distinção entre a criança hiperativa e a criança indisciplinada esse estudo busca investigar as interferências do TDAH no processo de ensino aprendizagem reconhecendo que hoje, esse distúrbio é um grande desafio para a educação. Para tanto, para obtenção dos objetivos expostos, a presente pesquisa utilizou o método de pesquisa bibliográfica utilizando-se de distintas referências as quais abordaram a temática levantada. Como resultado dessa investigação foi possível identificar as principais práticas pedagógicas que devem ser utilizadas pelos educadores com estudantes portadores do TDAH, visando amenizar as dificuldades enfrentadas por esses alunos no processo de ensino aprendizagem. Para este estudo faz-se necessário trazer algumas referências para a pesquisa por meio de teorias apresentadas para dar suporte nos questionamentos, tais como do artigo Crianças e adolescentes com TDAH no ambiente escolar: revisão bibliográfica dos autores Paloma Cristina Pimenta, Anna Clara Balbina Silva e Afonso Pelli e o artigo Dificuldades de aprendizagem de crianças hiperativas – TDAH o qual apresenta como autores Paula Cristina de Moraes Costa, Taillyne de Almeida Pocahy, Giselda Shirley da Silva, buscando assim um diagnóstico preciso acerca da problemática do tema.

**Palavras-chaves:** TDAH; Dificuldade na aprendizagem; Educação especial.

### ABSTRACT

The present research work intends to address that many teachers report difficulty in working with the inclusion of children and adults with ADHD. Focusing on the characterization of this disorder, as well as the difficulties faced by schools and the distinction between the hyperactive child and the undisciplined child, this study seeks to investigate the interferences of ADHD in the teaching-learning process, recognizing that today, this disorder is a great challenge for the education. Therefore, in order to obtain the stated objectives, this research used the method of bibliographic research that addressed the subject under study. As a result of this study, it was possible to identify the main pedagogical practices that should be used by educators with students with ADHD,

in order to alleviate the difficulties faced by these students in the teaching-learning process. For this study, it is necessary to bring some references to the research through some theories presented to support the questions, such as the article Children and adolescents with ADHD in the school environment: bibliographic review of the authors Paloma Cristina Pimenta, Anna Clara Balbina Silva and Afonso Pelli and the article Learning difficulties of hyperactive children – ADHD, which presents as authors Paula Cristina de Moraes Costa, Taillyne de Almeida Pocahy, Giselda Shirley da Silva, thus seeking a more accurate diagnosis about the problem of the subject.

**Keywords:** ADHD; Difficulty in learning; Special education.

## 1. INTRODUÇÃO

A atual concepção de educação que orienta as políticas educacionais no Brasil e no estado de Mato Grosso tem como objetivo principal a efetivação do direito de todos à educação. Imbuídos desse objetivo, os sistemas de ensino encontram-se diante do desafio de promover uma educação de qualidade, instituindo políticas públicas que superem e promovam de fato uma educação de excelência bem como, promova o acesso e a permanência de todos os alunos na escola garantindo – lhes ensino e aprendizagem.

Frente as exigências do contexto educacional em âmbito nacional, o estado do Mato Grosso vem implantando e implementando políticas públicas que têm repercutido em todos os níveis de ensino e conferido uma nova configuração as várias modalidade de Educação, aspecto que veio a provocar mudanças no modo de conceber o aluno, nas práticas pedagógicas, na organização curricular e na formação docente.

Por muito tempo se acreditava que o TDAH ocorria só em crianças, mas estudos recentes apontam que esse transtorno persiste até a fase adulta. A inclusão vem sendo discutida em todas às áreas da sociedade e principalmente no ambiente escolar, pois a escola é um espaço de convivência social e desenvolvimento humano.

Na educação existem diversos dispositivos legais que promovem a inclusão de estudantes com necessidades especiais. A Constituição Federal de 1988 no artigo 208 determina que: *“O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”* (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, em seu Capítulo V, dispõe sobre a Educação Especial: *“Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida*

*preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL).*

O professor da Sala de Recurso Multifuncional vive em constantes conflitos e dúvidas sobre como desenvolver práticas docentes envolvendo seu trabalho com alunos portadores de Transtorno e Deficit de Atenção e Hiperatividade. A maior preocupação do docente é analisar se as práticas desenvolvidas na Sala de Recurso Multifuncional são capazes de despertar nos discentes o gosto pelo desenvolvimento, pois esse trabalho visa amenizar as dificuldades enfrentadas por esses alunos no processo de ensino aprendizagem.

Assim, a escola pública é um ambiente que deve garantir o acesso ao ensino básico para crianças, adolescentes e adultos (GOMES *et al.*, 2019). O objetivo desse estudo é realizar uma revisão bibliográfica sobre o que é TDAH, os desafios para incluir os alunos com TDAH, bem como as estratégias e recursos para inclusão de discentes com TDAH na Sala de Recurso Multifuncional.

Outro ponto importante para a realização da pesquisa é a carência de informações pelos familiares sobre tal transtorno, ficando tais crianças isentas de adequados tratamentos. Estes alunos estão inclusos no contexto educacional e muitas vezes são vistos como alunos “problemáticos” pelos próprios professores.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para realização do presente trabalho foi por meio de pesquisa bibliográfica, através do artigo: *Crianças e Adolescentes com TDAH no ambiente escolar* - revisão bibliográfica dos autores Paloma Cristina Pimenta, Anna Clara Balbina Silva e Afonso Pelli o qual foi publicado na Revista Contemporânea de Educação, v. 15, n. 33, maio/ago. 2020 e do artigo Dificuldades de aprendizagem de Crianças Hiperativas – TDAH de Paula Cristina de Moraes Costa, Taillyne de Almeida Pocahy, Giselda Shirley da Silva dos Anais do 3º Simpósio de TCC das faculdades FINOM e Tecsoma de 2020.

Segundo Macedo (1994) a pesquisa bibliográfica diz respeito à seleção de materiais que consigam discorrer e responder a problemática do tema tratado no trabalho realizado trata-se do planejamento e seleção de critérios que norteará a realização do trabalho.

## 3. DISCUSSÕES

## O que é TDAH

De acordo com Pimenta, Silva e Pelli (2020) o TDAH é observado em crianças que apresentam comportamento como desatenção, hiperatividade e impulsividade. Esse transtorno atinge mais meninos que meninas, podendo ser diagnosticado de 3% a 5% das crianças em fase escolar (SOUZA, OLIVEIRA, 2018). Os sintomas aparecem na infância e podem permanecer até a fase adulta. Os fatores que provocam esse transtorno podem ser relacionados com a genética, diferenças biológicas e psicossociais associadas aos mecanismos que regulam a atenção, flexibilidade e a atividade motora (HORA *et al.*, 2015). Quanto ao diagnóstico, este deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar, por no mínimo seis meses e que a criança apresente o mesmo sintoma de comportamento na escola e com a família (SOUZA, SAMPAIO, 2019).

Os autores mencionam que ao longo de décadas esse transtorno recebeu diversas nomenclaturas como Síndrome da Criança Hiperativa, Reação Hiperkinética da Infância, Disfunção Cerebral Mínima, Distúrbio de *Déficit* de Atenção e, posteriormente, Transtorno de Atenção com Hiperatividade (MAIA, CONFORTIN, 2015).

Os mesmos afirmam que de acordo com o Manual de Estatística e Diagnóstico da Associação Americana de Psiquiatria (DSM) (*AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION*, 2014), para o diagnóstico da criança devem ser observados os critérios como as dificuldades na aprendizagem que persistem por pelo menos 6 meses (dificuldade na leitura de palavras e interpretação de textos, dificuldade de escrita, ausência de domínio numérico e dificuldade de raciocínio).

Segundo Pimenta, Silva e Pelli (2020) as principais características de alunos com TDAH no ambiente escolar estão relacionadas com a falta de atenção ao realizar atividades. Em aulas lúdicas, não conseguem seguir normas dos professores e escola, também não participam das atividades que envolvem o raciocínio, têm o hábito da perda dos materiais escolares e do esquecimento das tarefas de casa (GONÇALVES, 2019).

Pimenta, Silva e Pelli (2020) mencionam que os sintomas que caracterizam a hiperatividade e impulsividade são o agitação das mãos e dos pés, geralmente o indivíduo não consegue ficar sentado na cadeira, corre ou escala objetos em sala de aula, não fica em silêncio em atividades de lazer, responde antes de terminar as perguntas e tem dificuldade para aguardar a vez de participar (GONÇALVES, 2019).

Para os autores a intervenção psicoterapêutica é a mais recomendada para o tratamento do TDAH. Portanto, o acompanhamento psicológico é fundamental no



processo para que o indivíduo reflita sobre suas ações no cotidiano. Uma alternativa recomendada ultimamente é a associação do tratamento convencional com atividades lúdicas e musicoterapia, como intervenção terapêutica.

No que se refere à metodologia de ensino eficaz para esse transtorno, já foi constatado que é importante que o professor utilize atividades diferenciadas, lúdicas, coloridas e estimulantes para entreter a atenção do aluno. Um bom exemplo é a musicoterapia. Pimenta, Silva e Pelli (2020) faz a seguinte observação:

São grandes os desafios para incluir os alunos com TDAH na sala de aula, pois, em um país como o Brasil, em que escolas públicas recebem uma grande quantidade de alunos que não têm acesso à saúde e moradia adequada, não seria esperado diagnóstico antecedente ao início das atividades acadêmicas. Os professores convivem com várias crianças que possuem diversos transtornos que, na maioria das vezes, não são diagnosticadas. Existem alguns casos em que a escola procura os pais e solicita uma avaliação médica, porém, a família muitas vezes considera desnecessária esta abordagem. O resultado disso são altas taxas de repetência e evasão no ensino básico e mesmo crianças e adolescentes analfabetos funcionais que terminam o ensino básico. (PIMENTA, SILVA e PELLI, p. 48 – 49, 2020)

Os autores mencionam Silva e Carvalho (2017), que apontam que um recurso pedagógico na inclusão escolar é utilizar a fala como incentivadora, encorajadora, auxiliar nas atividades, auxílio físico ou verbal. É importante o estabelecimento de regras, rotinas e atividades em grupos para desenvolver a inclusão de alunos com TDAH.

Os autores ainda abordam (SILVA, CARVALHO, 2017) que os recursos pedagógicos utilizados no ensino infantil devem auxiliar no desenvolvimento sensorial das crianças, como, por exemplo, alfabeto móvel, figuras geométricas, jogos, histórias, animais, brinquedos, objetos, música, dentre outros. As atividades devem ser com desenhos atuais, construção de jogos e brinquedos, sendo necessária a evolução em relação à complexidade de todos os materiais didáticos.

Segundo Costa, Pocahy e Silva (2020) a melhor representação sobre a interpretação clínica e histórica do transtorno é realizada por Russell A. Barkley. Sua teoria, criada na década de 90, caracteriza-se por explicar o TDAH como uma incapacidade de autocontrole, tratando-se de feitos contrários à vontade do agente, que possui *deficit* do desenvolvimento moral (CALIMAN, 2010).

Entretanto, de acordo com Costa, Pocahy e Silva (2020) e Caliman (2010) esse controle moral sofria variações de criança para criança, o que, conseqüentemente, impossibilitava a demarcação de uma linha precisa de funcionamento anormal e normal. Em seus estudos citavam que a deficiência era extrema em algumas crianças, o que afetava os padrões sociais impostos naquela época.

Costa, Pocahy e Silva (2020) afirmam que na história do Transtorno de *Deficit* de Atenção e Hiperatividade, o primeiro autor a escrever sobre tal transtorno foi o Alexander Crichton, o qual fez sua publicação em 1798 que descrevia a enfermidade como uma doença de falta de atenção patológica, onde o agente possuidor desta manifestava-se através da dificuldade de manter atenção constante sobre determinada coisa ou situação. Ainda, o autor afirmava que a doença nascia com o agente ou então se manifestava como uma doença e que regredia com a idade e que sua intensidade dificilmente impedia o aprendizado (REZENDE, 2016).

De acordo com os autores, outro autor de importante relevância no estudo do TDAH foi Heinrich Hoffmann que criou histórias ilustradas que demonstravam comportamentos característicos de hiperatividade em seus personagens. Além de autor, também era médico.

Costa, Pocahy e Silva (2020) mencionam que Still, médico pediatra, foi o primeiro a desenvolver o conceito de TDAH, o qual tratava tal transtorno como a incapacidade das crianças de controlarem suas vontades e seus atos.

Segundo Rezende (2016) os estudos realizados por Still verificava que os sintomas se faziam mais presentes em crianças do sexo masculino com idade inferior a sete anos.

De acordo com Costa, Pocahy e Silva (2020) o primeiro tratamento para o TDAH surgiu em 1937, criado pelo psiquiatra Charles Bradley, que ao tentar tratar as dores de cabeça de pacientes, descobriu que o benzedrina se manifestava no organismo positivamente para o desempenho do comportamento e evolução escolar das crianças (REZENDE, 2016). O medicamento com melhor eficácia passou a ser prescrito para tratamento do TDAH foi a Ritalina - nome comercial de medicamento cujo princípio ativo é o cloridrato de metilfenidato.

### **Sintomas ou características do comportamento das crianças que indicam a hiperatividade e diagnóstico**

Para Costa, Pocahy e Silva (2020) atualmente os sintomas ou características do comportamento das crianças que indicam a hiperatividade são de fácil percepção, a qual envolve a impulsividade, imediatismo e a dificuldade da criança em se concentrar. Em relação ao diagnóstico, para chegar a concluí-lo é necessário que a criança se submeta a vários testes realizados por um profissional.

Em relação às causas do Transtorno de *Deficit* de Atenção e Hiperatividade, foram investigadas várias origens, dentre elas: hereditariedade, substâncias ingeridas durante a gestação, sofrimento fetal, exposição ao chumbo (metal pesado) e problemas familiares.

### **Distinção entre indisciplina e hiperatividade**

Costa, Pocahy e Silva (2020) afirmam que uma criança hiperativa pode também ser indisciplinada, vez que, conforme explanado anteriormente, o papel familiar é fundamental no desenvolvimento dessas crianças em conjuntura com a escola.

Costa, Pocahy e Silva (2020) abordam o Portal Educação demonstrando que é visível a indisciplina quando os professores se direcionam aos pais dos alunos indisciplinados e esses reagem de forma defensiva. Ainda ressalta que tal defesa se dá muitas vezes pela indisponibilidade de tempo dos pais com os filhos, fazendo da defesa uma forma de suprir a ausência e resultando na indisciplina dos filhos.

De acordo com os autores, outro ponto de importante destaque nessa distinção é em relação à condição neurológica que possui a criança hiperativa, fazendo com que não consiga ter controle sobre suas ações. A criança indisciplinada não possui tal transtorno neurológico, afastando a condição da hiperatividade e estabelecendo a condição de indisciplinada, ou sem educação.

Observam que é importante destacar também que, conforme Goldstein (1994) *Apud* Santos (2013) as crianças diagnosticadas com TDAH possuem atitudes imprevisíveis e desiguais, reagindo de forma anormal às intervenções dos professores, que devido a falta de conhecimento sobre o transtorno, fazem juízo de julgamento errado sobre a criança.

De acordo com Costa, Pocahy e Silva (2020) e para Gaeff e Vaz (2008) a descrição das crianças com hiperatividade se caracteriza por serem crianças aborrecidas, desligadas, desmotivadas, desorganizadas e bagunceiras. Essas crianças são agitadas e comumente deixam de realizar determinada atividade para começar outra e possuem sonhos diurnos.

Ademais, existem várias causas que distinguem a patologia de uma criança sem disciplina. Porém, na maior parte dos casos as crianças hiperativas são tachadas de crianças indisciplinadas pela carência de diagnóstico e conhecimento dos professores e/ou pais em relação ao comportamento das crianças.

### **As dificuldades enfrentadas por crianças hiperativas em relação à aprendizagem**

Para Costa, Pocahy e Silva (2020) essas crianças são inquietas durante a aula e muitas vezes são tachadas como indisciplinadas e desobedientes. Tais crianças gozam do direito à Educação Especial, que visa a flexibilização do ensino com práticas pedagógicas que atendam a necessidade e a demanda educativa das crianças detentoras desse transtorno (PRETTE & ROCHA, 2010);

Os estudos mostram que as relações entre filhos portadores de TDAH e seus pais são mais negativas que positivas, devidos as essas tentativas frustradas dos pais de tentar controlar as atitudes impulsivas dos filhos. A relação parental positiva é como um nexos de causalidade em relação ao comportamento da criança hiperativa. Embora exija muito jogo de cintura por parte da família. (COSTA, POCAHY e SILVA p. 1596 – 1597, 2020)

Para os autores, o papel da escola e das práticas de inclusão se mostram de suma importância, porém, o elo entre a escola, família e criança será o resultado pretendido e resultante na evolução da aprendizagem dessa criança. O conjunto entre a escola, família e a criança são importantes para o tratamento, desenvolvimento e socialização da criança hiperativa. Também diz respeito ao sucesso dessa criança em relação a sua vida escolar, vez que, essas crianças possuem limitações quanto ao grau de aprendizagem, se fazendo presente o apoio familiar e escolar (CAVALCANTE, 1998, p. 155 *Apud* SILVESTRE *et. al*).

Costa, Pocahy e Silva (2020) citam Silvestre *et. al* a respeito do Transtorno de *Deficit* de Atenção e Hiperatividade costuma se manifestar no ambiente escolar, já que é nela que as crianças passam a ter as primeiras experiências sociais e acabam demonstrando dificuldades em suas habilidades, tanto nas questões emocionais quanto práticas.

O papel do professor é fundamental, já que além de educador, age também como observador e poderá ser a peça fundamental na identificação dos sintomas de TDAH. A função do professor não é diagnosticar o aluno, mas sim, informar aos pais sobre as

dificuldades no desenvolvimento da criança e a necessidade de um especialista para fazer tal diagnóstico (BELLI, 2008 *Apud* SILVESTRE et.al [s.a]).

As crianças com TDAH carecem de estímulos de variadas formas, através de brincadeiras, jogos, porque além de estimular o aprendizado e o desenvolvimento, são através dessas ações que também são trabalhadas as capacidades de convívio social.

Segundo Rohde (1997) *Apud* Santos (2013) existem diferentes grupos de crianças que possuem TDAH, tais como o TDHA hiperativo, e o TDHA desatento ou TDHA hiperativo e desatento, que é a junção dos dois primeiros grupos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a criança e o adolescente com TDAH possuem o potencial para se desenvolver como qualquer pessoa. Existem casos em que o indivíduo descobre que possuiu traços de TDAH na fase adulta e, mesmo assim, consegue ter êxitos na carreira e desenvolvimento cognitivo. Este desenvolvimento depende do bom relacionamento entre pais e professores para, juntos, sanarem as dificuldades.

É cediço que o Transtorno de *Deficit* de Atenção e Hiperatividade trata-se de uma condição neurológica que necessita de diagnóstico preciso e correto por um profissional capacitado. Trata-se de uma condição que não possui cura, entretanto, os estudos demonstraram que através do tratamento correto e o diagnóstico precoce, as pessoas possuidoras dessa patologia conseguem chegar à vida adulta com os mínimos sintomas.

Os professores desenvolvem um papel muito importante no processo de aprendizagem dos alunos com transtorno de *deficit* de atenção e hiperatividade. E, em função disso, precisam buscar cada vez mais conhecimentos sobre esse transtorno, para que possam manejar melhor as próprias aulas quando se depararem com as dificuldades encontradas em classe com esses alunos.

#### REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Manual de estatística e diagnóstico**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

CALIMAN, Luciana Vieira. **Notas sobre a história oficial do Déficit de Atenção/Hiperatividade TDAH.** 2010.

Disponível em:< [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100005)>. Acesso em: 13 out. 2022.

GAEFF, Linck Rodrigo; CÍCERO, E. Vaz. **Avaliação e Diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).** Disponível em:< <https://www.redalyc.org/pdf/3051/305123728005.pdf>>. Acesso em: 22 Out. 2022

GOMES, P. V. et al. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH) e deficiência intelectual (DI): os desafios da educação especial. *Conhecimento em Destaque*, Serra, n. esp, p. 80-91, dez. 2019.

GONÇALVES, V. L. **A inclusão de estudantes com TDAH nas turmas de ensino regular: a experiência de um centro de ensino fundamental do Distrito Federal.** *Revista Com Censo*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 43-52, mar. 2019.

HORA, A. F. et al. **A prevalência do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): uma revisão de literatura.** *Psicologia*, Lisboa, v. 29, n. 2, p. 47-62, dez. 2015. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v29i2.1031>

MAIA, M. I. R.; CONFORTIN, H. **TDAH e aprendizagem: um desafio para a educação.** *Perspectiva*, Erechim, v. 39, n. 148, p. 73-84, dez. 2015.

PRETTE, Zilda Aparecida Pereira Del; ROCHA, Margarete Matesco. **Habilidades Sociais Educativas para mães de crianças com TDAH e a inclusão escolar.** Disponível em:<file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/19723-34025-1-SM.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

PORTAL EDUCAÇÃO: **Um estudo sobre transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e indisciplina.** Disponível em:<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/concursos/um-estudo-sobre-transtorno-de-deficit-de-atencao-hiperatividade-e-indisciplina/58658>>. Acesso em 22 Out. 2022

REZENDE, Eduardo de. **A história completa do TDAH que você não conhecia.** 2016.

Disponível em:< <https://www.psicoedu.com.br/2016/11/historia-origem-do-tdah.html?m=1>>Acesso em: 13 out. 2022.

SANTOS, Amanda Ferreira dos, et al. **O papel da escola e do professor no processo de aprendizagem em crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).** Disponível em:< file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/143-325-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 Out. 2022.

SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. **Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa.** Revista Brasileira Educação Especial, Marília, v. 23, n. 2, p. 293-308, abr./jun. 2017. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382317000200010> - Acesso em: 20 out. 2020.

SILVESTRE, Áurea et al. **A família e a escola na aprendizagem da criança com TDAH: a necessidade de uma parceria ativa e produtiva.** Disponível em: <file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/12325-Texto%20do%20artigo-44261-1-1020160706%20(1).pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

SOUZA, F. A.; OLIVEIRA, V. C. **Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade: atuação do psicólogo apoio à criança com TDAH.** Psicologia e Saúde em Debate, Patos, v. 4, supl. 1, p. 21, dez. 2018.

SOUZA, L. C.; SAMPAIO, R. T. **A educação musical inclusiva no Brasil: uma revisão de literatura.** Olhares, Guarulhos, v. 7, n. 2, p. 113-28, ago. 2019. <https://doi.org/10.34024/olhares.2019.v7.869> - Acesso em: 20 out. 2022.

# ***Capítulo 7***

---

## **HEPATITE: ENFOQUE NAS VACINAS, PREVENÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES**

**DOI: 10.29327/568033.1-7**

Thiago Christian da Silva  
Jhonata Jankowitsch



## HEPATITE: ENFOQUE NAS VACINAS, PREVENÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES

*Thiago Christian da Silva*

*Jhonata Jankowitsch*

### RESUMO

O objetivo geral deste artigo é discutir sobre as hepatites, sobretudo a hepatite A, e o enfoque na vacina e suas implicações. A vacina da hepatite A é indicada para crianças de 15 meses a 4 anos e 11 meses e 29 dias, e, após receber todo o esquema vacinal recomendado, a pessoa ficará imunizada pelo resto da vida. Em 2020, a taxa de cobertura do vírus B para menores de 30 dias é de 68,55%, e a taxa de cobertura para menores de 1 ano é de 75,95%. A cobertura para a doença tipo A foi de 76,46%. A meta de cobertura ideal recomendada pelo Plano Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde é de 95%. Não existe vacina para o tipo C, mas existem tratamentos, que também são fornecidos pelo SUS e previnem complicações. Este estudo consiste numa revisão integrativa da literatura. Para tanto, foram utilizadas as etapas características desse tipo de estudo: elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; e discussão dos resultados.

**Palavras-chaves:** Vacina; Hepatite; Prevenção.

### ABSTRACT

The overall objective of this article is to discuss hepatitis, especially hepatitis A, and the focus on the vaccine and its implications. The hepatitis A vaccine is indicated for children from 15 months to 4 years 11 months and 29 days, and after receiving the entire recommended vaccination schedule, the person will be immunized for life. In 2020, the coverage rate for virus B for children under 30 days is 68.55%, and the coverage rate for children under 1 year old is 75.95%. The coverage for type A disease was 76.46%. The ideal coverage target recommended by the Ministry of Health's National Immunization Plan (PNI) is 95%. There is no vaccine for type C, but there are treatments, which are also provided by SUS and prevent complications. This study consists of an integrative literature review. To this end, the characteristic steps of this type of study were used: elaboration of the guiding question; literature search or sampling; data collection; critical analysis of the included studies; and discussion of the results.

**Keywords:** Vaccine; Hepatitis; Prevention.

### 1. INTRODUÇÃO

A hepatite é uma doença infecciosa que causa um processo inflamatório no fígado e pode levar à morte, a qual acometeu 124 pessoas no Brasil, levando-as a óbito em razão da doença em 2020, havendo 119 mortes em 2019. Dessa forma, ressalta-se que a

vacinação é o método mais seguro e constata-se como principal ferramenta para prevenção e controle de doenças. Além disso, a inflamação relativa a essa enfermidade pode ser secundária a uma variedade de fatores, incluindo infecção viral (BRITO, SOUTO, 2020).

As hepatites mais comuns se dão pelos vírus A, B e C. Tomando como exemplo, em 2019, o estado de Minas Gerais teve 38 casos de hepatite A, 706 casos de hepatite B e 831 casos de hepatite C. Em 2020, haviam 28 casos do tipo A, 576 casos do tipo B e 831 casos do tipo C, tendo um evidente aumento nos casos. A doença apresenta uma variedade de sintomas, sendo os mais comuns febre, fraqueza, mal-estar, dor e desconforto abdominal, além de náuseas, urina escura, perda de apetite, amarelecimento dos olhos e da pele (icterícia) e fezes brancas (BRITO, SOUTO, 2020).

A hepatite A é uma doença infecciosa aguda causada pelo vírus HAV e geralmente não apresenta sintomas nos estágios iniciais. As pessoas que são expostas ao vírus adquirem imunidade permanente, ou seja, não podem contrair novas infecções. No entanto, a doença pode ser fulminante em menos de 1% dos casos. A transmissão é fecal-oral e geralmente está associada à falta de saneamento básico, água, higiene e alimentos contaminados (BOHM, *et al*, 2017).

Já a hepatite B não tem cura e é classificada como uma infecção sexualmente transmissível. A hepatite C, por outro lado, pode se manifestar de forma aguda ou crônica e é geralmente transmitida pelo contato com sangue contaminado, compartilhamento de agulhas, seringas e materiais de manicure. A vacina contra a hepatite B está disponível para todas as pessoas, independentemente da faixa etária (CUI, *et al*, 2014).

A vacina da hepatite A é para crianças de 15 meses a 4 anos e 11 meses e 29 dias. Após receber todo o esquema vacinal recomendado, a pessoa ficará imunizada pelo resto da vida. Em 2020, a taxa de cobertura do vírus B para menores de 30 dias foi de 68,55%, e a taxa de cobertura para menores de 1 ano foi de 75,95%. A cobertura para a doença tipo A foi de 76,46%. Já a meta de cobertura ideal recomendada pelo Plano Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde é de 95%. Não existe vacina para o tipo C, mas existem tratamentos, que também são fornecidos pelo SUS e previnem complicações (BRITO, SOUTO, 2020).

O objetivo geral é discutir sobre hepatite A e o enfoque na vacina e suas implicações.

## 2. METODOLOGIA

Pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas como atividade de busca, indagação, investigação e, inquirição da realidade. É a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos que nos auxiliem na compreensão desta realidade e oriente nossas ações. Este estudo consiste numa revisão integrativa da literatura. Para tanto, foram utilizadas etapas características desse tipo de estudo: elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados (GIL, 2018).

O método de revisão bibliográfica permite a inclusão de pesquisas experimentais e não experimentais, a combinação da obtenção de dados empíricos e teóricos, podendo levar à definição de conceitos, identificação de lacunas no campo da pesquisa, revisão teórica e análise de métodos de pesquisa sobre um determinado tema. O desenvolvimento desse método requer recursos, conhecimentos e habilidades (GIL, 2018).

Considerando a classificação proposta por Gil (2018, p. 5), pode-se dizer que essa sugestão pode ser mais bem representada por meio de pesquisas exploratórias, e seu propósito é tornar mais compreensível o problema para torná-lo mais claro ou ajudar a fazer hipóteses. O objetivo principal deste tipo de pesquisa é o aprimoramento de ideias e a descoberta intuitiva, o que torna uma escolha muito flexível para gerar estudos bibliográficos ou estudos de caso na maioria dos casos (GIL, 2018).

Durante a fase exploratória, foi realizada uma revisão teórica com o objetivo de aprofundar os conhecimentos no tema para a segunda fase que foi uma pesquisa descritiva por meio de pesquisa bibliográfica com os objetivos descritos a fim de apresentar de modo mais eficiente o problema; foi também feito o levantamento e tratamento de dados.

A busca das produções científicas foi realizada com materiais dos anos de 2013 a 2022 e abrangeu artigos de livre acesso escritos na língua portuguesa e publicados na íntegra. Foram excluídos trabalhos de conclusão de curso, artigos escritos em outro idioma diferente do português, duplicados, pagos ou sem relação com o tema proposto. As buscas das produções científicas ocorreram nas bases de dados *Google* acadêmico e Plataforma Scielo. A análise crítica dos artigos selecionados observou criteriosamente seus objetivos, métodos usados, resultados e discussões, apresentando assim os resultados desta revisão.

### 3. HEPATITES

As hepatites virais são um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. São infecções que afetam o fígado e podem causar alterações leves, moderadas ou graves. Na maioria das vezes são infecções silenciosas, ou seja, não apresentam sintomas. No entanto, quando presentes, podem se manifestar como: cansaço, febre, mal-estar, tontura, náusea, vômito, dor abdominal, amarelamento da pele e dos olhos (icterícia), urina escura e fezes claras. No Brasil, as hepatites virais mais comuns são causadas pelos vírus A, B e C. Há também o vírus menos comum da Hepatite D (mais prevalente no norte do país) e o vírus da Hepatite E, que é mais raro (BRITO, SOUTO, 2020).

As infecções causadas pelos vírus da hepatite B ou C geralmente se tornam crônicas. No entanto, como nem sempre apresentam sintomas e a maioria das pessoas desconhece a infecção. Esses fatores somados fizeram com que a doença se desenvolvesse por décadas sem um diagnóstico adequado (BOHM, et al, 2017). A progressão da infecção pode danificar o fígado, levando à fibrose avançada ou cirrose, que pode acarretar no desenvolvimento de câncer e na necessidade de transplante de órgãos.

O impacto dessas infecções é responsável por aproximadamente 1,4 milhão de mortes em todo o mundo a cada ano, seja por infecção aguda, câncer de fígado ou cirrose relacionada à hepatite. A título de exemplo, a taxa de mortalidade por hepatite C é comparável à de HIV e tuberculose. Enfatizando a Hepatite A, uma infecção causada pelo vírus da hepatite A (HAV), também conhecido como “hepatite contagiosa”, é, na maioria dos casos, uma doença benigna, mas o curso dos sintomas e a mortalidade aumentam com a idade (CUI, *et al*, 2014).

A transmissão da hepatite A é fecal-oral (contato fecal-oral), sendo que a doença está intimamente associada a alimentos ou água inseguros, além dos baixos níveis de saneamento básico e higiene. Outras formas de transmissão são o contato pessoal próximo (entre famílias, moradores de rua ou crianças em creches), contato sexual (especialmente entre homens que fazem sexo com homens - HSH) (DA SILVA, *et al*, 2016).

A estabilidade do vírus da hepatite A (HAV) no ambiente e a presença de grandes quantidades do vírus nas fezes de pessoas infectadas contribuem para a transmissão. As crianças podem manter a disseminação viral por até 5 meses após a remissão clínica da doença. No Brasil e no mundo também há relatos de casos e surtos em populações com sexo anal, o que favorece principalmente o contato fecal-oral (sexo oral-anal).

Geralmente, quando os sintomas ocorrem, são inespecíficos e podem se manifestar inicialmente como: fadiga, mal-estar, febre, dores musculares (BRITO, SOUTO, 2020).

Esses sintomas iniciais podem ser seguidos por sintomas gastrointestinais como, náuseas, vômitos, dor abdominal, constipação ou diarreia. O aparecimento de urina escura ocorre antes do início de uma fase em que a pessoa pode apresentar pele e olhos amarelados (icterícia). Os sintomas geralmente aparecem de 15 a 50 dias após a infecção e duram menos de dois meses (FERRERIA, *et al*, 2014).

Comparando as Hepatites, segundo as estatísticas da Organização Mundial da Saúde, 2 bilhões de pessoas no mundo foram expostas ao vírus da hepatite B, das quais mais de 300 milhões tornaram-se doentes crônicos e 170 milhões de pessoas têm hepatite C. No Brasil, cerca de 2 milhões de pessoas são portadoras crônicas do tipo B e outros 3 milhões são portadoras crônicas do tipo C (DA SILVA, *et al*, 2016).

Existem cinco tipos identificados de hepatite: A, B, C, Delta e E. Os tipos A e E são apenas agudos e os pacientes eliminam o vírus do corpo após um tratamento de emergência. Mas os tipos B, C e D podem se tornar condições crônicas que exigem mais atenção das agências de saúde em todo o mundo. Os sintomas da hepatite podem ser semelhantes aos de outras doenças. Além do amarelamento da pele e dos olhos (icterícia), os indivíduos podem sentir cansaço, febre, tontura, náusea, vômito e dor abdominal (GOMES, *et al*, 2012).

Os sintomas geralmente aparecem após um período de incubação, dependendo do tipo de vírus. Há casos em que não há apresentação sintomática, chamados de assintomáticos, daí o nome de doença silenciosa, sendo que as verificações de rotina que podem identificar vírus precisam ser mantidas atualizadas. Quando a doença é assintomática e, portanto, não tratada, a infecção pode progredir para cirrose ou câncer de fígado (FOCACCIA, *et al*, 2013).

### **3.1 TIPOS DE HEPATITE**

#### **3.1.1 Hepatite A**

A hepatite A é causada por um vírus de RNA fita simples positivo pertencente à família *Picornaviridae*, chamado vírus da hepatite A (HAV), também conhecido como “hepatite contagiosa”, que se replica no fígado, o qual é excretado na bile, e, posteriormente nas fezes, causando a transmissão pelo intestino via fecal-oral. O HAV

interfere na função hepática, desencadeando uma resposta imune que leva à inflamação do fígado (MARINHO, *et al.*, 2000).

Na maioria dos casos, a hepatite A é uma doença benigna; no entanto, o curso dos sintomas e a mortalidade aumentam com a idade. Em países de renda média, com transição econômica e mudanças nas condições de saneamento (como ocorre atualmente no Brasil), o número de pessoas expostas ao vírus da hepatite diminuiu (PEREIRA, GONÇALVES, 2003).

A exposição infantil ao vírus pode aumentar a probabilidade de surtos na comunidade (OMS, 2018; LEMON *et al.*, 2018). No Brasil, os casos de hepatite A estão concentrados principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que juntas responderam por 55,7% de todos os casos confirmados de 1999 a 2018. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste responderam por 17,7%, 15,4% e 11,2%, respectivamente (BRITO, SOUTO, 2020).

O diagnóstico de uma infecção atual ou recente é feito com um exame de sangue que investiga a presença de anticorpos IgM anti-HAV (infecção inicial), que podem permanecer detectáveis por cerca de 6 meses. Estudos de anticorpos IgG também podem ser feitos para verificar infecções passadas ou respostas imunológicas à vacina. Independentemente disso, após a infecção e a evolução para a cura, são produzidos anticorpos que previnem novas infecções, criando imunidade duradoura (DA SILVA, *et al.*, 2016).

Não há cura para a hepatite A, e o mais importante é evitar a automedicação para aliviar os sintomas, pois o uso de medicamentos desnecessários ou tóxicos para o fígado podem piorar o quadro. Os médicos poderão prescrever a medicação mais adequada para melhorar o conforto e garantir o equilíbrio nutricional adequado, incluindo a reposição de líquidos perdidos por vômitos e diarreia, sendo que a hospitalização é necessária apenas em casos de insuficiência hepática aguda (BRITO, SOUTO, 2020).

### **3.1.2 Hepatite B**

A hepatite viral B é uma doença infecciosa que ataca o fígado causada por um vírus pertencente à família *Hepadnaviridae*, o vírus da hepatite B (HBV). É um vírus de DNA envelopado com fita dupla incompleto e o genoma viral é replicado por transcriptase reversa (BRITO, SOUTO, 2020).

O HBV está presente no sangue e nas secreções, sendo a hepatite B também classificada como uma infecção sexualmente transmissível. Inicialmente, ocorre uma infecção aguda, que na maioria dos casos se resolve sozinha em até seis meses após o aparecimento dos primeiros sintomas, e é considerada de curta duração. Essa solução é evidenciada pela presença de anticorpos denominados anti-HBs. Após esse período, entretanto, algumas infecções persistiram, mantendo a presença de marcadores HBsAg no sangue. Nesses casos, a infecção é considerada crônica (BOHM, *et al*, 2017).

O risco de a infecção se tornar crônica depende da idade do indivíduo. Por exemplo, as crianças são mais propensas a desenvolver doenças crônicas. Em menos de um ano, esse risco chega a 90%; entre 1 e 5 anos, varia entre 20% e 50%. Portanto, é importante testar as gestantes durante o pré-natal e, se necessário, prevenir a transmissão vertical. Entre os adultos, aproximadamente 20% a 30% dos adultos cronicamente infectados pelo vírus da hepatite B desenvolvem cirrose e/ou câncer de fígado (DA SILVA, *et al*, 2016).

O HBV pode sobreviver *in vitro* por longos períodos e tem um potencial infeccioso maior do que os vírus da hepatite C (HCV) e da imunodeficiência humana (HIV) em indivíduos suscetíveis. As principais formas de transmissão são: ter relações sexuais desprotegidas com uma pessoa infectada; da mãe infectada para o filho, durante a gravidez e/ou parto; compartilhamento de materiais de uso de drogas (seringas, agulhas, tubos); compartilhar materiais de higiene pessoal (lâminas de barbear e depilação, escovas de dente, corta-unhas ou outros itens que possam perfurar ou cortar); em tatuagens e *piercings*, procedimentos odontológicos ou cirúrgicos que não atendam às normas de biossegurança; por meio de contato pessoal próximo (possivelmente por cortes, feridas e fraturas); transfusões de sangue (principalmente relacionadas ao período anterior a 1993) (BRITO, SOUTO, 2020).

A epidemiologia da hepatite B não é uniforme em todo o Brasil. A infecção está concentrada em algumas partes da Amazônia e regiões do sul. Além disso, alguns grupos são considerados mais vulneráveis devido ao aumento da exposição ao vírus, a saber: profissionais do sexo, usuários de drogas, pessoas privadas de liberdade e moradores de rua (BOHM, *et al*, 2017).

Entre 1999 e 2018, o país registrou 233.027 casos confirmados de hepatite B, com a taxa de detecção pouco mudando nesse período, chegando a 6,7 casos por 100.000 habitantes em 2018. As taxas de detecção no Sul e no Norte parecem ser mais altas do

que o padrão nacional. A história natural da infecção é caracterizada por uma evolução silenciosa, e o diagnóstico geralmente é feito décadas após a infecção (DA SILVA, *et al*, 2016).

Outras doenças hepáticas crônicas são comuns se houver sinais e sintomas, e geralmente se apresentam apenas em estágios mais avançados da doença, manifestando-se como cansaço, tontura, náusea e/ou vômito, febre e dor abdominal. O amarelamento da pele e dos olhos ocorre em menos de um terço das pessoas com hepatite B. A presença de HBsAg na amostra de sangue de um paciente confirma o diagnóstico de hepatite B (DA SILVA, *et al*, 2016).

A infecção crônica foi definida como a presença de reagentes HBsAg por pelo menos 6 meses. O Ministério da Saúde distribui testes rápidos (TRs) na rede pública de saúde desde 2011 e sugere-se que todas as pessoas com mais de 20 anos que não foram devidamente vacinadas devem procurar um teste rápido para hepatite B em uma unidade básica de saúde (DA SILVA, *et al*, 2016).

Após resultado positivo e confirmação, o tratamento será realizado com medicamentos antivirais específicos fornecidos pelo SUS de acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes de Tratamento para Hepatite B e Coinfecções (PCDT Hepatite B). Além do uso de drogas, também é importante evitar bebidas alcoólicas quando necessário e solicitado. Os tratamentos atualmente disponíveis não podem curar a infecção pelo HBV, mas podem retardar a progressão da cirrose, reduzir a incidência de câncer de fígado e melhorar a sobrevida a longo prazo (BRITO, SOUTO, 2020).

### 3.1.3. Hepatite C

O vírus da hepatite C (HCV) pertence ao gênero do vírus da hepatite, *Flaviviridae*. É um vírus de RNA de polaridade positiva de fita simples. É um processo infeccioso e inflamatório causado pelo vírus da hepatite C (HCV) e pode se manifestar de forma aguda ou crônica, sendo esta última a mais comum. A hepatite crônica causada pelo HCV é uma doença que se desenvolve silenciosamente e se caracteriza por um processo inflamatório persistente no fígado. Cerca de 60% a 85% dos casos tornam-se crônicos e, em média, 20% dos casos desenvolvem cirrose ao longo do tempo. Uma vez diagnosticada a cirrose, o risco anual de desenvolver carcinoma hepatocelular (CHC) varia de 1% a 5% (BOHM, *et al*, 2017).



O risco anual de desenvolver descompensação hepática é de 3% a 6%. Após o primeiro episódio de descompensação hepática, o risco de morte nos próximos 12 meses é de 15% a 20% (Westbrook; DUSHEIKO, 2014). A hepatite C é considerada uma epidemia global, sendo assim, encaixada na definição de pandemia. No Brasil, um modelo matemático desenvolvido em 2016 estimou que cerca de 657.000 pessoas apresentavam infecção ativa pelo HCV e, portanto, eram de indicação de tratamento. Entre 1999 e 2018, o Brasil notificou 359.673 casos de hepatite C (BRITO, SOUTO, 2020).

A maioria das pessoas infectadas pelo HCV não conhece seu diagnóstico e a maior prevalência de hepatite C ocorre em pessoas com mais de 40 anos, sendo mais comum nas regiões sul e sudeste do país. Pessoas em hemodiálise, pessoas privadas de liberdade, usuários de drogas e pessoas vivendo com HIV são exemplos de pessoas mais suscetíveis à infecção pelo HCV. Atualmente, existem seis genótipos conhecidos do vírus da hepatite C. O genótipo 1 é o mais prevalente em todo o mundo, representando 46% de todas as infecções pelo HCV, seguido pelo genótipo 3, com 30%. Isso foi observado no Brasil, onde a prevalência desses genótipos variou pouco. (BOHM, *et al*, 2017).

A transmissão do HCV pode ocorrer das seguintes formas: contato com sangue contaminado por compartilhamento de agulhas, seringas e outras substâncias medicamentosas (tubulação); reutilização ou falha na esterilização de equipamentos médicos ou odontológicos; a esterilização errada do equipamento de unhas; reaproveitamento de material de tatuagem; procedimentos invasivos (hemodiálise, cirurgia, transfusões de sangue) sem os devidos cuidados de biossegurança; uso de sangue contaminado e seus derivados; sexo sem preservativo (menos comum); transmissão de mãe para filho durante a gravidez ou parto (menos comum) (BRITO, SOUTO, 2020).

A hepatite C não é transmitida pelo leite materno, alimentos, água ou contato casual, como abraçar, beijar e compartilhar comida ou bebida com uma pessoa infectada. É muito raro que as pessoas com hepatite C desenvolvam sintomas, sendo que cerca de 80% delas não os apresentam. Portanto, a testagem espontânea em populações prioritárias é importante para combater essa doença. (BOHM, *et al*, 2017).

A hepatite C geralmente é detectada em sua fase crônica e o diagnóstico geralmente é feito após testes rápidos de rotina ou doação de sangue. Esse fato reitera a importância da realização de um teste rápido ou sorológico, que indica a presença de anticorpos anti-HCV. Se os testes anti-HCV forem positivos, o teste de carga viral (HCV-RNA) é necessário para confirmar a infecção viral ativa. Após esses exames, os pacientes

podem ser encaminhados para tratamento, fornecido gratuitamente pelo SUS, com medicamentos que curam a infecção e impedem a progressão da doença (DA SILVA, *et al*, 2016).

O tratamento da hepatite C com os chamados medicamentos antivirais de ação direta (DAAs) tem uma taxa de cura superior a 95% e geralmente dura 8 ou 12 semanas. AAD revolucionou o tratamento da hepatite C, tornando possível eliminar a infecção (DA SILVA, *et al*, 2016).

Todas as pessoas infectadas pelo HCV podem ser tratadas pelo SUS. Para tanto, os médicos das redes públicas e suplementares podem prescrever o tratamento de acordo com as diretrizes do Protocolo Clínico e Diretrizes de Tratamento para Hepatite C e Coinfecções (PCDT Hepatite C). Pacientes em estágios iniciais de infecção podem ser atendidos em unidades de atenção primária e podem iniciar o tratamento sem consulta em uma rede dedicada (BRITO, SOUTO, 2020).

#### **3.1.4. Hepatite D**

O vírus da hepatite é uma infecção causada pelo vírus da hepatite D (HDV) delta (HDV), um subvírus de RNA pequeno, esférico e incompleto que requer o antígeno de superfície HBsAg para replicação, resultando, assim, em hepatite D ou hepatite delta. A hepatite D está associada à presença do vírus da hepatite B (HBV), que causa infecção e inflamação das células do fígado (BOHM, *et al*, 2017).

Existem duas formas de infecção pelo VHD: coinfecção com VHB e superinfecção com VHD em indivíduos com infecção crônica pelo VHB. A hepatite D crônica, considerada a forma mais grave de hepatite viral crônica, progride mais rapidamente para cirrose e está associada a um risco aumentado de descompensação, carcinoma hepatocelular (CHC) e morte. Estima-se que 15 a 20 milhões de pessoas em todo o mundo sejam afetadas pelo HDV. No Brasil, a prevalência de hepatite D (delta) é mais alta na bacia amazônica (BRITO, SOUTO, 2020).

Em 2017, 41% e 27% dos casos notificados estão concentrados no Amazonas e no Acre, respectivamente. Entre 1999 e 2018, o Brasil notificou 3.984 casos confirmados de hepatite D, sendo que a região Norte apresentou a maior incidência, respondendo por 74,9% dos casos notificados. As regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste abrangeram 10,3%, 5,9%, 5,5% e 3,4% dos casos, respectivamente (BOHM, *et al*, 2017).

Em 2018, foram notificados 145 casos em todo o país, sendo 104 (71,7%) na região Norte. A forma de transmissão é a mesma da hepatite B, conforme segue: fazer sexo com uma pessoa infectada sem usar preservativo; da mãe infectada para o filho, durante a gravidez e o parto; compartilhamento de materiais de uso de drogas (seringas, agulhas, tubos); compartilhar materiais de higiene pessoal (lâminas de barbear e depilação, escovas de dente, corta-unhas ou outros itens que possam perfurar ou cortar); em tatuagens e *piercings*, procedimentos odontológicos ou cirúrgicos que não atendam às normas de biossegurança; por meio de contato pessoal próximo (possivelmente por cortes, feridas e fraturas); transfusões de sangue (mais relevantes para o período anterior a 1993) (DA SILVA, *et al*, 2016).

Tal como acontece com outras hepatites, as pessoas com hepatite D podem não apresentar sinais ou sintomas da doença. Quando presentes, os mais comuns são: cansaço, tontura, náusea e/ou vômito, febre, dor abdominal, amarelecimento da pele e dos olhos, urina escura e fezes claras. O diagnóstico sorológico da hepatite D é baseado na detecção de anticorpos anti-HDV. Se a pessoa tiver um teste anti-HDV reativo, a hepatite D será confirmada por uma combinação de informações clínicas, epidemiológicas e demográficas (BRITO, SOUTO, 2020).

A confirmação do diagnóstico também pode ser feita pela quantificação do HDV-RNA, que atualmente é realizada apenas em estudos clínicos. Em casos excepcionais, a confirmação do diagnóstico de hepatite D pode ser feita por exame histopatológico (BOHM, *et al*, 2017).

Após um resultado positivo e confirmação, os médicos direcionarão o tratamento de acordo com o Protocolo Clínico e Diretrizes de Tratamento para Hepatite B e coinfeções (PCDT Hepatite B). Os medicamentos não podem curar a hepatite D e o principal objetivo do tratamento é controlar os danos no fígado. Todos os pacientes com hepatite Delta são candidatos ao tratamento oferecido pelo SUS e devem ser encaminhados para serviços especializados. Atualmente, a terapia consiste em peginterferon alfa 2a e/ou nucleosídeos ou análogos de nucleotídeos, sendo aconselhada a não consumir bebidas alcoólicas concomitantemente ao tratamento (BRITO, SOUTO, 2020).

### 3.1.5. Hepatite E

A hepatite E é uma infecção causada pelo vírus da hepatite E (HEV), que pertence ao gênero Hepacivirus, família Hepadnaviridae. O HEV é um pequeno vírus não envelopado formado a partir de RNA positivo de fita simples, que causa hepatite aguda transitória e autolimitada. Na maioria dos casos, é uma doença benigna, no entanto, a hepatite E pode ser grave em mulheres grávidas e raramente causa infecção crônica em pessoas com alguma deficiência imunológica. Há uma estimativa de 20 milhões de casos de HEV em todo o mundo a cada ano, incluindo 3,3 milhões de casos sintomáticos (DA SILVA, *et al*, 2016).

Não há dados significativos de prevalência da hepatite E no Brasil, mas é mais comum na Ásia e na África. A transmissão fecal-oral facilita a disseminação da infecção em países em desenvolvimento, onde a contaminação dos reservatórios mantém cadeias de transmissão da doença. Os genótipos de vírus 1 e 2 afetam apenas humanos, com transmissão fecal-oral por água contaminada, e os casos ocorrem em locais com infraestrutura de saneamento frágil (BRITO, SOUTO, 2020).

Já os genótipos 3 e 4 do HEV causam doenças zoonóticas, e o principal reservatório são os suínos. Esses genótipos predominam em países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento, por exemplo, na América do Sul (genótipo 3). Outras formas de transmissão, além da fecal-oral, incluem: ingestão de carne mal cozida ou produtos de animais infectados (por exemplo, fígado de porco); importação de produtos sanguíneos infectados; e transmissão vertical de mulheres grávidas para bebês (BOHM, *et al*, 2017).

Em adultos jovens, o vírus E geralmente causa hepatite aguda autolimitada de curta duração (2-6 semanas) que é clinicamente indistinguível de outras causas de hepatite viral aguda. Embora as infecções também ocorram em crianças, elas geralmente são assintomáticas ou apresentam apenas doença leve sem icterícia e não são diagnosticadas (DA SILVA, *et al*, 2016).

Sinais e sintomas, se presentes, inicialmente incluem fadiga, mal-estar, febre e dores musculares. Esses sintomas iniciais podem ser seguidos por náuseas, vômitos, dor abdominal, constipação ou diarreia, urina escura e amarelamento da pele e dos olhos (icterícia). A hepatite E fulminante ocorre mais frequentemente durante a gravidez, especialmente aquelas no segundo ou terceiro trimestre, têm risco aumentado de

insuficiência hepática aguda, perda fetal e morte. Até 20% a 25% das mulheres grávidas podem morrer se contraírem hepatite e no terceiro trimestre (BRITO, SOUTO, 2020).

O teste de anticorpos IgM anti-HEV pode ser usado para diagnosticar infecção recente por HEV. Os anticorpos IgG anti-HEV são detectados desde o início da infecção, com pico 30 a 40 dias após a fase aguda da doença, podendo persistir por até 14 anos. Detecção de viremia em amostras de fezes por RT-PCR auxilia no diagnóstico de casos agudos de hepatite E (BOHM, *et al*, 2017).

### 3.2. MEDIDAS DE CONTROLE E VACINA NAS HEPATITES

A hepatite A é transmitida pela ingestão de água ou alimentos contaminados e é mais comum em crianças entre 5 e 13 anos. Para evitar a contaminação, é necessário lavar bem os alimentos crus antes de mergulhá-los em uma solução preparada com água sanitária. Lavar as mãos depois de usar o banheiro, antes de preparar as refeições e antes de comer também é importante para prevenir o vírus. (BRITO, SOUTO, 2020).

A vacina contra a hepatite A é eficaz e segura, sendo a principal medida de prevenção. Vale ressaltar que a gravidez e lactação não são contraindicados para imunização. Atualmente, a vacina faz parte do calendário da criança do Ministério da Saúde, com esquema de 1 dose aos 15 meses de idade (pode ser administrada entre 12 meses e 5 anos incompletos, ou seja, 4 anos, 11 meses e 29 dias). Pais, cuidadores e profissionais de saúde devem permanecer vigilantes para garantir que todas as crianças sejam vacinadas (BOHM, *et al*, 2017). Porém existem outros tipos de vacinas que podem ter outros tipos de agentes, sendo recomendada a aplicação de reforços em idades diferentes.

Essa vacina está disponível em esquema de 2 doses (com intervalo mínimo de 6 meses) no Centro de Referência em Biológicos Especiais para Imunizações (CRIE) para maiores de 1 ano, nas seguintes condições: Doença hepática crônica de qualquer etiologia, incluindo infecção crônica por HBV e/ou HCV; Pessoas com coagulopatia, hemoglobinopatias, trissomia, doença de armazenamento ou fibrose cística (mucoviscosidade); pessoas infectadas pelo HIV; Pessoas que recebem terapia imunossupressora ou sofrem de doenças imunossupressoras; Candidatos a transplante de órgãos sólidos, inscritos em um programa de transplante, ou receptores de transplante de órgãos sólidos ou células-tronco hematopoiéticas (medula óssea); Um doador de órgão

sólido ou de células-tronco hematopoiéticas (medula óssea) registrado em um programa de transplante (BRITO, SOUTO, 2020).

Uso de imunossupressores, radioterapia, antimetabólitos, agentes alquilantes e os medicamentos citotóxicos podem reduzir ou eliminar a resposta imune à vacina contra hepatite A (inativada). Este fenômeno não se aplica aos corticosteróides usados na terapia de reposição, em terapia sistêmica de curto prazo (menos de 2 semanas) ou outra via administração que não causa imunossupressão. Quando a terapia imunossupressora planejada é pausada por um curto período, recomenda-se adiar a vacinação até 1 mês após o tratamento (DA SILVA, *et al*, 2016).

No entanto, os pacientes com imunodeficiência crônica, como síndrome da imunodeficiência adquirida, podem ser vacinados desde que sua condição patológica permita a indução de respostas de anticorpos, embora limitadas. A vacina contra hepatite A (inativada) pode ser combinada com imunoglobulinas, desde que sejam utilizadas diferentes regiões anatômicas.

A vacina também pode ser usada como reforço para pacientes vacinados a primeira dose de outra vacina inativada contra hepatite A. As reações adversas relatadas durante os estudos clínicos são geralmente moderadas, de curta duração, e resolve sem tratamento. A reação local mais comum é a dor, ocasionalmente acompanhada de eritema. Febre moderada, fraqueza, cefaleia, mialgia ou artralgia e distúrbios gastrointestinais são os sintomas mais comuns (BOHM, *et al*, 2017).

**Quadro 1:** Esquema de vacinação Hepatite A.

Nome comercial	Laboratório	Apresentação	Esquema	Composição
Avaxim	Sanofi Pasteur	Seringa de 1 dose (0,5 ml)  80U – uso pediátrico (12 meses a 15 anos)  160U – uso adulto (acima de 16 anos)	1 dose  Recomenda-se 1 reforço após 6 a 12 meses	Vírus inativado
Havrix	GSK	Seringa 0,5 ml (720U.EL) – 1 a 18 anos  Seringa 1,0 ml (1440U.EL) – acima de 19 anos	1 dose  Recomenda-se 1 reforço após 6 a 12 meses	Vírus inativado

Twinrix AD	GSK	Seringa 1,0 ml (720U de vírus inativado + 20 µg de proteína recombinante HBsAg)	1 – 15 anos: duas doses com intervalo de 6 a 12 meses  > 16 anos: três doses (0, 1 e 6 meses)  (reforço com a vacina monovalente)	Vírus inativado (hep. A) + antígenos de superfície purificados de Hep. B geneticamente modificados
------------	-----	---	---	--

Vaqta	Merk Sharp & Dohme	Frasco ampola ou seringa de 0,5 ml (25U) – 1 a 17 anos  Frasco ampola ou seringa de 1,0 ml (50U) – acima de 18 anos	1 dose  Recomenda-se 1 reforço após 6 a 12 meses	Antígeno do vírus da Hepatite A
-------	--------------------	---	--	---------------------------------

**Fonte:** (BRITO, SOUTO, 2020).

A vacinação também é a principal medida preventiva contra a hepatite B e é muito eficaz e segura, sendo que as vacinas estão disponíveis nos postos de saúde. Crianças e adolescentes com menos de 20 anos devem receber três doses da vacina e a gravidez e a amamentação não são contraindicações à imunização. Atualmente, a vacina contra hepatite B está incluída no programa de vacinação infantil. Além disso, o SUS disponibiliza vacinas nas unidades básicas de saúde para todos, independentemente da idade (BOHM, *et al*, 2017).

Além das vacinas, outras medidas preventivas podem ajudar a prevenir a infecção pelo HBV, como usar preservativo em todas as relações sexuais e não compartilhar itens pessoais como navalhas e lâminas de barbear, escovas de dentes, materiais de manicure e pedicure, equipamentos para medicamentos, tatuagens e perfurações. Testar mulheres grávidas ou planejando engravidar também é importante para prevenir a transmissão de mãe para filho (BRITO, SOUTO, 2020).

A profilaxia em crianças após o nascimento pode reduzir significativamente o risco de transmissão vertical. Nos casos em que se sabe que um indivíduo tem infecção

ativa pelo HBV, precauções também devem ser tomadas para minimizar a chance de transmissão para outras pessoas (BOHM, *et al*, 2017).

As pessoas infectadas devem: I) testar e vacinar seus contatos sexuais e domiciliares e parentes de primeiro grau para hepatite B; II) usar preservativo nas relações sexuais se os parceiros não estiverem imunes; III) não compartilhar instrumentos cortantes e itens de higiene pessoal ou outros itens que podem conter sangue; IV) Cobrir feridas abertas e cortes na pele; V) Limpar o sangue derramado com solução clorada; VI) Não doar sangue ou esperma (DA SILVA, *et al*, 2016).

A vacina também é indicada para profissionais de saúde, manicures, bombeiros, policiais, pessoas com hemofilia, pacientes em hemodiálise ou grupos de comportamento de risco, que podem adquirir o vírus através do contato com sangue ou tecido contaminado ou através de sexo desprotegido (DA SILVA, *et al*, 2016).

Em relação à hepatite C, ainda não existe vacina. Para prevenir a infecção, é importante não compartilhar itens que possam ter entrado em contato com sangue (seringas, agulhas, pinças, escovas de dentes etc.); usar camisinha durante o sexo; não compartilhar nenhum item usado para uso de drogas; teste pré-natal para todas as mulheres grávidas para hepatite B e C, HIV e sífilis. Se o resultado for positivo, é necessário seguir todas as orientações médicas, ressaltando que o tratamento para hepatite C não é para mulheres grávidas, mas deve ser administrado após o parto (BOHM, *et al*, 2017).

Em relação à hepatite D, a imunização contra hepatite B, principal forma de prevenção da hepatite Delta, está disponível no Brasil desde 2016. Outras medidas incluem o uso de preservativo em todas as relações sexuais e o não compartilhamento de itens pessoais - como navalhas e tesouras, escovas de dente, materiais de manicure e pedicure, equipamentos para medicamentos, confecção de tatuagens e *piercings*. Além disso, toda gestante precisa de cuidados pré-natais e testes para hepatite, HIV e sífilis (DA SILVA, *et al*, 2016).

Apenas os portadores do VHB podem ser infectados com o vírus do tipo D da mesma forma, mas o vírus do tipo D só pode aparecer se o portador do vírus da hepatite B já estiver infectado. O tipo C é mais propenso a se tornar crônico. Apenas 20% dos infectados são capazes de eliminar o vírus nos primeiros seis meses; 80% desenvolverão hepatite C crônica e podem desenvolver cirrose, icterícia, inchaço, alterações no sangue



e câncer de fígado. A forma de infecção é semelhante aos tipos B e D (BRITO, SOUTO, 2020).

A amamentação não é recomendada se a mãe tiver o vírus. Existem tratamentos para a hepatite crônica, mas o diagnóstico precoce aumenta as chances de cura e controle da doença. Nas formas agudas da hepatite A e também na Hepatite E, o tratamento é eficaz com taxas muito altas de cura e eliminação viral. Não há tratamento para as formas agudas de hepatite B, C e D. O que se faz é controlar os sintomas com medicação e repouso. O próximo passo é controlar a doença e tomar medidas para prevenir o aparecimento de cirrose e câncer (BRITO, SOUTO, 2020).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vacinação contra as hepatites (nas que existem vacinas) e as precauções devem fazer parte do plano abrangente de prevenção e controle das hepatites virais e formação de coortes de vacinas infantis e proteção adulta. Notavelmente, o planejamento de programas de imunização em massa, a escala deve envolver avaliação econômica e consideração de métodos alternativos de prevenção ou complementares, como higiene básica, segurança alimentar, saúde e, além das boas práticas de higiene.

Em relação aos resultados do estudo de custo-efetividade da vacina contra as hepatites, os próprios mostram que um plano nacional de vacinação universal é relevante.

A *Incremental Cost-Effectiveness Ratio* (ICER) mostra que, a vacinação universal contra a hepatite A no segundo ano de vida, com duas doses da vacina, pode considerada uma intervenção que excede o custo-benefício, seja de sistemas sociais e de saúde, a vacinação universal contra a hepatite A é custo-efetiva, ou seja, mais eficaz e menos dispendiosa do que as atuais estratégias de vacinação direcionadas a indivíduos maiores risco.

Embora um regime de duas doses seja recomendado para garantir a eficácia a longo prazo, estudos de imunogenicidade mostram que mais de 90% das crianças têm títulos ao desenvolvimento de anticorpos protetores após uma dose única da vacina e o uso de uma dose única da vacina nos programas de vacinação contra a hepatite A são mais rentáveis.

A Vacina Purificada para Hepatite A adsorvida (Inativada) é uma vacina injetável, inteiro, inativado, altamente purificado para ajudar a prevenir infecções hepáticas causadas por Vírus da hepatite A. A vacina mostrou alta proteção após uma dose em

crianças, as quais recebem vacina intramuscular (cerca de 25 u). Em indivíduos inicialmente soronegativos, >99% dos receptores atingem a soroconversão - vacinação dentro de 4 semanas após a vacinação. Validação da ocorrência de soroconversão após uma dose coocorre com proteção contra a doença clínica da hepatite A. Para tanto, não só em relação à hepatite A, como nos outros tipos de hepatite, evidenciam-se uma real importância para a saúde pública, sendo necessária a atenção de todas as esferas da sociedade. A evolução do processo de prevenção, promoção e tratamento é notório, porém ainda são vírus de alta incidência e prevalência, portanto as pesquisas sobre a hepatite ainda são de grande valia para o melhor entendimento e atualização de suas problemáticas.

## REFERÊNCIAS

- BOHM, K.; *et al.* **Validation of HAV biomarker 2A for differential diagnostic of hepatitis A infected and vaccinated individuals using multiplex serology.** *Vaccine*, v. 35, n. 43, p. 5883–5889, 2017.
- BRITO, W. I. SOUTO, F. J. D. **Vacinação universal contra hepatite A no Brasil: análise da cobertura vacinal e da incidência cinco anos após a implantação do programa.** *Rev. bras. epidemiol.* 23 06 Jul 2020.
- CUI, F.; *et al.* **Development, production, and postmarketing surveillance of hepatitis A vaccines in China.** *Journal of Epidemiology*, v. 24, p. 169–177, 2014.
- DA SILVA, S.G.C.; DE PAULA, V.S.; PINTO, M.A.; DE OLIVEIRA, J.M.; *et al.* **A Rare Case of Transfusion Transmission of Hepatitis A Virus to Two Patients with Haematological Disease.** *Transfusion Medicine and Hemotherapy*, v. 43, p. 131-141, 2016.
- FERREIRA, A. R. *Et al.* **Hepatites Virais A, B e C em crianças e adolescentes.** *Rev Med Minas Gerais* 2014; 24 (Supl 2): S46-S60.
- FOCACCIA, R.; *et al.* **Hepatite A: Patogenia.** In: *Tratado de Hepatites Virais*, 3 ed. São Paulo: Atheneu, p. 245-248, 2013.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018
- GOMES, A. P. *Et al.* **Hepatites virais: abordagem clínica com ênfase nos vírus A e E.** *Rev Bras Clin Med.* São Paulo, 2012 mar-abr;10(2):139-46.
- MARINHO, R. T, *et al.* **Hepatite A: alteração do padrão epidemiológico?** *Rev Port Clin Geral* 2000; 16:103-111.
- PEREIRA, F. E. L; GONÇALVES, C. S. **Hepatite A.** Artigo de Revisão • *Rev. Soc.*

Bras. Med. Trop. 36 (3) • Jun 2003

EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO  
DIREITO - SAÚDE



PESQUISAS  
CIENTÍFICAS  
INTEGRADAS



ORGANIZADORES:

ESTÉLIO SILVA BARBOSA  
GRASIELE REISDÖRFER

EDUCAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO  
DIREITO - SAÚDE



# PESQUISAS CIENTÍFICAS INTEGRADAS



**Editora Enterprising**

[www.editoraenterprising.net](http://www.editoraenterprising.net)

E-mail: [contacto@editoraenterprising.net](mailto:contacto@editoraenterprising.net)

Tel. BR: (61) 982290750

CNPJ: 40.035.746/0001-55

doi 10.29327/568033

ISBN 978-65-845-4621-9



9 786584 546219 >